UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ALEXANDRO EMMANUEL MORI COELHO

**Análise dos determinantes do comportamento
legislativo em política comercial – Estudo do
caso da votação da proposta de adesão
da Venezuela ao MERCOSUL**

Versão Corrigida

São Paulo

2015

ALLEXANDRO EMMANUEL MORI COELHO

Análise dos determinantes do comportamento
legislativo em política comercial – Estudo do
caso da votação da proposta de adesão
da Venezuela ao MERCOSUL

Tese apresentada ao Instituto de Relações Internacionais
da Universidade de São Paulo para obtenção do título de
Doutor em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Amâncio Jorge Silva Nunes de Oliveira.

Versão Corrigida

São Paulo, Fevereiro de 2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Mori–Coelho, A. E. **Análise dos determinantes do comportamento legislativo em política comercial** – Estudo do caso da votação da proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL. Tese apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais.

Esta é a versão da tese elaborada pelo candidato (Allexandro Emmanuel Mori Coelho), com correções pedidas pela Comissão Avaliadora.

Aprovado em: 23 de fevereiro de 2015.

Dedico esta Tese a minha mãe, Yassuko (*in memorian*), a meu pai, Paulo (*in memorian*), a Gilsa, minha esposa, e a Paula, minha irmã, que sempre estão ao meu lado.

Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Amâncio Jorge Silva Nunes de Oliveira, pelas orientações, pela paciência e, sobretudo, pela confiança depositada em mim e em meu trabalho.

Agradeço à Comissão de Pós-Graduação do IRI por todo apoio dado ao meu trabalho.

Agradeço aos professores do IRI com quem aprendi muito, em especial ao Prof. Dr. Amâncio Jorge Silva Nunes de Oliveira e à Profa. Dra. Janina Onuki.

Agradeço aos membros da banca de examinadora Prof. Dr. Amâncio Jorge Silva Nunes de Oliveira, Prof. Dr. Wagner Pralon Mancuso, Profa. Dra. Janina Onuki, Prof. Dr. Flávio Leão Pinheiro e Prof. Dr. José Ramón Briceño Ruiz pelos questionamentos apresentados e pelas sugestões dadas a este trabalho.

Agradeço aos funcionários do IRI, sempre muito prestativos e atenciosos, em particular a Giselle de Castro.

Agradeço aos meus colegas do IRI, do DCP e do CAENI, em particular agradeço ao Dr. Gustavo Batista Araujo.

Agradeço aos meus colegas da FECAP, que sempre me ajudaram quando precisei.

Agradeço aos meus familiares e à minha irmã por todo o apoio.

Agradeço especialmente à minha amada Gilsa, pelo apoio incondicional e que sempre está ao meu lado.

Agradeço aos meus amados pais, Yassuko e Paulo (*in memorian*), por tudo que me proporcionaram e por sempre terem estado ao meu lado.

A todos, expresso meus mais profundos agradecimentos.

Resumo

Na literatura brasileira sobre o comportamento dos votos de congressistas brasileiros em política comercial, existe concordância de que ele é determinado por características institucionais, ideológicas e dos distritos eleitorais (federativas). Esta pesquisa buscou avançar a compreensão do comportamento destes votos, pela incorporação dos interesses de grupos organizados (*lobby*), identificados por contribuições de campanha, como fator determinante deste comportamento, na análise do caso da proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL. Além disto, a pesquisa analisou se o comportamento dos votos dissidentes da orientação e da filiação partidária seria causado por características das bases eleitorais ou por interesses de grupos organizados.

Os resultados confirmaram que características de ordem institucional e ideológica tiveram maior influência sobre o comportamento do voto que características locais dos distritos eleitorais (federativas). A inclusão dos interesses de grupos organizados através das contribuições de campanha adicionou capacidade explicativa ao modelo analítico, porém em pequena magnitude.

A análise do comportamento dos votos dissidentes mostrou que a dissidência da coalizão do governo e da orientação de voto favorável à política comercial foi determinada por fatores diferentes em relação à dissidência da coalizão de oposição e da orientação de voto contrário à política comercial. No âmbito da análise que foi feita, a dissidência da coalizão do governo e da orientação de voto favorável à política comercial teria sido causada por fator local dos distritos eleitorais, a taxa de desemprego. Já a dissidência da coalizão de oposição e da orientação de voto contrário à política comercial teria sido causada por interesses de grupos organizados.

Palavras-chave: comportamento legislativo, comportamento do voto, política comercial, estudo de caso, Brasil.

Abstract

In the Brazilian literature on the Brazilian congressional voting behavior concerning trade policy, there is agreement that it is determined by institutional and ideological characteristics and also by the features of the electoral districts. This research aimed to advance the understanding of this voting behavior, by incorporating the interests of organized groups (lobby), identified by campaign contributions, as a determinant of this behavior, focused on the analysis of the adhesion proposal of Venezuela to the MERCOSUL. Furthermore, the research evaluated if the dissenting votes behavior from party guidance and party affiliation would be caused by characteristics related to electoral districts or related to interests of organized groups.

The results confirmed that the institutional and ideological characteristics had greater influence on voting behavior than local characteristics of electoral districts. The inclusion of the interests of organized groups through campaign contributions added explanatory power to the analytical model, although in small magnitude.

The analysis on the dissenting vote behavior showed that dissension from government coalition and from orientation for favorable vote to commercial policy was determined by different factors in relation to the dissension from opposition coalition and from contrary voting instruction to trade policy. The dissension from government coalition and from orientation for favorable vote would be caused by local factor of electoral districts, the rate of unemployment. The dissension from opposition coalition and from contrary voting instruction would be caused by the interests of organized groups.

Keywords: legislative behavior, voting behavior, trade policy, case study, Brazil.

Conteúdo

Lista de figuras	8
Lista de tabelas	9
1. Introdução	10
1.1. Perguntas e objetivos da pesquisa.....	23
1.2. Hipóteses da pesquisa	26
1.3. Justificativa da pesquisa	27
2. Revisão da literatura	36
2.1. Determinantes institucionais	37
2.2. Determinantes ideológicos	40
2.3. Determinantes locais – características econômicas e sociais da base eleitoral do legislador.....	43
2.4. Determinantes econômico-setoriais – interesses de grupos econômicos	46
3. Método de análise e base de dados	36
3.1. Modelo econométrico.....	52
3.2. Variáveis	61
3.2.1. Variáveis explicadas.....	61
3.2.2. Variáveis explicativas.....	63
4. Resultados.....	73
4.1. Confronto da tese partidária com a tese federativa	73
4.2. Influência de grupos de interesse	81
4.3. Determinantes do voto dissidente	90
5. Discussão e considerações finais	98
6. Referências Bibliográficas.....	105
ANEXO I.....	114

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Determinantes do voto	15
Figura 2 - Determinantes do voto estudados no Brasil.....	22
Figura 3- Fatores determinantes do voto	36
Figura 4 – Relação entre valores do pseudo coeficiente de determinação (ρ^2) com valores do coeficiente de determinação (R^2) –figura 5.5 (modificada) de Domencich and McFadden (1975, p. 124).....	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Medidas da ideologia partidária (2003–2006).....	66
Tabela 2: Valores das contribuições de campanha (mil R\$)	71
Tabela 3: Composição do valor adicionado – Brasil e Venezuela	72
Tabela 4: Estatísticas descritivas – variáveis selecionadas	75
Tabela 5: Coeficientes de correlação amostral – variáveis selecionadas	76
Tabela 6: Capacidade explicativa e efeitos de determinantes específicos sobre o comportamento do voto.....	77
Tabela 7: Efeitos marginais de determinantes específicos sobre o comportamento do voto ...	79
Tabela 8: Capacidade explicativa e efeitos de determinantes específicos sobre o comportamento do voto.....	82
Tabela 9: Efeitos marginais de determinantes específicos sobre o comportamento do voto ...	83
Tabela 10: Capacidade explicativa e efeitos de determinantes específicos sobre o comportamento do voto.....	86
Tabela 11: Efeitos marginais de determinantes específicos sobre o comportamento do voto .	87
Tabela 12: Capacidade explicativa e efeitos de determinantes específicos sobre o comportamento do voto dissidente.....	92
Tabela 13: Capacidade explicativa e efeitos de determinantes específicos sobre o comportamento do voto dissidente.....	94

1. INTRODUÇÃO

Com a redemocratização do Brasil em 1985, o governo federal passou a direcionar esforços para uma estratégia internacional que visava promover a integração da América Latina, com base na suposição de que a aproximação com a Argentina estimularia a adesão dos outros países da região. A nova estratégia deveu-se à percepção de que a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)¹ não havia alcançado seu objetivo de integração regional em função da sua abrangência – a América Latina – e das consequentes dificuldades de coordenação e de convergência de interesses dos diferentes países da região.

Em 1985, através da Declaração do Iguaçu, os governos argentino e brasileiro começaram as negociações para integração econômica dos dois países, que constituiriam as bases do MERCOSUL. Em 1991, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinaram o Tratado de Assunção, que visava à formação de um mercado comum entre estes países.

A partir de 1990, o governo federal brasileiro iniciou um processo de reformas estruturais e de abertura comercial e financeira da economia brasileira. A política de liberalização comercial foi caracterizada pela: (1) redução de barreiras tarifárias, (2) remoção de barreiras não tarifárias² e de regimes especiais de tributação³ (3) substituição de barreiras não tarifárias por barreiras tarifárias (tarifas nominais).⁴ A redução das barreiras comerciais causou aumento das importações do país e, para compensar este efeito e aumentar a participação das exportações brasileiras no mercado internacional, o governo federal passou a adotar política comercial mais ativa que visava ampliar o acesso das exportações nacionais a mercados externos através de acordos comerciais⁵ de caráter bilateral, regional e global.

A busca de maior acesso a mercados exteriores através de acordos regionais de comércio por parte do governo brasileiro teve início com o MERCOSUL no começo da década de 1990 e foi estendida por negociações com outros países (como Venezuela, Chile e Bolívia) e “regiões” (como a ALADI). Além disso, houve negociações que visavam à criação

¹ Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), estabelecida em 1980, pelo Tratado de Montevideu. Atualmente é composta pelos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

² Lista de produtos com emissão de guia de importação suspensa, autorizações prévias específicas para determinados produtos e quotas anuais de importação para empresa.

³ Estes regimes concediam a isenção ou a redução de impostos incidentes sobre as importações.

⁴ Maiores detalhes sobre as principais alterações na política de importação ocorridas no período 1987-1998 podem ser encontradas em Kume *et al.* (2003).

⁵ Acordos de Complementação Econômica (ACE) e Acordos Preferenciais de Comércio (APC).

da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e estabelecer um acordo comercial entre o MERCOSUL e a União Europeia.

Além de buscar ampliar o mercado para as exportações brasileiras por meio de acordos regionais de comércio, o governo federal também participou ativamente das negociações no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC), que visavam promover liberalização comercial em escala mundial nos moldes do Mandato de Doha.

Porém, esta rodada de negociações multilaterais foi paralisada, principalmente, devido a divergências entre países industrializados e países em desenvolvimento quanto à liberalização das importações de produtos agrícolas e quanto à manutenção dos subsídios concedidos aos produtores agrícolas nos países industrializados. Devido à paralisação desta rodada de negociações em escala global, as iniciativas dos países para o estabelecimento de Acordos Preferenciais de Comércio (APC) aumentaram expressivamente, pois, conforme FIESP (2011), mais de 100 acordos deste tipo foram celebrados desde 2001, ano de início das negociações da Rodada Doha, até 2010; sendo que, fora do âmbito da ALADI, o Brasil assinou acordos desse tipo com apenas 4 países/blocos: Índia, Israel, União Aduaneira da África Austral (SACU) e Egito.

Ao longo da última década e por meio do MERCOSUL, o governo brasileiro engajou-se em várias negociações bilaterais e regionais para a conclusão de acordos preferenciais. Foram retomadas as negociações com a União Europeia (UE), iniciadas 2004, e realizadas negociações para o estabelecimento de Acordos de Livre Comércio (ALC) ou de Acordos de Preferências Tarifárias Fixas (APTF), com países/blocos como: México, Jordânia, Conselho de Cooperação do Golfo, Turquia, Marrocos, Paquistão, Jordânia e União Europeia. Além disto, foram conduzidas negociações para a incorporação da Venezuela como membro pleno do MERCOSUL.

Em suma, o Brasil promoveu abertura comercial e realizou vários acordos de comércio internacional com diferentes países nas duas últimas décadas assim como ocorreu com vários outros países do mundo.

No Brasil, a tramitação que permite a entrada em vigência de um acordo de comércio internacional (ou uma proposta de política comercial) negociado e formalizado pelo poder Executivo requer necessariamente a sua aprovação pelo Congresso Nacional (poder Legislativo). Devido a esta característica, a seguir, serão apresentados alguns aspectos da tramitação de acordos internacionais, tendo em vista caracterizar os papéis desempenhados

pelos poderes Executivo e Legislativo, em âmbito federal, em termos de poder decisório neste processo. Esta apresentação será breve e focada apenas em algumas características, uma vez que, embora sua discussão não seja foco desta pesquisa, ela ajudará a entender seus objetivos.⁶

O trâmite de ratificação de qualquer acordo internacional é previsto pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que determina que para um acordo internacional entrar em vigência, é necessária a atuação conjunta dos poderes Executivo e Legislativo.

Isto ocorre porque o artigo 84 da Constituição de 1988 determina, por um lado, que a iniciativa e a condução das negociações de qualquer acordo internacional são prerrogativas do Poder Executivo e garante ao Presidente da República a exclusividade de assiná-los. Por outro lado, este artigo requer que os acordos internacionais formalizados pelo Presidente sejam referendados pelo Congresso Nacional:

“Artigo 84. Compete privativamente ao Presidente da República: (EC nº23/99 e EC nº32/2001) ...

VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional; (...)” (BRASIL [CONSTITUIÇÃO FEDERAL (1988)], p.59-60).

A participação do Congresso Nacional neste processo é limitada à apreciação dos acordos internacionais, já negociados pelo Poder Executivo. Segundo o artigo 84, acima, a apreciação pelo Congresso Nacional é obrigatória e, conforme o artigo 49, o Congresso pode decidir desde ratificar completamente o acordo proposto pelo Executivo até vetá-lo completamente:

“Artigo 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: ...(EC nº 19/98) .. (...) ..

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional; (...)” (BRASIL [CONSTITUIÇÃO FEDERAL (1988)], p.46) – (grifo do autor).

O artigo 49 concede ao Congresso Nacional poder de veto absoluto e definitivo sobre o acordo apreciado, ou seja, o referendo dado pelo Congresso não pode ser revogado pelo Poder Executivo. Apesar disto, caso o acordo seja aprovado pelo Congresso, a sua

⁶ Detalhes sobre a tramitação de acordos internacionais envolvendo o Executivo e o Legislativo, podem ser obtidos, por exemplo, em Diniz e Ribeiro (2008), Ferrari (2011) e Gabsch (2010).

promulgação final compete ao Presidente, que pode promulgá-lo ou não, sem necessidade de justificativa.

Mas, apesar desta garantia constitucional, deve-se observar que: como a apreciação dos acordos internacionais pelo Congresso é feita *ex-post*, ou seja, após as negociações já terem sido realizadas pelo Executivo e formalizadas junto às outras partes signatárias (países ou organizações), então é possível que o Congresso tendesse a abdicar de seu poder decisório em favor do Executivo, limitando-se apenas a endossar os acordos internacionais encaminhados para sua apreciação, devido aos elevados custos políticos e econômicos decorrentes da rejeição de acordos já negociados e formalizados.⁷

Conforme Lima e Santos (2001), seria natural que o Legislativo delegasse poder decisório para o Executivo em assuntos de política externa, sobretudo, de comércio exterior.⁸ Observam ainda que como esta delegação de poder de decisão não significa abdicação deste poder, então se a política comercial proposta pelo Presidente da República fosse apoiada pela maioria do Congresso Nacional, seus resultados seriam satisfatórios para tanto para o Executivo quanto para o Legislativo,⁹ o que ocorreria devido à convergência dos interesses do Executivo e do legislador mediano.

De acordo com Lima e Santos (2001), nos anos 1950 e início dos anos 1960, o papel do Congresso Brasileiro nas decisões de política comercial caracterizou-se pela delegação do poder decisório ao Executivo, mas passou a ser de sujeição durante o período dos governos militares. A análise apresentada afirma que a partir da reforma constitucional de 1988, “o processo decisório da política exterior se caracterizou pela abdicação de autoridade do Congresso Nacional para o Executivo” (LIMA e SANTOS, 2001, p. 132), ou seja, sustenta-se a tese da abdicação de poder por parte do Legislativo em favor do Executivo.

Contudo, outros trabalhos, que avaliaram o papel desempenhado pelo Legislativo na apreciação de acordos internacionais negociados pelo Executivo, refutam esta tese de abdicação de poder do Legislativo para o Executivo e sustentam a tese de delegação de poder decisório por parte do Legislativo, já que sua atuação não se limita a endossar os acordos negociados pelo Executivo e nem é caracterizada pela indiferença a tais acordos. Basicamente, argumentam que, embora o Legislativo não seja o ator principal do processo de

⁷ Tais custos poderiam decorrer, por exemplo, de sanções econômicas impostas pelos outros países.

⁸ Motivos pelos quais isto ocorreria são apresentados por Lima e Santos (2001, p.121).

⁹ A lei tarifária aprovada pelo Congresso durante o governo JK é apresentada como um exemplo deste aspecto.

decisão de política externa, exerce influência nas decisões destas propostas e, sendo assim, seu papel se caracteriza pela delegação de poder ao Executivo, mas não pela abdicação deste poder, pois buscam afetar as decisões sobre propostas de política externa por meio de diferentes mecanismos institucionais ou tentando obstruir a adoção destas propostas ao votar contrariamente a elas (NEVES, 2003; MAIA e CESAR, 2004; DINIZ e RIBEIRO, 2008; DINIZ, 2009 e 2012; LEMOS, 2010; OLIVEIRA, 2013).¹⁰

Em suma, segundo a Constituição de 1988, no sistema político brasileiro, a iniciativa e a condução das negociações internacionais são de competência exclusiva do poder Executivo. Todo o acordo internacional, depois de formalizado junto aos outros signatários é submetido à apreciação definitiva do Congresso Nacional,¹¹ que pode decidir entre ratificá-lo completamente ou vetá-lo completamente.¹² Primeiro, o acordo internacional é deliberado na Câmara dos Deputados e, se aprovado, é encaminhado para deliberação do Senado Federal.¹³

Na literatura que confronta a tese de abdicação com a tese de delegação existem vários trabalhos que entendem que o poder Legislativo não abdica de seu poder decisório e definitivo na apreciação dos acordos internacionais. No caso de votações, a ocorrência de votos favoráveis ou de abstenções poderia indicar uma postura meramente ratificadora da proposta enviada pelo Executivo por parte do congressista, que seria compatível com a tese de abdicação de poder decisório, enquanto os votos contrários negariam esta tese por confrontarem a intenção do Executivo.

Assim, o Congresso Nacional se constituiria como possível ponto de veto(s) de acordos internacionais porque lhe cabe a decisão final sobre a autorização ou não destes acordos,¹⁴ aspecto que se aplica aos acordos ou propostas de política de comércio exterior.

¹⁰ Existe uma diferença na avaliação da hipótese da abdicação de poder decisório por parte do Legislativo para o Executivo entre Oliveira (2013) e os demais trabalhos listados. Enquanto o primeiro avalia esta hipótese por meio do comportamento do legislador e dos partidos políticos com relação a temas de política externa e, mais especificamente, analisado votações nominais na Câmara de Deputados, os outros avaliam esta hipótese por meio de análise de outros indicadores da atividade legislativa.

¹¹ Exceto aqueles que seguem a forma simplificada de tramitação: acordo feito pelo Executivo como subproduto de tratado vigente; como expressão de diplomacia ordinária; ou acordos sobre interpretação de cláusulas já vigentes (REZEK, 2000 *apud* FERRARI, 2011).

¹² O veto parcial (de partes) do acordo não é possível porque o Congresso o aprecia o acordo após ter sido formalizada, o que impede a inclusão de emendas ou a alteração da proposta.

¹³ Maiores detalhes sobre a tramitação de acordos internacionais podem ser obtidos em Diniz e Ribeiro (2008), Ferrari (2011) e Gabsch (2010).

¹⁴ As Comissões do Congresso, tanto na Câmara (CREDN, CCJC, CFT, Comissões Especiais) como no Senado (CRE), e os Plenários do Congresso constituem pontos de veto institucionais. Maiores detalhes sobre isto podem ser obtidos em Ferrari (2011). [CREDN – Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; CCJC –

Conforme visto até aqui, depois que um acordo de comércio internacional é formalizado pelo Presidente da República (poder Executivo), sua aprovação passa a depender, em última instância e em caráter irrevogável, dos votos dos congressistas (deputados federais e senadores) brasileiros. Como estes congressistas não estariam abdicando de seu poder decisório e não se limitariam a apenas endossar os acordos internacionais encaminhados para apreciação, então eles podem votar: favoravelmente ou contrariamente à proposta em pauta. Isto significa que o voto dado pelo congressista apresenta variação em resposta ao comportamento de fatores determinantes (variáveis explicativas) desta decisão.¹⁵

Sendo assim, uma questão que surge é: que fatores determinam o comportamento do voto dos congressistas brasileiros nas apreciações de políticas (acordos) de comércio internacional?

O exame da literatura que analisa os determinantes do comportamento legislativo mediante análise do comportamento dos votos dos legisladores na apreciação de matérias de política comercial identifica vários fatores como determinantes destes votos. Uma maneira bastante interessante de organizar a exposição destes determinantes foi encontrada em Feliú (2012a) e será utilizada para apresentá-los, como forma de melhor identificar e delimitar as perguntas e hipóteses desta pesquisa, assim como seus objetivos, pois a apresentação da literatura pertinente ao assunto será feita no próximo capítulo desta tese.

A figura abaixo ilustra as “categorias” de determinantes do comportamento do voto dos legisladores:

Figura 1 - Determinantes do voto

Inicialmente, os fatores determinantes podem ser agrupados como internos e externos ao processo legislativo. Os determinantes internos ao processo legislativo seriam os determinantes institucionais, enquanto os externos a ele seriam os determinantes ideológicos e

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania; CFT – Comissão de Finanças e Tributação; CRE – Comissão de Relações Exteriores].

¹⁵ Este raciocínio fez parte da hipótese que Oliveira (2013) propôs como alternativa a hipótese de abdicação.

os determinantes associados aos constituintes (*constituencies*) do legislador (características da base eleitoral do legislador).

Os determinantes institucionais, internos ao processo legislativo, seriam, por exemplo: a orientação (liderança) partidária, disciplina partidária, pertencimento do partido à coalizão do governo ou à oposição ao governo, o poder de agenda do Presidente, participação em comissões legislativas e aspectos do sistema eleitoral (FELIÚ, 2012a; FELIÚ, GALDINO e OLIVEIRA, 2007; FELIÚ e OLIVEIRA, 2014; HANKLA, 2006; KAROL, 2007; MCGILLIVRAY, 1997; MILNER and ROSENDORFF, 1997; MILNER and KUBOTA 2003; NIELSON, 2003; OLIVEIRA 2013).

Entre os fatores externos ao processo legislativo, há os determinantes ideológicos, que seriam, por exemplo: a ideologia do legislador e a ideologia partidária (DUTT and MITRA, 2002, 2005, 2006; FELIÚ, GALDINO e OLIVEIRA, 2007; FELIÚ e OLIVEIRA, 2014; MILNER and JUDKINS, 2004; OLIVEIRA 2013).

Outros fatores externos ao processo legislativo estão associados às características da base eleitoral (*constituencies*) do legislador, que podem ser tanto de ordem local como de ordem econômico-setorial. Os determinantes locais são características socioeconômicas dos distritos eleitorais do legislador (aspectos federativos), como, por exemplo: taxa de desemprego, taxa de sindicalização, taxas de escolarização, nível de renda *per capita*, emprego em setores específicos e indicadores de abertura/integração comercial (BALDWIN. and MAGEE, 2000; HENISZ and MANSFIELD, 2006). Já os determinantes econômico-setoriais são aqueles que captam os interesses de grupos organizados, como, por exemplo, as contribuições (doações) às campanhas de representantes legislativos ou executivos e o nível de pressão política que o grupo é capaz de exercer sobre estes representantes (BALDWIN. and MAGEE, 2000; EHRLICH, 2008; FERREIRA e FACCHINI, 2005; FORDHAM and MCKEOWN, 2003; GROSSMAN and HELPMAN 1994; HALL and DEARDORFF, 2006; HILLMAN, 1982; HISCOX, 2001 e 2002; MARZAGÃO, 2008; MIDFORD, 1993; OLIVEIRA, 2011; SCHONHARDT-BAILEY, 1996 e 2006; ROGOWSKI, 1987 e 1989).

Na literatura empírica sobre comportamento legislativo que visa identificar os determinantes do comportamento do voto nominal dos legisladores (Deputados Federais) brasileiros na apreciação de matérias de política comercial encontram-se os seguintes trabalhos: Feliú e Amorim (2011), Feliú (2012a), Oliveira (2013), e Pinheiro e Mignozzetti

(2013).¹⁶ Outro estudo empírico, Feliú e Oliveira (2014), avaliou os determinantes do comportamento do voto nominal dos legisladores de um conjunto de seis países latino-americanos,¹⁷ que inclui o Brasil, na apreciação de matérias de política externa, inclusive de política comercial. Como os resultados foram reportados para o conjunto dos países como todo, sem discriminação de países em particular, não foi possível identificar aspectos particulares do caso brasileiro.

Feliú e Amorim (2011) analisou as votações nominais, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal do Brasil, que aprovaram a entrada da Venezuela no MERCOSUL, com o intuito de compreender as influências de determinantes: institucional (pertencimento do partido do legislador à coalizão/base partidária do governo) e local (participação média das exportações para a Venezuela no total das exportações do distrito eleitoral – unidade federativa – do legislador entre 2007 e 2009). Os resultados apresentados indicaram que o comportamento dos votos dos congressistas brasileiros foi influenciado pelo pertencimento do partido do legislador à coalizão/base partidária do governo (determinante institucional), mas não pela importância da Venezuela como mercado de destino das exportações do estado (determinante local).

Feliú (2012a) avaliou os efeitos de determinantes: institucional (pertencimento do partido do legislador à coalizão/base partidária do governo), ideológico (ideologia do partido político do legislador) e local (taxa de desemprego e participação das exportações do distrito eleitoral no seu PIB). Os resultados apresentados indicaram que a única variável que influenciou o voto dos deputados federais foi um dos determinantes locais: a participação das exportações do distrito eleitoral no seu PIB, ou seja, o estudo não encontrou evidência de que os votos destes legisladores brasileiros sofressem influência de determinantes de natureza institucional ou ideológica.

Oliveira (2013) analisou se o padrão do comportamento dos deputados federais e partidos políticos brasileiros nas legislaturas compreendidas de 1995 a 2009 evidenciariam a tese da abdicação legislativa em política externa. Ao refutar a tese da abdicação, analisou a influência de determinantes: institucional (pertencimento do partido do legislador à

¹⁶ Feliú (2012a) analisa votações nominais em temas de políticas externa em seis países latino-americanos (Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai e Peru) visando comparar o comportamento legislativo em temas de política externa e doméstica segundo algumas características dos partidos políticos, ideologia e do processo político. Além disto, avalia os efeitos de fatores determinantes do voto dos legisladores destes países latino-americanos na apreciação de propostas de política comercial. Assim, a análise do caso brasileiro está inserida na realização do segundo propósito deste trabalho.

¹⁷ Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai e Peru.

coalizão/base partidária do governo), ideológico (ideologia do partido do legislador) e local (origem [estado da federação] do legislador). Os resultados obtidos indicaram que o comportamento dos legisladores foi influenciado de maneira: (1) significativa e forte pelos fatores institucional e ideológico e (2) marginal pelo determinante local, cujos efeitos, além de menores, também se restringiriam a apenas alguns estados. Outro aspecto destacado foi que a orientação partidária foi “o elemento explicativo chave da atividade legislativa em política externa” (OLIVEIRA, 2013, p. 44), por causa do elevado grau de disciplina partidária. Em suma, os determinantes institucional e ideológico são muito mais influentes que o determinante local.

Pinheiro e Mignozzetti (2013) investigaram se o tamanho da base eleitoral (*Constituency Size*) exerceria influência sobre o comportamento dos votos dos congressistas brasileiros, com base em votações nominais de propostas que, direta ou indiretamente, representavam maior liberalização da economia brasileira e que ocorreram entre 1995 e 2010. Além disto, também estimaram os efeitos de determinante institucional (filiação partidária) e um conjunto de determinantes locais.¹⁸ Os resultados obtidos não deram suporte à hipótese de que legisladores com bases eleitorais maiores (menores) seriam mais (menos) propensos a votar a favor de liberalização, por estarem mais (menos) insulados de interesses particulares, pois, embora o tamanho da base eleitoral tenha afetado de forma significativa o comportamento dos votos, os resultados obtidos indicaram relação contrária à da hipótese investigada.

As evidências apresentadas indicaram que a filiação partidária (determinante institucional) direcionou de forma significativa os votos analisados, o que foi interpretado como indicador de que a disciplina à orientação partidária é forte determinante dos votos, resultado que concorda com o apontado por Oliveira (2013). Outro ponto de concordância entre estes trabalhos é que o determinante institucional apresentou influência mais forte sobre o comportamento dos votos que os determinantes locais.

Conforme exposto acima, exceto Feliú e Amorim (2011), os resultados dos outros estudos empíricos que avaliaram a influência de determinantes do comportamento do voto de congressistas (deputados federais e senadores) brasileiros em matérias de política externa e, especificamente, de política comercial, apresentam um ponto de concordância que foi: a

¹⁸ Estaduais: participação da agropecuária e da indústria no PIB, participação da exportação no PIB, renda per capita, desigualdade na distribuição de renda, grau de informalidade e de urbanização. Regional: região do legislador.

influência de determinante local. Mesmo assim, o determinante local que afetou o comportamento dos votos difere entre estes estudos, pois para Feliú (2012a) foi a participação das exportações do distrito eleitoral no seu PIB, para Oliveira (2013) foi o estado da federação e para Pinheiro e Mignozzetti (2013) foram, em maior medida, desigualdade da distribuição de renda e, em menor medida, participação da agropecuária e da indústria no PIB, participação das exportações no PIB e grau de informalidade.

Em suma, há evidências de que o comportamento do voto dos legisladores brasileiros é influenciado por características locais (aspectos federativos). Assim, a tese federativa que vincula comportamento legislativo em política comercial a características regionais ou das unidades da federação, na medida em que afirma que o legislador atua como representante de interesses locais, específicos e regionais, encontra suporte na literatura empírica brasileira e, conforme será apresentado no próximo capítulo (de revisão da literatura pertinente ao tema), e em parte da literatura internacional.

Também não houve plena concordância sobre os efeitos de determinantes institucionais, pertencimento do partido do legislador à coalizão/base partidária do governo (filiação partidária) e orientação partidária, e sobre o efeito de determinante ideológico, ideologia do partido do legislador. Isto ocorreu porque enquanto Oliveira (2013) apresentou evidência de que estes fatores afetaram o comportamento dos votos, os resultados de Feliú (2012a) indicaram que eles não exerceram influência significativa. Os resultados obtidos por Feliú e Amorim (2011) e por Pinheiro e Mignozzetti (2013) concordam com os de Oliveira (2013) em relação à filiação partidária.

Mesmo assim, há evidências de que o comportamento do voto dos legisladores brasileiros é influenciado tanto por determinantes institucionais, pertencimento do partido do legislador à coalizão/base partidária do governo e orientação partidária, como ideológicos, ideologia do partido do legislador. Desta maneira, a tese que vincula comportamento legislativo em política comercial a aspectos institucionais e ideológicos, na medida em que afirma que a atuação do legislador é influenciada pela orientação partidária associada ao pertencimento ou não do partido do legislador à base do governo e à ideologia do seu partido, também encontra suporte na literatura empírica brasileira e na literatura internacional, como será visto no próximo capítulo.

Claramente, estes estudos empíricos sobre o caso brasileiro contribuíram para o entendimento dos determinantes do comportamento do voto dos legisladores brasileiros, sobretudo deputados federais, em temas de política externa e de política comercial ao

apresentarem evidências das influências de determinantes institucionais, ideológicos e constituintes locais sobre estes votos. Mas, a ação ou a influência de grupos de interesses organizados (*lobby*) sobre o comportamento destes votos ainda não foi avaliada, ou seja, a avaliação da influência de determinantes constituintes econômico-setoriais representa um espaço para investigação nesta agenda de pesquisa no Brasil, haja vista que há evidências desta influência na literatura internacional, além de evidências de que grupos de interesse mais organizados tenham sido mais bem sucedidos no exercício de pressão política para influenciar medidas de política comercial.

A seguir serão apresentadas informações que ajudam a entender porque um esforço de pesquisa neste sentido tem alguma justificativa.

Na literatura internacional, vários trabalhos teóricos abordaram a questão da ação/influência de grupos de interesses organizados nas decisões de política comercial (HILLMAN, 1982; ROGOWSKI, 1987 e 1989; MIDFORD, 1993; GROSSMAN and HELPMAN 1994; HISCOX, 2001 e 2002; HALL and DEARDORFF, 2006; EHRLICH, 2008). Trabalhos empíricos encontraram evidências desta influência sobre os votos dos legisladores (BALDWIN and MAGEE, 2000; HISCOX, 2002; FORDHAM and MCKEOWN, 2003) ou sobre barreiras comerciais (RAY, 1981a e 1981b; BAILEY, GOLDSTEIN and WEINGAST, 1997; EHRLICH, 2008; GAWANDE and HOEKMAN, 2006).

Sendo assim, um primeiro fato a ser considerado é que: como existem evidências empíricas da ação/influência de grupos de interesses organizados nas decisões de política comercial em outros países, é possível que esta influência também ocorra no Brasil.

O segundo fato que contribui positivamente para esta possibilidade é a identificação de relação positiva entre o grau de concentração do setor produtivo e as tarifas de importação que protegem este setor no Brasil, reportada por Ferreira e Facchini (2005), Marzagão (2008) e Oliveira (2011).

A explicação desta relação baseia-se no seguinte raciocínio: para as empresas dos setores que concorrem com importações pelo mercado interno, as tarifas de proteção comercial têm as características de bens públicos, então a definição/alteração de suas magnitudes envolve o problema do comportamento carona (*free-rider*) na ação coletiva (OLSON, 1965). Assim, quanto mais concentrado é o setor, maior é a dificuldade da adoção de comportamento carona e mais eficaz tende a ser o *lobby* do setor. Consequentemente,

setores mais concentrados seriam mais bem sucedidos na ação de defesa ou na ação de conseguir atendimento de seus interesses, por que seriam mais eficazes em se organizar e exercer pressão política. Sendo assim, os estudos listados no final do parágrafo anterior indicam que há determinantes econômico-setoriais que afetam decisões de política comercial no Brasil, que no caso destes trabalhos, estariam indicando nível de capacidade de exercer de pressão política por parte de grupos de interesse organizado, medido por indicadores de concentração setorial.

O terceiro fato é que o único trabalho que buscou explicar a influência de grupos de interesses organizados na política comercial brasileira mediante contribuições de campanha, embora não tenha encontrado resultados estatisticamente significativos, parece sugerir que as doações de campanha dos setores menos competitivos teriam sido mais exitosas em conseguir atendimento às suas demandas por proteção comercial.

Mancuso (2012) apresenta um estado da arte dos trabalhos empíricos sobre determinantes e resultados de contribuições (doações) de campanha e gastos eleitorais no Brasil, que analisaram o financiamento eleitoral realizado por empresas (pessoas jurídicas). Parte destes trabalhos avaliou se as doações de campanha resultam em benefícios para os financiadores, ou seja, se o representante (legislador ou executivo) financiado é mais sensível, atento e atende mais as demandas e os interesses dos financiadores de sua campanha. O levantamento realizado pelo autor identificou Araújo (2008) como único trabalho que analisou se as contribuições de campanha permitiriam que grupos de interesse organizados influenciassem decisões de política comercial, o que foi feito para o caso do MERCOSUL.

Mais especificamente, Araújo (2008) avaliou se as contribuições de empresas à campanha do Presidente da República (Luís Inácio da Silva) resultaram em maior proteção comercial no MERCOSUL, medida pelo desvio da tarifa setorial vigente em relação à tarifa externa comum (TEC) do bloco. Os resultados obtidos não indicaram que as contribuições de campanha influenciaram o nível de proteção comercial recebida pelo setor. Porém, sem considerar o padrão usual de significância estatística adotado na avaliação das estimativas de impactos causais,¹⁹ os resultados sugerem que a proteção concedida seria maior para setores menos competitivos que para setores mais competitivos e que a existência de influência, via contribuições de campanha, dos setores menos competitivos no nível de proteção comercial é mais provável que a dos setores mais competitivos.

¹⁹ São consideradas significativas, as estimativas com valor em probabilidade (p-valor ou *p-value*) máximo de 10%, ou seja, que apresentassem probabilidade de ser igual a zero de, no máximo, 10%.

Com base no que foi exposto anteriormente, verifica-se que na literatura empírica sobre comportamento legislativo que visa identificar os determinantes do comportamento do voto nominal dos congressistas brasileiros em decisões de política comercial, são apresentadas evidências da influência de determinantes: institucionais, ideológicos e locais (das bases eleitorais), sobre o comportamento destes votos. Porém, para o Brasil, ainda não foram apresentadas evidências de determinantes econômico-setoriais (interesse de grupos organizados ou de setores específicos) sobre o voto dos congressistas, enquanto na literatura internacional sobre o assunto foram encontradas evidências desta influência.

Retomando a figura 1 apresentada no início do capítulo e marcando com o sinal (*) as categorias de determinantes do comportamento do voto dos legisladores brasileiros, já estudadas pela literatura empírica no Brasil, verificou-se a seguinte situação:

Figura 2 - Determinantes do voto estudados no Brasil

Também foi visto que existem estudos empíricos que identificam a ação e a influência de grupos de interesse organizados sobre instrumentos de política comercial (tarifas), medindo-se a ação dos grupos de interesse por meio de indicadores de concentração setorial, que captariam a capacidade de ação coletiva destes grupos.

Outra maneira pela qual os grupos de interesse poderiam afetar a política comercial seria por meio das contribuições de campanha. Conforme Grossman and Helpman (1994), setores específicos organizados apresentam ao governo um *menu* de diferentes níveis de apoio político associados a níveis específicos de proteção comercial desejados. Embora não seja definido o que é apoio político, é possível que sejam magnitudes de contribuições de campanha. Conforme foi apresentado, no Brasil, este aspecto foi muito pouco investigado e não foi encontrada evidência de que as contribuições de campanha realizadas revelassem uma possível influência de (grupos) de interesses organizados sobre a configuração de política comercial, especificamente a proteção comercial.

Assim, a influência de grupos de interesses organizados sobre a política comercial no Brasil já foi evidenciada por indicadores de ação coletiva, mas não por contribuições de campanha.

1.1. PERGUNTAS E OBJETIVOS DA PESQUISA

Conforme visto na seção anterior, há evidências de que o comportamento do voto dos legisladores brasileiros é influenciado por determinantes institucionais (pertencimento do partido do legislador à coalizão/base partidária do governo e orientação partidária) e ideológicos (ideologia do partido do legislador), o que dá suporte à tese que vincula comportamento legislativo em política comercial a estes determinantes. Consequentemente, cada legislador atuaria como representante dos interesses partidários, já que o pertencimento ou não à base do governo conformaria posicionamentos específicos em relação a propostas de política de comercial, da seguinte maneira: posição favorável por parte dos partidos da base governista e posição contrária por parte dos outros partidos de oposição.

Desta maneira, de acordo com a tese partidária, as preferências dos legisladores por políticas comerciais específicas e o comportamento dos seus votos deveriam ser determinados pela orientação partidária e pela ideologia partidária. Sendo assim, cada legislador votaria em concordância com sua bancada partidária, mesmo que isto representasse discordância em relação à sua bancada estadual e aos interesses dos grupos organizados que o apoiam.

Assim, uma primeira pergunta de interesse desta pesquisa é: em que medida o comportamento dos votos dos congressistas brasileiros para a proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL foi determinado por aspectos institucionais e ideológicos?

Também foi visto que existem evidências de que o comportamento do voto dos legisladores brasileiros é influenciado por características locais (aspectos federativos), o que dá suporte à tese que vincula comportamento legislativo em política comercial a características geográficas locais (federativas). Assim, o legislador atuaria como representante de interesses federativos, já que as diferentes bases eleitorais (unidades da federação) teriam preferências distintas em relação a políticas comerciais particulares devido às especificidades das suas relações comerciais com o exterior. Este aspecto é válido para o caso específico das relações comerciais com a Venezuela, já que as diferentes unidades da federação apresentam diferentes vínculos comerciais com este país.

De acordo com a tese federativa, as preferências dos legisladores por políticas comerciais específicas e o comportamento dos seus votos deveriam ser determinados por interesses locais das unidades da federação pelas quais foram eleitos. Desta forma, cada legislador votaria em concordância com sua bancada estadual, mesmo que isto não estivesse

em conformidade com sua bancada partidária e nem de acordo com os interesses dos grupos organizados que o apoiam.

Com isto, uma segunda pergunta de interesse desta pesquisa é: em que medida o comportamento dos votos dos congressistas brasileiros para a proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL foi determinado por características locais das bases eleitorais (unidades da federação) destes legisladores?

Uma terceira tese pode ser identificada com base na literatura internacional: o vínculo do comportamento legislativo a interesses específicos de grupos organizados em relação à política comercial. De acordo com esta tese, o legislador representaria os interesses dos grupos que lhe dão apoio político através de contribuições de campanha, determinando seu voto de acordo com a preferência dos grupos de interesse que o apoiam. Consequentemente, o voto do congressista poderia não estar de acordo com o padrão de votos de suas bancadas partidárias e estaduais.

Sendo assim, uma terceira pergunta de interesse desta pesquisa é: os interesses de grupos organizados, captados por contribuições às campanhas dos congressistas brasileiros, também afetam o comportamento do voto destes congressistas nas decisões sobre acordos de comércio internacional?

A literatura empírica que examinou o papel de determinantes do comportamento legislativo em política externa em geral e, especificamente, em política comercial apresentou evidências que corroboram o forte poder explicativo da orientação partidária sobre o comportamento dos votos dados pelos congressistas brasileiros nas votações de propostas destas naturezas (FELIÚ e AMORIM, 2011; OLIVEIRA, 2013; PINHEIRO e MIGNOZZETTI, 2013), mas também apresentou alguma evidência de que não exerceram influência significativa (FELIÚ, 2012a). Também foram apresentadas evidências de que características locais influenciaram o comportamento destes votos, porém, de maneira mais fraca que aspectos institucionais (OLIVEIRA, 2013; PINHEIRO e MIGNOZZETTI, 2013).

O registro dos votos dados pelos congressistas brasileiros à proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL mostrou que a votação, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado, apresentou forte polarização partidária. Apesar dos fortes indícios de que houve forte disciplina dos congressistas às orientações partidárias, foram observados votos dissidentes destas orientações.

Existe correlação positiva forte, mas não perfeita, entre orientação partidária e pertencimento ou não do partido do congressista à base do governo (filiação partidária) já que todos partidos adotaram orientação específica (favor ou contra) de voto à proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL, com exceção do Partido Popular Socialista (PPS), partido de oposição ao governo que não definiu orientação para o voto de seus legisladores. Dos 388 votos registrados, foram observados 21 votos dissidentes do comportamento esperado pela orientação partidária e 32 votos dissidentes do comportamento esperado pela filiação partidária.

Assim, uma quarta pergunta de interesse desta pesquisa é: mesmo que votos dissidentes da orientação e da filiação partidária ocorreram em pequeno número, a ocorrência destes comportamentos dissidentes é explicada por aspectos locais (federativos) e/ou econômico-setoriais (interesses especiais)?

Para se delimitar com maior precisão o escopo da pesquisa, é necessário fazer duas observações. A primeira é que a avaliação das questões de interesse da pesquisa será feita com base na análise do caso da votação que aprovou a proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL.²⁰

A segunda é que não será avaliada a influência dos grupos de interesse na definição ou na configuração da proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL, mas somente se: os votos dados pelos congressistas na apreciação desta proposta revelam que eles foram influenciados pelos interesses dos agentes, que fizeram contribuições (doações) às campanhas políticas destes congressistas, em relação à proposta votada.

Em função das questões de interesse desta pesquisa, um objetivo de caráter mais geral é avaliar que fatores são determinantes do comportamento do voto dos congressistas brasileiros na decisão sobre propostas de política comercial.

Em função das questões de interesse da pesquisa, um objetivo específico é analisar a influência de interesses de grupos econômicos organizados, determinante econômico-setorial, sobre o comportamento do voto dos congressistas brasileiros na apreciação de políticas comerciais.

²⁰ Aprovada em 17/12/2008 na Câmara dos Deputados e em 15/12/2009 no Senado Federal.

Outro objetivo específico é avaliar se os votos dissidentes da filiação e da orientação partidária são explicados por determinantes locais (federativos) ou por determinantes econômico-setoriais (associados a grupos de interesses).

Com isto busca-se analisar em que medida a consideração destes interesses organizados adiciona capacidade explicativa à compreensão já existente de que o comportamento do voto dos congressistas brasileiros quanto a políticas comerciais é determinado por aspectos institucionais, fatores ideológicos e características locais da base eleitoral (*constituency*) do congressista. Neste sentido, busca-se incorporar elementos da literatura de Economia Política Internacional à análise do comportamento dos votos dos congressistas brasileiros na apreciação de propostas de política comercial.

Naturalmente, o fato de a análise focar no caso da votação da proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL restringe a capacidade de generalização dos resultados. Desta forma, mais especificamente, o que se busca é tirar lições deste caso para a compreensão de fatores que podem ser determinantes do comportamento do voto dos legisladores brasileiros na apreciação de propostas de política comercial.

Reconhece-se ainda que, devido ao fato da pesquisa ser um estudo de caso, é possível que o efeito de variáveis específicas sobre o comportamento do voto dos congressistas brasileiros podem ser específicos para o caso analisado.

1.2. HIPÓTESES DA PESQUISA

No que se refere à avaliação da relação entre os impactos econômicos decorrentes da adesão da Venezuela ao MERCOSUL e a influência que as contribuições de campanha têm no direcionamento dos votos dos congressistas (deputados federais e senadores) que as receberam, o pressuposto básico é que a probabilidade de que um congressista vote favoravelmente ou não à proposta pode ser estimada em função de características das contribuições às suas campanhas eleitorais realizadas por grupos de interesse político-econômico, adicionalmente a aspectos relacionados à disciplina e filiação partidária, e a características das unidades da federação dos congressistas brasileiros.

No que se refere mais especificamente às hipóteses testadas na pesquisa, identifica-se dois conjuntos de hipóteses a serem testadas.

O primeiro conjunto de hipóteses testadas está associado à influência dos grupos de interesse, através das contribuições de campanha, sobre o comportamento do voto dos congressistas:

- H_0 : o comportamento dos votos dos congressistas não é afetado por interesses de grupos organizados, sendo influenciado apenas por fatores institucionais, ideológicos e características locais das bases eleitorais (unidades da federação) destes legisladores.
- H_1 : o comportamento dos votos dos congressistas é afetado por interesses de grupos organizados, assim como por fatores institucionais, ideológicos e características locais das bases eleitorais (unidades da federação) destes legisladores.

O segundo conjunto de hipóteses testadas está associado aos determinantes dos votos dissidentes da orientação e da filiação partidária:

- H_0 : o comportamento dissidente do voto do congressista é explicado por características locais das bases eleitorais (unidades da federação) destes legisladores.
- H_1 : o comportamento dissidente do voto do congressista é explicado por interesses de grupos organizados, que realizaram contribuições às suas campanhas.

A escolha destes grupos de determinantes do comportamento dissidente parece natural, já que o comportamento é considerado dissidente em relação a determinantes institucionais e ideológicos. Um embasamento para esta escolha é encontrado em Schonhardt-Bailey (1996), que salientou que características econômicas (*lobbies*) e locais das bases eleitorais determinaram o comportamento dissidente de parlamentares do Partido Conservador Britânico na decisão da abolição unilateral das tarifas de proteção à agricultura, conhecidas como “Corn Laws”, por parte do Parlamento inglês em 1846.

1.3. JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

A escolha do caso da proposta adesão da Venezuela ao MERCOSUL deveu-se a aspectos econômicos e políticos. Do ponto de vista econômico, alguns estudos sobre esta

proposta apresentam elementos que poderiam induzir posicionamentos (interesses) setoriais distintos à sua aprovação (CNI, 2006; MORI-COELHO *et al.*, 2006). Do ponto de vista político, algumas características da tramitação da proposta e a forte polarização partidária observada nas votações na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, seriam indicativas de sua saliência, conforme apontado por Santos e Vilarouca (2007), Oliveira (2013) e Schmuziger-Goldzweig (2013).

Poucos estudos foram publicados sobre a adesão da Venezuela ao MERCOSUL. Um destes estudos é CNI (2006), que discutiu: os procedimentos formais de adesão, a complexidade de temas a serem negociados durante o processo de adesão e interesses econômicos e comerciais do Brasil associados a este processo. Além de propor uma agenda para as negociações, este estudo destacou alguns aspectos e apresentou algumas conclusões do ponto de vista econômico, entre os quais, foram destacados alguns que ajudaram a justificar a escolha do caso da adesão da Venezuela ao MERCOSUL como proposta de política comercial a ser analisada nesta pesquisa.

O primeiro aspecto é que no comércio bilateral com o Brasil, a Venezuela ganhou relevância, como mercado de destino para as exportações brasileiras, mas tornou-se menos importante como origem de importações.²¹ As exportações brasileiras para a Venezuela estavam centradas em manufaturados (destaque para automóveis, aparelhos mecânicos e elétricos), enquanto que as importações concentravam-se em petróleo, energia elétrica, hulha, sardinha e alumínio. Assim, interesses exportadores poderiam pressionar legisladores a votar favoravelmente à aceitação da proposta de integração da Venezuela ao MERCOSUL.

O segundo é que as diferenças de dimensão dos mercados brasileiro e venezuelano para os produtos identificados como oportunidades de exportação para cada um dos países levavam à conclusão de que a potencialidade de crescimento das vendas externas da Venezuela era maior do que a brasileira. Desta forma, a liberalização de importações de mercadorias provenientes da Venezuela poderia suscitar interesses protecionistas, que poderiam pressionar os legisladores a votar contra a proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL.

O terceiro é que outro fator limitante do crescimento das exportações brasileiras era o já elevado *market-share* brasileiro nos produtos em que o Brasil é mais competitivo. Apesar

²¹ De acordo com o estudo, a razão disto seria a queda das compras brasileiras de petróleo, que acompanhou o crescimento da produção doméstica no Brasil.

disto, haviam interesses a serem considerados nos segmentos industriais e agrícolas que apresentavam barreiras tarifárias e não tarifárias na Venezuela, bem como a oportunidade de maior participação brasileira na prestação de serviços e em licitações públicas naquele país.

Uma possível consequência disto seria que a adesão da Venezuela ao MERCOSUL induziria maior taxa de crescimento da entrada de mercadorias venezuelanas no mercado brasileiro que da entrada de mercadorias brasileiras no mercado venezuelano, o que poderia estimular interesses protecionistas no Brasil.

Outro estudo disponível na época em que as votações da proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL ocorreram na Câmara de Deputados e no Senado Federal era Mori-Coelho *et al.* (2006), que avaliou os impactos da entrada da Venezuela no MERCOSUL em diferentes cenários mediante simulações realizadas com o modelo de equilíbrio geral computável GTAP.²²

Conforme os dados utilizados no estudo, destacou-se uma característica do comércio bilateral entre o MERCOSUL e a Venezuela: quanto ao acesso a mercados, a Venezuela era relativamente mais fechada do que o MERCOSUL, especialmente no caso dos produtos agrícolas, e de alguns setores industriais importantes, como automóveis e suas partes. Sendo assim, seria possível que a redução de barreiras comerciais impostas às mercadorias de alguns setores brasileiros estimulasse as exportações de alguns destes setores, o que poderia estimular interesses favoráveis à aprovação da proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL.

O estudo destaca ainda que esta adesão poderia gerar importantes impactos setoriais distintos, havendo setores que ganhariam e setores que perderiam neste processo, tanto em produção, como em exportações para a Venezuela e importações vindas da Venezuela. Com isto, deveria haver divergências de interesses quanto à aceitação ou não desta proposta por parte de setores produtivos brasileiros, o que poderia gerar manifestações favoráveis e contrárias à sua aceitação.

Por fim, o estudo sugeriu indagar possíveis custos de oportunidade da adesão da Venezuela ao MERCOSUL, decorrentes da associação do bloco ao Presidente Hugo Chávez, em um contexto em que os Estados Unidos e a União Europeia intensificavam esforços para constituir acordos preferenciais de comércio com o MERCOSUL. Este aspecto sugeriria que

²² GTAP é a abreviação da sigla Global Trade Analysis Project. Este modelo é multi-setorial e multi-regional. O estudo apresenta o modelo de forma sucinta. Maiores detalhes podem ser obtidos em Hertel (1997).

se setores produtivos brasileiros entendessem que a vinculação da Venezuela ao MERCOSUL poderia constituir obstáculos para acordos comerciais com parceiros mais representativos tanto como destino para as exportações como origem das importações, então seria esperado alguma tentativa de oposição à aceitação da proposta.

Um terceiro estudo sobre o tema, Santos e Vilarouca (2007), analisou o contexto político em que se configurou a proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL, dedicando atenção à tramitação da proposta pelas comissões do Congresso Nacional e ao exame dos interesses político-ideológico e econômicos associados aos argumentos contrários a esta proposta. O argumento defendido foi que a politização do tema serviu menos ao interesse nacional e mais a setores específicos que temiam o avanço da integração econômica com os países da América do Sul.

Neste sentido, conforme apontado por Santos e Vilarouca (2007, p.1), havia fortes pressões de algumas associações industriais brasileiras em favor de políticas protecionistas e também havia

“... preocupações e resistências apresentadas por parte do setor empresarial, com a interpretação de que os ganhos crescentes de comércio podem ser revertidos por custos políticos de negociação com a União Europeia e EUA. Segundo reportagem do Jornal o Valor Econômico (27/6/2007) as “entidades empresariais estão fazendo *lobby* no Congresso Nacional para impedir a entrada da Venezuela no MERCOSUL nos termos até agora negociados”.” (p. 7).

Como políticas de comércio exterior tendem a gerar perdas e ganhos diferenciados na economia, então haveria interesses favoráveis e contrários a ela, que poderiam constituir coalizões para apoiar ou buscar barrar a sua aprovação (ROGOWSKI, 1987 e 1989; MIDFORD, 1993; HISCOX, 2001 e 2002). Uma vez que diferentes agentes fizeram contribuições às campanhas dos congressistas eleitos, poder-se-ia esperar que estes agentes quisessem ter seus interesses representados e defendidos por estes legisladores, quando dessem seus votos à proposta de política comercial em pauta (GROSSMAN and HELPMAN 1994).

Porém, as possíveis reações dos setores de atividade ou de fatores de produção à política comercial proposta dependeriam de que os agentes conseguissem identificar os possíveis efeitos decorrentes sobre seus níveis de produção, emprego, de exportações e de competição no mercado interno por parte das importações. Mesmo que estes efeitos fossem

identificados por eles, precisariam ser percebidos ou comunicados aos legisladores. A percepção destes efeitos dependeria da atenção dada pelos legisladores a um tema considerado de baixa importância por não render votos. A comunicação destes efeitos aos legisladores dependeria de que os grupos interessados conseguissem organizar sua manifestação em relação à proposta de política comercial, ou seja, conseguissem, de alguma forma, superar as dificuldades da ação coletiva (OLSON, 1965).

No que diz respeito às características federativas/regionais, ou seja, ligadas às bases eleitorais (*constituencies*) dos congressistas, cabe lembrar que as diferentes unidades da federação apresentam estruturas produtivas com composições distintas, de forma que a importância relativa de setores de atividade específicos nestas estruturas pode ser diferente entre elas. Além disto, as relações comerciais das unidades da federação ou de seus setores produtivos com parceiros específicos, que sejam objeto da proposta de política comercial em pauta, podem ser diferentes tanto em magnitude, como em representatividade (importância) no total dos fluxos comerciais poderiam diferir.

Sendo assim, não se esperaria que os impactos decorrentes da adesão da Venezuela ao MERCOSUL fossem homogêneos para uma mesma atividade econômica e para as unidades federativas (bases eleitorais dos congressistas), o que poderia gerar manifestações, favoráveis e contrárias, diferenciadas por setores e unidades da federação, como também dos próprios congressistas e de seus partidos.

Do ponto de vista político, algumas características da tramitação da proposta e a forte polarização partidária observada nas votações na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, seriam indicativas de sua importância.

Schmuziger–Goldzweig (2013) apresenta um relato do contexto da tramitação da proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL, aonde podem ser obtidos mais detalhes desta tramitação. Após ser reeleito em 2006, o Presidente Luís Inácio da Silva empenhou-se para que a proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL avançasse, mas divergências envolvendo, de um lado, Brasil e Argentina, e, de outro, a Venezuela, sobretudo em relação a atitudes antidemocráticas e à postura anti-imperialista do Presidente venezuelano Hugo Chávez, atrapalharam a evolução da proposta, colocando-a em impasse e havendo, inclusive, manifestações de expulsão da Venezuela do MERCOSUL por parte de congressistas brasileiros, que foram fortemente criticados pelo Presidente Chávez. Em resposta, os partidos de oposição (PSDB e DEM, principalmente) tentaram barrar a aprovação do termo de adesão da Venezuela ao MERCOSUL, o que fez o presidente venezuelano considerar a possibilidade

de retirar a proposta de adesão, tornando mais tenso ainda o trâmite desta proposta. Diante desta tensão, o Governo brasileiro postergou o máximo que pode a votação no plenário da Câmara dos Deputados e do Senado, pois a oposição mantinha esforços para conseguir vetar a proposta.

O que se depreende do desenrolar da tramitação legal da proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL é que foi um tema que gerou forte heterogeneidade de comportamento devido a conflitos de interesses entre os partidos de oposição e da base do governo brasileiro.

Justifica-se a escolha do caso da proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL como contexto de análise das questões de interesse desta pesquisa porque ela poderia induzir posicionamentos (interesses) setoriais e regionais distintos à sua aprovação e por causa da forte polarização partidária que caracterizou o seu trâmite.

Análises empíricas dos determinantes do comportamento do voto nominal dos congressistas brasileiros na apreciação de matérias de política comercial foram apresentadas por Feliú e Amorim (2011), Feliú (2012a), Oliveira (2013), e Pinheiro e Mignozzetti (2013). Exceto o primeiro trabalho citado anteriormente, os resultados apresentados pelos demais concordaram que estes votos foram influenciados por determinante local, apesar de que o determinante local não fosse o mesmo.²³

Além de analisar a influência de determinante local sobre os votos dos congressistas brasileiros na apreciação de matérias de política comercial, estes trabalhos também avaliaram a influência de determinantes institucional (pertencimento do partido do legislador à coalizão/base partidária) e ideológico (ideologia do partido do legislador) sobre estes votos. Os resultados encontrados apresentam discordância quanto à influência destes determinantes, pois enquanto para Oliveira (2013) eles afetaram o comportamento dos votos, para Feliú (2012a) eles não exerceram influência significativa. Apesar de não terem incluído determinante ideológico em suas análises, os resultados apresentados por Feliú e Amorim (2011) e Pinheiro e Mignozzetti (2013) concordaram com os de Oliveira (2013) em relação à filiação partidária.

²³ Para Feliú (2012a) foi a participação das exportações do distrito eleitoral no seu PIB, para Oliveira (2013) foi o estado da federação e para Pinheiro e Mignozzetti (2013) foram, em maior medida, desigualdade da distribuição de renda e, em menor medida, tamanho da base eleitoral, participação da agropecuária e da indústria no PIB, participação das exportações no PIB e grau de informalidade.

Além de haver alguma discordância sobre a influência de determinantes institucionais e ideológicos sobre o comportamento dos votos nos estudos empíricos que analisaram o caso brasileiro, verificou-se ainda que a ação ou a influência de grupos de interesses organizados (*lobby*) sobre o comportamento destes votos ainda não foi avaliada.

Na literatura internacional, encontram-se trabalhos empíricos que apresentaram evidências da influência de grupos de interesses organizados sobre os votos dos legisladores (BALDWIN and MAGEE, 2000; FORDHAM and MCKEOWN, 2003).

Trabalhos que analisaram a relação entre concentração industrial e barreiras comerciais apresentaram evidências da influência de grupos de interesses organizados na definição das magnitudes destes instrumentos de políticas comerciais, tanto na literatura internacional (EHRlich, 2008, GAWANDE and HOEKMAN, 2006), como na literatura que examinou o caso brasileiro (FERREIRA e FACCHINI, 2005; MARZAGÃO, 2008; OLIVEIRA, 2011).

Outra maneira pela qual os grupos de interesse poderiam afetar a política comercial seria por meio das contribuições de campanha. No caso brasileiro, este aspecto foi investigado apenas por Araújo (2008), que não encontrou evidência de que as contribuições realizadas pelas empresas à campanha do Presidente revelassem uma possível influência de (grupos) de interesses organizados sobre a configuração de política comercial, especificamente a proteção comercial.

Em suma, verifica-se que na literatura empírica sobre comportamento legislativo que visa identificar os determinantes do comportamento do voto nominal dos congressistas brasileiros em decisões de política comercial, são apresentadas evidências da influência de determinantes: institucionais, ideológicos e locais, sobre o comportamento destes votos.

Embora, na literatura internacional, existam evidências da influência de interesses de grupos organizados ou de setores específicos (determinantes econômico-setoriais) sobre o comportamento do voto dos legisladores em matérias de política comercial, esta influência ainda não foi avaliada para o caso brasileiro.

De maneira geral, esta pesquisa visa avaliar que fatores são determinantes do comportamento do voto dos congressistas brasileiros na decisão sobre políticas (acordos) de comércio internacional. Mais especificamente, busca-se analisar a influência de interesses de grupos econômicos organizados, determinante econômico-setorial, sobre o comportamento do voto dos congressistas brasileiros na apreciação políticas (acordos) de comércio internacional.

Além disto, busca-se lançar alguma luz sobre o que explica o comportamento dissidente do congressista brasileiro em temas de política comercial.

Justifica-se esta pesquisa, em primeiro lugar, pela possibilidade de poder contribuir para consolidar o entendimento sobre a influência de determinantes de ordem institucional e ideológica sobre o comportamento dos congressistas brasileiros, haja vista a divergência observada entre os estudos que analisaram os efeitos destes determinantes para o caso brasileiro.

Em segundo lugar, pela possibilidade de poder contribuir para consolidar a compreensão sobre que determinantes locais (regionais ou federativos) afetariam o comportamento dos congressistas brasileiros, devido à divergência observada entre os estudos que avaliaram este aspecto para o caso brasileiro, quanto ao determinante local específico.

Em terceiro lugar, apesar dos estudos sobre a formação de coalizões em função de políticas de comércio exterior e da influência de grupos de interesse sobre a definição e aceitação destas políticas,²⁴ a avaliação da influência de grupos de interesse sobre o comportamento dos votos dos congressistas brasileiros carece de atenção. Sobretudo se considerarmos os estudos que apresentam evidências sobre a compatibilidade do comércio exterior do Brasil com teorias do comércio internacional²⁵ e sobre a existência da ação de grupos de interesse sobre a política comercial brasileira.²⁶ Assim, justifica-se esta pesquisa pela possibilidade de poder contribuir para consolidar a compreensão sobre os determinantes do comportamento dos congressistas brasileiros mediante a incorporação de indicador da influência de grupos de interesses, com base na literatura de Economia Política Internacional.

Em quarto lugar, pela possibilidade de lançar alguma luz sobre o que explica o comportamento dissidente do congressista brasileiro em temas de política comercial e, desta forma, poder contribuir para o entendimento destes comportamentos.

Por fim, a incorporação das contribuições às campanhas dos congressistas à análise do comportamento dos votos destes legisladores requer que estas contribuições sejam organizadas de forma a expressar o formato de coalizões que poderiam se formar em função

²⁴ Bailey, Goldstein and Weingast (1997); Rogowski (1987; 1989); Midford (1993); Grossman and Helpman (1994); Baldwin and Magee (2000 e 2001); Hiscox (2002); Fordham and McKeown (2003); Gawande and Hoekman (2006).

²⁵ Hidalgo (1985), Machado (1997), Soares (2002), Cardoso *et al.* (2005), Hernández-Muriel (2005); Hidalgo e Feistel (2013).

²⁶ Ferreira and Facchini(2005); Marzagão (2008); Oliveira (2011).

da proposta de política comercial em apreciação, o que torna necessário compatibilizar diferentes classificações de informações como, por exemplo, de atividades econômicas e de comércio internacional, entre outras. Assim, a última justificativa para a realização desta pesquisa é a possibilidade de estruturar um procedimento metodológico que possa ser utilizada para analisar outros casos de políticas de comércio exterior e de política externa, como forma de contribuir para a compreensão dos determinantes do comportamento dos votos dos congressistas brasileiros e do comportamento Legislativo no Brasil.

O trabalho está organizado em mais quatro capítulos. No segundo capítulo é apresentada revisão da literatura sobre assunto que, embora não seja exaustiva, visa apontar os principais aspectos que caracterizariam as relações entre o comportamento do voto legislativo em assuntos de política comercial. No terceiro capítulo será apresentado o método de análise das informações que permite responder as perguntas de interesse desta pesquisa, assim como serão apresentadas as variáveis utilizadas. No quarto capítulo, os resultados obtidos serão apresentados e comentados. Por fim, no quinto capítulo serão feitas considerações finais sobre este trabalho de pesquisa.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo será apresentada uma revisão da literatura que permite identificar determinantes do comportamento de legisladores na apreciação de propostas de política comercial, tendo em vista especificar uma estrutura para buscar compreender o comportamento dos votos dos congressistas brasileiros em votações de acordos de comércio internacional, com base na análise do caso da proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL.

Conforme visto no capítulo anterior, o exame da literatura que analisa os determinantes do comportamento legislativo e dos votos dados por legisladores em matérias de política comercial permite organizá-los, inicialmente, em fatores determinantes internos e externos ao processo legislativo. Os determinantes internos ao processo legislativo estão associados a aspectos institucionais, enquanto os determinantes externos referem-se a aspectos ideológicos e a características da base eleitoral ou constituintes (*constituencies*) do legislador, que podem ser tanto de ordem local como de ordem econômico-setorial. A figura abaixo, já apresentada no capítulo 1, ilustra a classificação dos fatores determinantes do comportamento dos votos dos legisladores em matérias de política comercial.

Figura 3- Fatores determinantes do voto

Este capítulo está estruturado em quatro seções além desta introdução. Na primeira seção serão apresentados os determinantes institucionais, internos ao processo legislativo. Nas seções seguintes serão apresentados os determinantes externos, começando com os determinantes ideológicos, apresentados na segunda seção. Os determinantes associados às bases eleitorais (*constituencies*) dos legisladores, de ordem local (regional/federativa) ou de ordem econômico-setorial, serão apresentados nas seções 3 e 4, respectivamente.

2.1. DETERMINANTES INSTITUCIONAIS

Parte da literatura sobre o comportamento legislativo destaca que instituições políticas formais domésticas, determinantes internos ao processo legislativo, desempenham papel importante na conformação das escolhas de políticas comerciais. Entre os aspectos institucionais destacam-se: a orientação/liderança partidária (disciplina partidária), pertencimento do partido à coalizão do governo ou à oposição ao governo, o poder de agenda do Presidente, participação em comissões legislativas e aspectos do sistema eleitoral e dos regimes políticos.

Rogowski (1987b) argumenta que países cujas economias apresentam maior dependência do comércio internacional tendem a preferir sistemas eleitorais proporcionais com distritos de maiores dimensões, como forma de reduzir as pressões de interesses protecionistas. De acordo com a hipótese neoclássica, como a liberalização comercial aumentaria o bem-estar nacional, mas prejudicaria certos interesses particulares, então legisladores eleitos por distritos eleitorais maiores teriam mais incentivos para promover políticas que beneficiassem interesses mais amplos e difusos, que legisladores eleitos por distritos com dimensões menores. Assim, tanto em sistema de representação única como em sistema de representação proporcional, o aumento do tamanho do distrito eleitoral reduziria a sensibilidade dos legisladores a interesses protecionistas de grupos particulares em favor de interesses mais amplos e gerais, associados a propostas de maior liberalização comercial, pois legisladores eleitos por bases eleitorais maiores sofreriam maior pressão eleitoral a favor de políticas comerciais liberalizantes ou contra políticas restritivas.

McGillivray (1997) propõe uma teoria que introduz a disciplina partidária, característica institucional do comportamento partidário, como um determinante do comportamento legislativo na escolha das indústrias que seriam protegidas por tarifas sobre importações, em sistemas majoritários, bipartidários e com representação distrital única. Os distritos eleitorais foram classificados como aqueles em que o eleitor mediano distrital tem preferência definida em relação ao partido do governo ou ao partido da oposição (*safe districts*) e aqueles em que o eleitor mediano é indiferente em relação a estes partidos (*marginal districts*). As indústrias podem estar concentradas em certos distritos eleitorais ou dispersas entre eles. Os resultados empíricos das avaliações das proposições derivadas do modelo teórico mostraram que a disciplina partidária é determinante na definição da distribuição das tarifas sobre importações entre os tipos de indústrias e de distritos, de forma que, em sistemas majoritários, partidos altamente disciplinados concederiam mais proteção às

indústrias concentradas em distritos “neutros” (*marginal districts*), enquanto partidos mais indisciplinados concederiam mais proteção às grandes indústrias dispersas entre os distritos.

Conforme apontado por Nielson (2003), a análise da relação entre instituições políticas e política comercial em países em desenvolvimento indicou que a delegação de significativos poderes legislativos ao presidente e às lideranças partidárias tende a fazer prevalecer políticas comerciais liberalizantes sobre interesses protecionistas. Isto ocorreria porque estes representantes políticos estariam mais encarregados da provisão de benefícios mais amplos e difusos decorrentes de políticas comerciais liberalizantes e estariam mais insulados de interesses protecionistas particulares. Os resultados do estudo também indicaram alguma evidência de que o crescimento do tamanho dos distritos eleitorais e do número de partidos políticos estimularia liberalização comercial e desestimularia a adoção de medidas protecionistas.

Hankla (2006) argumenta que, em países democráticos, quanto mais fortes forem os partidos políticos, maior é a propensão à escolha de políticas comerciais liberalizantes. A força do partido político aumenta com a elevação do seu grau de centralização organizacional e da estabilidade de sua ligação com bases (grupos) eleitorais maiores (mais amplas). O grau de centralização partidária seria maior, quanto maiores fossem os graus de transferência das decisões aos líderes dos partidos e de disciplina partidária. Neste sentido, em democracias, partidos mais centralizados e com relações estáveis com bases eleitorais maiores seriam mais resistentes às pressões protecionistas e mais propensos a tomar mais decisões liberalizantes em comércio internacional. Com isto, em países democráticos, maior disciplina partidária tenderia a estimular a adoção de decisões liberalizantes.

Karol (2007) avaliou o argumento que afirma que quanto maior for o tamanho da base eleitoral do representante político, maior seria seu compromisso com políticas liberalizantes de interesse geral e menor seria sua sensibilidade a interesses particulares protecionistas. Neste sentido, Presidentes seriam menos protecionistas que os congressistas e que, entre os congressistas, senadores seriam menos protecionistas que deputados, por causa da maior dimensão de suas bases eleitorais. Contudo, os resultados do estudo não dão suporte a este argumento, já que o comportamento liberalizante dos Presidentes decorreria mais do alinhamento de suas preferências com as do Congresso. No caso dos congressistas, seus votos em apreciações de propostas de política comercial mostraram-se mais afetados pelo pertencimento a câmaras específicas que pelo tamanho da base eleitoral, já que interesses particulares, que até poderiam ter mais expressão em distritos menores, poderiam induzir os

congressistas tanto a um comportamento protecionista como liberalizante e que os conflitos distributivos entre classes de fatores de produção, captados pelas disputas entre os partidos políticos, seriam mais influentes na determinação destes votos que interesses distritais particulares.

Pinheiro e Mignozzetti (2013) avaliaram a influência do tamanho da base eleitoral (*Constituency Size*) sobre o comportamento dos votos dos congressistas brasileiros em propostas de política comercial com caráter liberalizante. Os resultados obtidos não deram suporte à hipótese de que legisladores com bases eleitorais maiores (menores) seriam mais (menos) propensos a votar a favor de liberalização, por estarem mais (menos) insulados de interesses particulares, pois, embora o tamanho da base eleitoral tenha afetado de forma significativa o comportamento dos votos, os resultados obtidos indicaram relação contrária à da hipótese investigada.

Feliú (2012a) e Feliú e Oliveira (2014) analisaram o comportamento legislativo em assuntos de política externa do conjunto de seis países latino-americanos: Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai e Peru. Os trabalhos avaliaram se o comportamento legislativo apresentou padrão unificado em temas de política externa, diferentemente do padrão que caracteriza o tratamento de políticas domésticas, marcado por forte polarização partidária, especificamente entre os partidos da base do governo e os partidos da oposição. Os resultados indicaram que o comportamento legislativo na área externa é semelhante ao observado na doméstica, ou seja, é marcado pela polarização entre a base governista e a oposição. Feliú e Oliveira (2014) apresentaram evidências de que os votos em política externa seriam influenciados pelo pertencimento ou não do legislador à coalizão partidária do governo. Como os resultados foram reportados para o conjunto dos países como todo, sem discriminação de países em particular, não foi possível identificar aspectos particulares do caso brasileiro. Porém, Feliú (2012a) apresentou resultados separados para os países anteriormente mencionados e, especificamente para o Brasil, o estudo não encontrou evidência de que o pertencimento ou não do legislador à coalizão partidária do governo tivesse influenciado os votos destes legisladores (deputados federais) brasileiros.

Contudo, outros estudos encontraram evidências de que o pertencimento ou não do legislador à coalizão partidária do governo seja fator determinante do comportamento dos votos dos legisladores em matérias de política comercial (FELIÚ e AMORIM, 2011; e OLIVEIRA, 2013).

Se a relação apresentada por Hankla (2006) é válida, então maior disciplina partidária deveria aumentar a probabilidade de que o legislador votasse favoravelmente à adoção de acordos de liberalização comercial. Porém, se o pertencimento ou não do legislador à base partidária do governo é fator determinante dos votos dos legisladores, então a disciplina partidária pode tanto induzir voto tanto favorável à liberalização como contrário a ela, dependendo do fato do partido do legislador ser da base governista ou da oposição, respectivamente.

Um aspecto interessante sobre o comportamento dos legisladores em matérias de política externa, no que se refere ao pertencimento ou não do legislador a partido da base do governo ou da oposição foi destacado por Feliú e Oliveira (2014, p.14):

“En el caso de la dicotomía entre gobierno y oposición, como señalan Godbout y Hoyland (2008), los partidos opositoristas tienden a votar contrariamente al partido o partidos del gobierno, independientemente de la propuesta gubernista ser preferible al *status quo*.”

2.2. DETERMINANTES IDEOLÓGICOS

Os determinantes externos ao processo legislativo que se referem a aspectos ideológicos são constituídos pela ideologia do legislador e a ideologia partidária. A literatura que analisa a influência da ideologia sobre as preferências de legisladores em relação a temas de política comercial busca identificar correlação entre ideologia e posicionamento, favorável ou contrário, em relação a propostas de liberalização comercial. Neste sentido, busca-se avaliar se há correspondência entre o posicionamento ideológico no espectro esquerda–direita e preferência por abertura comercial no espectro protecionismo–liberalização, ou seja, se partidos de esquerda seriam mais protecionistas ou liberalizantes que os partidos de direita, ou vice-versa. Um aspecto comum na literatura empírica brasileira é avaliar a influência da ideologia partidária em consonância com a análise do efeito do pertencimento ou não do partido do legislador à base do governo sobre o comportamento legislativo.

Milner e Judkins (2004) avaliou se os partidos políticos, de direita e de esquerda, de países desenvolvidos se posicionariam de maneira diferente em relação a propostas de política comercial. O exame de um conjunto de países desenvolvidos durante o período de 1945 a

1998²⁷ mostrou que as coalizões de classe, ou seja, baseadas na divisão entre fatores de produção, que tradicionalmente caracterizaram as clivagens partidárias, entre esquerda e direita, foram refletidas nas preferências partidárias em relação à propostas de política comercial. Nestas economias, aonde o fator trabalho tende a ser relativamente mais escasso, os partidos de esquerda adotaram posicionamento mais protecionista que os partidos de direita, representantes do fator capital, relativamente abundante em seus territórios. Assim, haveria uma correspondência entre ideologia partidária e posicionamento dos partidos políticos em relação às propostas de política comercial, no sentido proposto pelo teorema de Stolper-Samuelson, já que os partidos representantes dos interesses do fator de produção relativamente mais escasso nas economias analisadas tenderiam a adotar posturas mais protecionistas que os partidos representantes do fator de produção mais abundante, que adotariam posicionamentos mais liberalizantes. Desta maneira, a ideologia partidária foi entendida como principal determinante das preferências partidárias em relação a propostas de política comercial. Outro aspecto apontado pelo estudo foi que, embora os partidos de esquerda e de direita divergissem em seus posicionamentos em relação à liberdade comercial e dos mercados, sem apresentar convergência para uma posição central ou conciliadora dos diferentes interesses, o avanço da globalização os posicionamentos dos partidos mais liberalizantes.

Dutt and Mitra (2005, 2006) avaliou como a ideologia do partido do governo afetaria as escolhas de política comercial, tendo como referência um modelo com estrutura Heckscher-Ohlin, com dois setores e dois fatores de produção (capital e trabalho). Os resultados obtidos deram suporte à previsão do modelo teórico, apresentado em Dutt and Mitra (2002), de que governos de esquerda adotariam políticas comerciais mais protecionistas em países com maior abundância relativa de capital, enquanto adotariam políticas mais liberalizantes em países com maior abundância relativa de trabalho, comparativamente aos governos de direita, sobretudo em países democráticos, em relação a regimes ditatoriais.

Feliú, Galdino e Oliveira (2007) avaliaram a influência da ideologia partidária no comportamento dos votos dos Deputados chilenos nas votações nominais sobre a ratificação dos tratados bilaterais de livre comércio que ocorreram no período de 1990 a 2006. O intuito do trabalho era averiguar se os votos dos deputados chilenos seriam mais determinados pela ideologia ou por interesses locais no distrito eleitoral do deputado, medidos pela taxa de desemprego. Os resultados apresentados indicaram que a ideologia dos partidos políticos

²⁷ 25 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

quanto interesses locais exerceram papel importante na determinação dos votos dos deputados. Assim, o posicionamento ideológico dos partidos políticos influenciou de maneira significativa o comportamento dos votos dados a propostas de política comercial. Mais especificamente, o estudo indicou que quanto mais de esquerda fosse o posicionamento ideológico do partido, maior seria a chance de seus legisladores votarem a favor de maior liberalização comercial. Sobre este último aspecto, se, comparativamente ao resto do mundo, a economia chilena fosse relativamente mais abundante em trabalho que em capital e se for válida a relação entre partido de esquerda e interesses trabalhistas e entre partido de direita e interesses capitalistas (empresariais), então este comportamento observado dos votos por influência da ideologia partidária é compatível com o resultado mais geral apontado por Milner e Judkins (2004), na medida que seria compatível com o comportamento esperado com base no teorema de Stolper-Samuelson.

Análises feitas sobre a influência da ideologia do partido político do legislador sobre o comportamento do voto do legislador no Brasil mostrou resultados divergentes sobre este efeito. Feliú (2012a), trabalho já apresentado anteriormente, avaliou os efeitos da ideologia do partido político do legislador e de outros determinantes²⁸ sobre o voto de legisladores de seis países latino-americanos²⁹ em matérias de política comercial. Os resultados referentes ao Brasil não indicaram evidência de que os votos dos legisladores brasileiros sofressem influência da ideologia do partido político do legislador. Os resultados de Feliú e Oliveira (2014), trabalho também já apresentado anteriormente, mostraram que para o conjunto dos votos dos legisladores destes países em assuntos de política externa, a ideologia partidária afetou de maneira significativa o comportamento destes votos. Em concordância com estes resultados, Oliveira (2013) apresentou evidências de que o comportamento dos legisladores brasileiros em temas de política externa e, especificamente, de política comercial foi afetado de maneira significativa pela ideologia do partido do legislador. Estes dois últimos trabalhos avaliaram o efeito da ideologia partidária e do pertencimento ou não do partido do legislador à base política do governo.

²⁸ Pertencimento do partido do legislador à coalizão/base partidária do governo, taxa de desemprego e participação das exportações do distrito eleitoral no seu PIB.

²⁹ Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai e Peru.

2.3. DETERMINANTES LOCAIS – CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DA BASE ELEITORAL DO LEGISLADOR

Na literatura sobre o comportamento legislativo e o comportamento do voto de legisladores em relação a políticas comerciais verifica-se que características econômicas e sociais das bases ou distritos eleitorais dos legisladores influenciam seus comportamentos e preferências por estas políticas.

Schonhardt-Bailey (1996) analisou a abolição unilateral das tarifas de proteção à agricultura, conhecidas como “Corn Laws”,³⁰ por parte do Parlamento inglês em 1846. O trabalho descreve a disputa política entre, de um lado, a classe média em ascensão, associada ao setor manufatureiro e exportador em expansão e, de outro lado, a aristocracia fundiária politicamente dominante, associada ao setor agrícola em declínio. O setor fabril-manufatureiro demandava a retirada das restrições comerciais representadas pelas “Corn Laws” como forma de aumentar as exportações de produtos manufaturados britânicos. A justificativa para este argumento era que se países estrangeiros pudessem vender cereais na Inglaterra, eles teriam mais divisas para poder adquirir produtos manufaturados ingleses. Porém, a remoção das tarifas sobre importações de cereais representava uma ameaça direta aos interesses da aristocracia agrícola, que devido a elas conseguia manter os preços dos cereais mais elevados e garantir maior lucratividade.

O aspecto intrigante deste processo foi o apoio dado por representantes do Partido Conservador à remoção das “Corn Laws”, pois a base eleitoral do partido era composta pelos produtores agrícolas, aos quais interessava a manutenção destas barreiras às importações de cereais. Schonhardt-Bailey (2006, *apud* OLIVEIRA, 2013) relata que o comportamento dissidente de alguns parlamentares do Partido Conservador estava associado a uma mudança de composição na estrutura produtiva em seus distritos eleitorais, nos quais a produção agrícola perdia participação para a produção manufatureira. Conforme salienta Schonhardt-Bailey (1996) as demandas liberalizantes do setor manufatureiro ganharam expressão devido à organização destes interesses, processo no qual se destacou a atuação da *League Machine* (*Anti-Corn Law League*), um dos primeiros exemplos de atuação de grupo de interesse organizado (*lobby*).³¹ Desta maneira, além das demandas e *lobbies* protecionistas por parte do

³⁰ *Corn* era uma maneira genérica de se referir a cereais em geral, como trigo,

³¹ A *Anti-Corn Law League*, mais conhecida como *League Machine*, iniciou suas atividades em 1836 em Londres com o nome de *Anti-Corn Law Association*, e foi reconhecida como “the most impressive of nineteenth century pressure groups, which exercised a distinct influence on the repeal of the Corn Laws in 1846.” (CHALONER, *apud* SCHONHARDT-BAILEY, 1996, p.3) e cuja organização “presents one of the first

setor agrícola, observou-se o surgimento e fortalecimento de demandas e *lobbies* liberalizantes por parte do setor manufatureiro dos distritos de representantes do Partido Conservador. Assim, características econômicas (*lobbies*) e locais das bases eleitorais determinaram o comportamento dos votos de legisladores, neste caso, comportamento dissidente de parlamentares do Partido Conservador Britânico.

Henisz and Mansfield (2006) salienta que a deterioração das condições macroeconômicas nos distritos eleitorais dos legisladores é importante fonte de origem de demandas protecionistas, que podem gerar pressão sobre o comportamento destes legisladores frente à política comercial. Porém, argumenta que demandas localizadas de grupos de interesse e instituições devam ser consideradas de forma interligada para captar os efeitos de condições econômicas dos distritos eleitorais dos legisladores sobre políticas econômicas externas. O argumento é que maior (menor) grau de centralização do poder decisório em política comercial estaria associado a um menor (maior) número de pontos de veto às propostas de redução da abertura comercial, o que tornaria mais fácil (difícil) atender demandas protecionistas. Assim, a capacidade de que a deterioração de condições macroeconômicas pudesse reduzir o grau de abertura ou de integração comercial seria enfraquecida em países em que o poder decisório estivesse mais fragmentado (houvesse mais pontos de veto) em relação àqueles em que o poder decisório estivesse altamente concentrado no governo (houvesse menor número de pontos de veto). Desta forma, demandas protecionistas de grupos de interesse teriam maior capacidade de serem atendidas em regimes democráticos que em outros regimes políticos.

De maneira geral, a deterioração das condições macroeconômicas geraria pressões protecionistas e contrárias ao aprofundamento da abertura comercial. Entre as características macroeconômicas que sensibilizariam o comportamento dos legisladores em decisões de política comercial reconhece-se que a principal variável é a taxa de desemprego:

“It is widely argued that, among the macroeconomic determinants of trade policy, unemployment is crucial. In fact, as Bergsten and Cline (1983:77) point out, ‘conventional wisdom suggests that high levels of unemployment are the single most important source of protectionist pressures.’ Similarly, an International Monetary Fund study concludes that “perhaps the most crucial factor and the one most likely to influence policy choices toward protection is the extent and duration

examples of a recurring feature of modern political life, the highly organized political pressure group with its centralized administration and its formidable propaganda apparatus.” (HOWE, 1984, *apud* SCHONHARDT-BAILEY, 1996, p.3).

of existing unemployment’’ (Nowzad 1978:35). Various other studies have arrived at the same conclusion (Hughes and Waelbroeck 1981; Wallerstein 1987).’’ (HENISZ and MANSFIELD, 2006, p. 191).

Conforme visto na seção anterior deste capítulo, observou-se no Brasil que o grau de disciplina partidária é muito elevado, o que indica que grau de atendimento à orientação de voto feita pelo partido é alto, o que pode ser interpretado como alto grau de centralização do poder decisório dentro dos partidos. Dado que o pertencimento do partido do legislador à base do governo é fator com forte poder de explicação do comportamento legislativo e que há elevado grau de disciplina partidária, então, na medida em que os legisladores da base partidária do governo votarão conforme a orientação do partido, que deverá ser de aprovar a proposta apresentada pelo Presidente, então é possível interpretar este contexto como apresentando forte concentração do poder decisório no governo e, conseqüentemente, tendo um menor número de pontos de veto. Assim, de acordo com o argumento de Henisz and Mansfield (2006), então os legisladores brasileiros devem apresentar sensibilidade relativamente maior à taxa de desemprego nos seus distritos eleitorais, o que tornaria a taxa de desemprego um importante determinante local do comportamento do voto destes legisladores em política comercial.

Há outras evidências da importância de características econômicas das bases (distritos) eleitorais e, especificamente, da taxa de desemprego na determinação do comportamento dos legisladores em matérias de política comercial. Os resultados apresentados por McGillivray (1997) indicaram que o grau de disciplina partidária explica parcialmente a concessão de proteção comercial aos distritos e indústrias e que os legisladores concedem maiores tarifas sobre importações aos distritos com maiores desvantagens comparativas e altas taxas de desemprego.

Feliú, Galdino e Oliveira (2007) avaliaram a influência da ideologia partidária e de interesses locais do distrito eleitoral do legislador, medidos pela taxa de desemprego, sobre o comportamento dos votos dos deputados chilenos nas votações nominais de acordos de liberalização comercial entre 1990 a 2006. Os resultados apresentados indicaram que tanto a taxa de desemprego, indicador dos interesses locais, quanto a ideologia dos partidos políticos exerceram papel importante na determinação dos votos destes deputados.

Exame do caso brasileiro foi feito por Feliú (2012a), que avaliou os efeitos de diferentes determinantes do comportamento de legisladores brasileiros.³² O estudo considerou determinantes de natureza institucional (pertencimento do partido do legislador à coalizão/base partidária do governo), ideológica (ideologia do partido político do legislador) e local (taxa de desemprego e participação das exportações do distrito eleitoral no seu PIB). Os resultados apresentados indicaram que a única variável que influenciou o voto dos deputados federais brasileiros foi a participação das exportações do distrito eleitoral no seu PIB, ou seja, o estudo não encontrou evidência de que os votos destes legisladores brasileiros sofressem influência da taxa de desemprego, assim como de determinantes de natureza institucional ou ideológica. Assim, ainda não há evidência de que a taxa de desemprego nos distritos eleitorais (unidades da federação) seja aspectos que influencie o comportamento do voto de legisladores brasileiros.

2.4. DETERMINANTES ECONÔMICO-SETORIAIS – INTERESSES DE GRUPOS ECONÔMICOS

A adesão da Venezuela ao MERCOSUL é a expansão de um acordo comercial entre países em desenvolvimento, o que na literatura de comércio internacional é denominado de acordo Sul-Sul. A teoria tradicional de comércio internacional prevê ganhos de comércio decorrentes da integração comercial Norte-Sul, ou seja, entre países com vantagens comparativas distintas, originadas de suas diferentes dotações de fatores de produção.³³ Assim, de acordo com esta teoria, adesão da Venezuela ao MERCOSUL deveria gerar pequenos ganhos de comércio para ambas as partes, pois envolve países com vantagens comparativas semelhantes decorrentes de dotações de fatores de produção similares, caracterizadas pela abundância do fator trabalho e pela escassez do fator capital, o que não justificaria a implementação de uma área de livre comércio entre estes países.

Contudo, sob a ótica das teorias mais modernas de comércio internacional, ou seja, considerando-se a existência de diferenciação de produtos, a existência de economias de escala na produção e a possibilidade de que a concorrência nos mercados seja imperfeita,

³² Convém lembrar que este estudo não se restringiu à análise do caso brasileiro, pois analisou os determinantes do comportamento legislativo para um conjunto de seis países latino-americanos, conforme já foi exposto anteriormente.

³³ Krugman e Obstfeld (2010), caps. 02 e 04; Carbaugh (2004), caps.02 e 04.

então, o comércio entre os países membros do MERCOSUL e a Venezuela, que têm dotações de fatores de produção semelhantes, poderia gerar ganhos de comércio e crescimento econômico para todas as partes, o que justificaria a redução e a eliminação de barreiras tarifárias e, mais ainda, a implementação de uma área de livre comércio entre estes países.³⁴

Apesar dos possíveis ganhos comerciais agregados para os países envolvidos neste acordo, a maior liberalização dos seus mercados pode, naturalmente, gerar ganhos para alguns setores e perdas para outros setores em cada país.

Dois modelos se destacam dentro da teoria inter-industrial do comércio internacional, quais sejam: o modelo Heckscher-Ohlin e o modelo Ricardo-Viner.

No modelo Heckscher-Ohlin considera-se que os fatores de produção podem mover-se livremente entre os setores produtivos da economia. Assim, em um processo de liberalização comercial, haveria um deslocamento dos fatores de produção dos setores perdedores para os ganhadores, o que promoveria uma equalização dos retornos aos fatores de produção na economia como um todo, fazendo com que os retornos específicos de cada fator produtivo aumentassem ou diminuíssem independentemente do setor de atividade que os emprega.³⁵

Ainda de acordo com este modelo, os países envolvidos nos acordos de liberalização comercial tornam-se mais especializados do ponto de vista produtivo, exportando mercadorias produzidas pelos setores que usam mais intensivamente o fator de produção que é mais abundante e importando mercadorias intensivas no fator de produção mais escasso.

Assim, de acordo com o Teorema de Stolper-Samuelson, a liberalização comercial beneficiaria os detentores do fator de produção mais abundante e os setores com produção mais intensiva neste fator, às expensas, dos detentores do fator de produção mais escasso e dos setores que o utilizam mais intensamente no processo produtivo, ao promover uma redistribuição da renda nacional em favor dos primeiros em detrimento aos segundos.

Sendo assim e com base em Rogowski (1987), em cada país, os detentores dos fatores de produção relativamente mais abundante e os setores com produção mais intensiva nestes fatores serão politicamente mais favoráveis à liberalização comercial, enquanto os possuidores dos fatores de produção relativamente mais escassos e os setores que os utilizam mais intensamente no processo produtivo se oporão a uma maior liberalização comercial e

³⁴ Krugman e Obstfeld (2010), cap. 06; Carbaugh (2004), cap. 04.

³⁵ Krugman e Obstfeld (2010), caps. 02 e 04; Carbaugh (2004), caps. 02 e 04.

demandarão mais proteção comercial, de forma que seria esperado que as coalizões quanto à política comercial fossem específicas para cada fator de produção, independentemente dos setores produtivos, ou seja, incorporando fatores produtivos de um mesmo tipo alocados em diferentes setores da economia.³⁶

Já no modelo Ricardo-Viner, assume-se que pelo menos alguns fatores de produção não podem mover-se entre os setores da economia, devido às suas maiores especificidades setoriais, que impede ou dificulta bastante a sua utilização em outro setor produtivo. Com isto, os retornos dos fatores de produção mais específicos a uma atividade econômica aumentam ou diminuem independentemente de que estes fatores sejam do mesmo tipo ou não.

Assim, uma maior liberalização do comércio internacional beneficia os detentores dos fatores de produção mais específicos alocados nos setores exportadores, ao promover uma redistribuição da renda nacional em seu favor e em detrimento dos fatores de produção mais específicos alocados nos setores que competem com importações pelo mercado nacional.³⁷

Desta forma e com base em Rogowski (1987), em cada país, os detentores dos fatores de produção mais específicos às indústrias exportadoras serão politicamente mais favoráveis à liberalização comercial, enquanto os possuidores dos fatores de produção mais específicos às indústrias que competem com importações pelo mercado nacional se posicionarão contra uma maior liberalização comercial e demandarão mais proteção comercial, de forma que seria esperado que as coalizões quanto à política comercial se formassem em função do tipo de setor produtivo (exportador ou competidor com importações) e podendo envolver fatores produtivos distintos.³⁸

Hiscox (2001 e 2002) avaliaram como a mobilidade dos fatores afeta a formação de coalizões de classe e de setores, indicando que as coalizões de classe são mais expressivas se a mobilidade dos fatores for alta, enquanto que as coalizões setoriais serão mais expressivas se a mobilidade de fatores for baixa.

Já na teoria intra-industrial do comércio internacional, mais moderna, assume-se que existem retornos crescentes à escala de produção e que as mercadorias são diferenciadas, de forma que o regime de competição nos mercados é de concorrência imperfeita, diferentemente

³⁶ Rogowski (1987) apresenta explicações bastante detalhadas sobre este processo para diferentes configurações da dotação de fatores de produção. Alt *et al.* (1996) apresentam uma síntese muito boa sobre este aspecto.

³⁷ Krugman e Obstfeld (2010), caps. 02 e 04; Carbaugh (2004), caps. 02 e 04.

³⁸ Alt *et al.* (1996) apresentam uma síntese muito boa sobre este aspecto também.

do que se supõe nos modelos Heckscher-Ohlin e Ricardo-Viner, nos quais os mercados operam em competição perfeita devido à homogeneidade das mercadorias e aos retornos decrescentes à escala de produção.³⁹ Segundo Rodrik (1995) estes modelos explicam pequena parcela do comércio internacional, não explicando o comércio intra-industrial, que representa maior parte do comércio global.

De acordo com a teoria intra-industrial o comércio internacional decorre justamente da possibilidade de diferenciação das mercadorias e do aproveitamento dos ganhos de escala de produção, que permitem a troca de mercadorias diferenciadas que são produzidas por um mesmo setor de atividade.

Desta forma, uma maior liberalização comercial seria neutra do ponto de vista da distribuição da renda nacional ou, pelo menos, teria efeitos muito menores aos previstos pelos modelos de comércio inter-industrial, não impondo perdas significativas aos detentores dos fatores de produção em virtude da realocação setorial destes fatores. Sendo assim, as coalizões favoráveis e contrárias a uma maior liberalização comercial não se formariam de forma tão nítida, quer seja por tipo de fator de produção quer seja por tipo de setor produtivo.⁴⁰

Hidalgo e Feistel (2013) avaliou como a estrutura do comércio exterior brasileiro, em termos da intensidade no uso de fatores de produção, mudou após a abertura comercial, considerando-se três fatores de produção: trabalho, recursos naturais e capital. O trabalho identificou as seguintes tendências de longo prazo na pauta de exportações brasileiras: aumento de participação dos produtos intensivos em recursos naturais, queda de participação dos produtos intensivos em capital e trabalho. Quanto às importações, foram identificadas as seguintes tendências: crescente participação de produtos intensivos em capital e uma queda de participação de produtos intensivos em recursos naturais. Estes resultados indicam que há evidências da validade da teoria de Heckscher-Ohlin para o Brasil, o que também já havia sido indicado por outros trabalhos (HERNÁNDEZ-MURIEL, 2005; HIDALGO, 1985; MACHADO, 1997; SOARES, 2002).

Como as políticas de comércio internacional tendem a gerar redistribuição da renda nacional entre setores e entre proprietários de fatores de produção, devido aos impactos diferenciados sobre os setores da economia, então se espera a configuração de interesses

³⁹ Krugman e Obstfeld (2010), cap. 06; Carbaugh (2004), cap. 04.

⁴⁰ Alt et al. (1996).

favoráveis e contrários política proposta, que poderiam constituir coalizões favoráveis e contrárias a ela (ROGOWSKI, 1987 e 1989; MIDFORD, 1993; HISCOX, 2001 e 2002).

Como diferentes agentes fazem contribuições às campanhas dos congressistas eleitos, poder-se-ia esperar que estes agentes tivessem feito contribuições de campanha para que seus interesses fossem representados e defendidos pelos legisladores que as receberam, quando estivessem votando propostas de política comercial (GROSSMAN and HELPMAN 1994).

Mesmo assim, com base em Olson (1965) e Rodrik (1986), uma vez que a política comercial é um bem público, a configuração destas coalizões e a concretização de suas ações no sentido de pressionar os legisladores para a defesa de seus interesses dependeria, fundamentalmente, de que os grupos interessados fossem capazes de superar as dificuldades da ação coletiva e conseguissem organizar sua manifestação em relação à proposta de política comercial aos congressistas. Conforme Rodrik (1986), haveria uma relação inversa entre o número de empresas no setor produtivo, o montante de recursos destinados à ação coletiva de defesa dos interesses setoriais e o nível de proteção comercial concedido ao setor.

Apesar dos problemas de ação coletiva, existem argumentos que sustentam a demanda por políticas comerciais mais adequadas aos interesses dos agentes que fizeram contribuições às campanhas dos congressistas eleitos, assim como mais adequadas aos interesses dos grupos aos quais estes agentes pertencem.

Conforme Grossman and Helpman (1994), setores específicos organizados apresentam ao governo um menu de diferentes níveis de apoio político associados a níveis específicos de proteção comercial desejados. Embora não seja definido o que é apoio político, é possível que sejam magnitudes de contribuições de campanha.

Também existem argumentos sobre a oferta de políticas comerciais por parte de representantes eleitos. De acordo com Hillman (1989), os representantes políticos ponderam as perdas e os ganhos, em termos do apoio político associado a políticas públicas específicas. Mediante esta ponderação, escolhem apoiar aquelas políticas que maximizem o apoio político associado a ela na sociedade, tendo em vista aumentar a chance de serem reeleitos e manterem-se no poder.

Com base na ideia de que o senso comum sugeriria que grupos de interesse contribuíssem para a campanha de um determinado representante ou partido político como forma de adquirir poder de influência sobre as decisões políticas a serem tomadas pelos

representantes eleitos, Baldwin and Magee (2000), examinam a votação dos congressistas norte-americanos quanto ao NAFTA, a Rodada Uruguai e a decisão de dar tratamento de nação mais favorecida à China. Os resultados encontrados indicam, em primeiro lugar, que as contribuições de campanha influenciaram o voto destes congressistas nas votações sobre o NAFTA e a Rodada Uruguai.

Em segundo lugar que, as contribuições de grupos trabalhistas estavam associadas com votos contrários a maior liberalização comercial, enquanto que as contribuições empresariais estavam associadas com votos favoráveis a uma maior liberalização comercial. Assim, os resultados evidenciam que as coalizões sobre as decisões de política comercial se formaram entre cada tipo de fator produtivo, de acordo com as previsões do modelo Heckscher-Ohlin.

Independentemente do tipo de modelo de comércio internacional que é evidenciado pelas coalizões formadas, é importante a evidência de que elas se formam com base nas contribuições de campanhas aos representantes políticos, o que sugere ser interessante investigar para o caso brasileiro, se as contribuições às campanhas políticas direciona o voto dos deputados federais e dos senadores brasileiros nas decisões sobre acordos de comércio internacional de acordo com o que preveem as teorias de comércio internacional.

Contudo, apesar dos estudos sobre a formação de coalizões em função de políticas de comércio exterior e da influência de grupos de interesse sobre a definição e aceitação destas políticas⁴¹, a avaliação da influência de grupos de interesse sobre o comportamento dos votos dos congressistas brasileiros carece de atenção. Sobretudo se considerarmos os estudos que apresentam evidências sobre a compatibilidade do comércio exterior do Brasil com teorias do comércio internacional⁴² e sobre a existência da ação de grupos de interesse sobre a política comercial brasileira⁴³.

⁴¹ Rogowski (1987); Midford (1993); Grossman and Helpman (1994); Baldwin and Magee (2000); Hiscox (2001); Hiscox (2002); Fordham and McKeown (2003); Gawande and Hoekman (2006).

⁴² Hernández Muriel (2005); Hidalgo e Feistel (2013).

⁴³ Ferreira and Facchini(2005); Marzagão (2008).

3. MÉTODO DE ANÁLISE E BASE DE DADOS

De maneira geral, esta pesquisa visa avaliar a influência de determinantes do comportamento do voto dos congressistas brasileiros em votações de propostas de política comercial. Mais especificamente, busca-se avaliar a influência de determinantes institucionais, locais e econômico-setoriais sobre o comportamento do voto destes congressistas, mediante análise do comportamento dos votos nominais, favoráveis e contrários, que foram dados à proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.⁴⁴

Estes votos constituem as realizações da variável explicada, cujo comportamento busca-se explicar em função do comportamento das variáveis explicativas (determinantes). Cada um destes votos pode ser favorável (sim) ou contrário (não) à proposta, de modo que a variável *voto* é uma variável categórica binária, que assume, por exemplo, os seguintes valores:⁴⁵

$$voto = \begin{cases} 1, & \text{se o voto foi favorável (sim)} \\ 0, & \text{se o voto foi contrário (não)} \end{cases}$$

Neste capítulo será apresentado o procedimento adotado para avaliar a questão de interesse da pesquisa e a base de dados utilizada. Assim, na primeira seção será apresentado o modelo econométrico utilizado para avaliar o efeito de determinantes (variáveis explicativas) sobre o comportamento do voto (variável explicada) dos congressistas brasileiros na decisão sobre a adesão da Venezuela ao MERCOSUL. Na segunda seção serão apresentadas as variáveis que constituem a base de dados considerada na pesquisa, assim como as hipóteses sobre a relação que estas variáveis apresentariam com a variável explicada.

3.1. MODELO ECONOMÉTRICO

Nesta seção será apresentado o modelo *logit* utilizado para avaliar a influência de diferentes determinantes sobre o comportamento dos votos nominais dados pelos

⁴⁴ A razão desta escolha será apresentada no próximo capítulo, mas, basicamente, deve-se à correlação quase perfeita entre determinantes institucionais e ideológicos.

⁴⁵ A vinculação de valores às categorias do voto também poderia ser: 0, para voto a favor (sim), e 1, para voto contra (não).

congressistas (deputados federais e senadores)⁴⁶ brasileiros na apreciação da proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL.⁴⁷

A variável explicada de interesse nesta pesquisa é o voto realizado pelo congressista, que pode assumir apenas dois estados: voto favorável ou voto contrário. A atribuição de valores a estes estados é feita por meio da função indicadora, $1[\cdot]$, que assume valor 1 (um), quando o voto é favorável (evento de interesse), e 0 (zero), quando o voto é contrário:

$$1[\cdot] = \begin{cases} 1, & \text{se } 1[\text{voto favorável}] \\ 0, & \text{se } 1[\text{voto contrário}] \end{cases}$$

Como a variável explicada é uma variável binária, a análise do seu comportamento será feita mediante uso de um modelo de resposta binária ou de escolha discreta, cujo foco é a probabilidade de resposta $p(x)$:

$$p(x) = Pr(y = 1|x) = Pr(y = 1 | x_1, x_2, \dots, x_k)$$

na qual, y é a variável explicada (ou dependente ou resposta) e x é um conjunto de variáveis explicativas (ou independentes ou de estímulo ou covariadas). A variável explicada e as variáveis explicativas serão apresentadas na próxima seção deste capítulo.

Para uma variável explicativa contínua, x_j , o efeito parcial desta variável sobre a probabilidade de resposta é

$$\frac{\partial Pr(y = 1|x)}{\partial x_j} = \frac{\partial p(x)}{\partial x_j}$$

com a variação aproximada na probabilidade de resposta quando a variável explicativa x_j apresenta variação incremental Δx_j , *coeteris paribus*,⁴⁸ dada por

$$\lim_{\Delta x_j \rightarrow 0} \frac{\Delta Pr(y = 1|x)}{\Delta x_j} = \lim_{\Delta x_j \rightarrow 0} \frac{\Delta p(x)}{\Delta x_j}$$

Para uma variável explicativa binária, x_k , o efeito parcial desta variável sobre a probabilidade de resposta é dado pela diferença entre as probabilidades de resposta quando $x_k = 1$ e $x_k = 0$:

⁴⁶ Daqui em diante, sempre que a distinção entre deputado federal e senador não for necessária, ambos serão referenciados por congressista ou legislador, distinguindo-os somente quando houver necessidade.

⁴⁷ Esta apresentação baseia em Wooldridge (2002: 15) e Gujarati (2009: 15), aonde poderão ser encontrados maiores detalhes sobre modelos de resposta binária.

⁴⁸ Mantendo-se todas as demais variáveis constantes, como forma de isolar o efeito da variável x_j sobre a variável explicada.

$$p(x_1, x_2, \dots, x_{k-1}, 1) - p(x_1, x_2, \dots, x_{k-1}, 0)$$

Caso a variável explicativa, x_k , seja discreta, mas não binária, o efeito parcial da variação em uma unidade desta variável sobre a probabilidade de resposta é dado pela diferença entre as probabilidades de resposta quando $x_k = c_k + 1$ e $x_k = c_k$:

$$p(x_1, x_2, \dots, x_{k-1}, c_k + 1) - p(x_1, x_2, \dots, x_{k-1}, c_k)$$

Convém observar que tanto no caso da variável explicativa ser contínua ou discreta (binária ou não), a magnitude do efeito parcial de qualquer destas variáveis depende do valor de todas as outras variáveis explicativas.

Uma variável binária tem a estrutura de variável aleatória de Bernoulli e, desta forma, tem as seguintes propriedades:

- $Pr(y = 1|x) = p(x)$, é probabilidade de resposta, quando ocorre o evento de interesse (voto favorável),
- $Pr(y = 0|x) = 1 - p(x)$, é a probabilidade de resposta, quando não ocorre o evento de interesse (voto contrário),
- $E(y|x) = p(x)$, é a esperança da variável explicada condicionada às variáveis explicativas e
- $V(y|x) = p(x)[1 - p(x)]$, é a variância da variável explicada condicionada às variáveis explicativas.

As estimativas das influências dos determinantes do voto dos congressistas brasileiros poderiam ser feitas com um modelo de probabilidade linear (MPL).⁴⁹ Porém, este modelo apresenta algumas desvantagens. Uma delas é que no MPL as probabilidades de resposta estimadas podem ser menores que 0 (zero) ou maiores que 1 (um), o que viola a própria definição de probabilidade. Outra desvantagem é que o MPL pressupõe que probabilidade de resposta aumenta linearmente com o valor das variáveis explicativas, ou seja, que o efeito parcial (ou marginal ou incremental) de qualquer variável explicativa permanece constante.

Devido a estas desvantagens, é necessário utilizar um modelo de probabilidade que garanta que a probabilidade de resposta assuma apenas valores no intervalo fechado entre 0 (zero) e 1 (um). Também é necessário que a probabilidade de resposta tenda para 0 (zero) a taxas cada vez menores conforme diminua o valor das variáveis explicativas, e tenda para 1

⁴⁹ Detalhes sobre o MPL podem ser obtidas em Wooldridge (2002: 15) e Gujarati (2009: 15).

(um) a taxas cada vez menores à medida que o valor das variáveis explicativas aumenta. Assim, é necessário que o efeito parcial expresso pela relação entre probabilidade de resposta e qualquer variável explicativa não siga padrão linear (reta), mas sim o comportamento de uma curva sigmoide (“em S”), que é semelhante ao comportamento de uma função de distribuição cumulativa de uma variável aleatória.

Para conseguir superar as desvantagens do MPL e considerar as características necessárias para captar a relação não linear entre a probabilidade de resposta e as variáveis explicativas, é que se fez opção de utilizar o modelo *logit* nas análises que serão feitas nesta pesquisa.

Para garantir que as probabilidades de respostas estimadas assumam somente valores no intervalo fechado entre 0 (zero) e 1 (um), faz-se a associação da probabilidade de resposta à função indicadora G :

$$Pr(y = 1|x) = G(z) = G(\beta_0 + \beta_1 x_1 + \beta_2 x_2 + \dots + \beta_k x_k) = G(x\beta),$$

onde, $z = \beta_0 + \beta_1 x_1 + \beta_2 x_2 + \dots + \beta_k x_k = x\beta$. Esta garantia ocorre porque a função indicadora G tem imagem restrita ao intervalo fechado entre 0 e 1:

$$G: z \rightarrow [0; 1], \quad z \in \mathbb{R}.$$

A função indicadora G é uma função estritamente crescente com as seguintes características:

$$\lim_{z \rightarrow -\infty} G(z) = 0, \quad \lim_{z \rightarrow 0^-} G(z) = 0, \quad \lim_{z \rightarrow 0^+} G(z) = 1 \quad \text{e} \quad \lim_{z \rightarrow +\infty} G(z) = 1.$$

Esta função cresce mais rapidamente em $z = 0$, que é seu ponto de inflexão:

$$G''(z) > 0, \forall z < 0 \quad \text{e} \quad G''(z) < 0, \forall z > 0.$$

Além disto, a função indicadora é simétrica:

$$1 - G(-z) = G(z), \forall z \in \mathbb{R}.$$

Modelo de resposta binária, como o modelo *logit*, pode ser derivado a partir de um modelo de variável latente subjacente (y^*) com a seguinte especificação:

$$y^* = x\beta + e, \quad y = \begin{cases} 1, & \text{se } 1[y^* > 0 \leftrightarrow e > -x\beta] \\ 0, & \text{caso contrário} \end{cases}$$

na qual, $1[\cdot]$ é a função indicadora, que assume valor 1 (um), quando o evento de interesse, indicado entre os colchetes é verdadeiro, e 0 (zero), quando este evento é falso. Nesta

especificação, e é uma variável com distribuição contínua e que é independente de x , cuja distribuição é simétrica em relação a 0 (zero).

Com base nas equações apresentadas anteriormente, temos que:

$$\begin{aligned} Pr(y = 1|x) &= Pr(y^* > 0|x) = Pr(e > -x\beta|x) = Pr(e < x\beta|x) \\ \text{como } Pr(e > -x\beta|x) &= 1 - G(x\beta) \text{ e } Pr(e < x\beta|x) = G(x\beta) \\ Pr(y = 1|x) &= Pr(y^* > 0|x) = 1 - G(x\beta) = G(x\beta). \end{aligned}$$

Quando se admite a hipótese de que e tem distribuição logística padrão, o modelo derivado do modelo de variável latente subjacente é chamado de *logit*.

Nos modelos de escolha discreta do tipo *logit*, a função indicadora G é a função de distribuição cumulativa de uma variável aleatória logística padrão:

$$G(z) = \frac{e^z}{1 + e^z} = \frac{1}{1 + e^{-z}}$$

Assim, a probabilidade de resposta no modelo *logit* é dada por:

$$Pr(y = 1|x) = G(z) = \frac{e^z}{1 + e^z} = \frac{1}{1 + e^{-z}}$$

e desta forma,

$$\text{logit}(Pr(y = 1|x)) = \ln\left(\frac{Pr(y = 1|x)}{1 - Pr(y = 1|x)}\right) = x\beta$$

A variável explicada da equação acima é o logaritmo natural da razão de chances de que ocorra um evento (ou uma escolha) particular. Assim:

$$\text{logit}: [0; 1] \rightarrow \mathbb{R}, \quad \forall y \in [0; 1]$$

ou seja, esta especificação converte o problema de estimar a probabilidade de ocorrência de um evento (ou uma escolha particular) no intervalo fechado entre 0 (zero) e 1 (um), no problema de estimar a chance de ocorrência deste evento (ou desta escolha) no conjunto dos números reais.

Em relação aos efeitos parciais (ou marginais ou isolados), uma vez que $p(x) = Pr(y = 1|x) = G(x\beta) = G(z)$, o efeito parcial de uma variável explicativa contínua, x_j , sobre a probabilidade de resposta $p(x)$ é

$$\frac{\partial Pr(y = 1|x)}{\partial x_j} = \frac{\partial p(x)}{\partial x_j} = \frac{\partial G(z)}{\partial x_j} = \frac{\partial G(z)}{\partial z(x)} \cdot \frac{\partial z(x)}{\partial x_j} = g(x\beta) \cdot \beta_j, \text{ onde } g(z) \equiv \frac{dG(z)}{dz}.$$

Conforme visto anteriormente, a função indicadora G é estritamente crescente já que:

$$\lim_{z \rightarrow -\infty} G(z) = 0, \quad \lim_{z \rightarrow 0^-} G(z) = +\infty, \quad \lim_{z \rightarrow 0^+} G(z) = -\infty \quad \text{e} \quad \lim_{z \rightarrow +\infty} G(z) = 1.$$

Como $G(z)$ é uma função de densidade cumulativa estritamente crescente, $g(z)$ é uma função de densidade de probabilidade tal que $g(z) > 0, \forall z \in \mathbb{R}$. Especificamente,

$$g(z) = \frac{e^z}{[1 + e^z]^2}$$

Consequentemente, o sinal do efeito parcial da variável x_j sobre a probabilidade de resposta $p(x)$ será determinado pelo sinal de β_j e a magnitude deste efeito parcial dependerá do valor de todas as outras variáveis explicativas por causa do fator de escala constituído pela densidade $g(x\beta)$.

Uma vez que a função indicadora G tem ponto de inflexão em $z = 0$:

$$G''(z) > 0, \forall z < 0 \quad \text{e} \quad G''(z) < 0, \forall z > 0,$$

e é simétrica:

$$1 - G(-z) = G(z), \forall z \in \mathbb{R},$$

então, g é uma função de densidade simétrica em relação à sua única moda, $z = 0$. Assim, a maior intensidade de um efeito parcial ocorre para a média de z , ou seja, em $z = x\beta = 0$.

Para uma variável explicativa discreta, x_k , o efeito parcial (isolado) da mudança do seu valor em uma unidade sobre a probabilidade de resposta é dado pela diferença entre as probabilidades de resposta quando $x_k = c_k + 1$ e $x_k = c_k$:

$$\begin{aligned} & Pr(y = 1 | x_{-k}, x_k = c_k + 1) - Pr(y = 1 | x_{-k}, x_k = c_k) = \\ & = G(\beta_0 + \beta_1 x_1 + \dots + \beta_{k-1} x_{k-1} + \beta_k [c_k + 1]) - G(\beta_0 + \beta_1 x_1 + \dots + \beta_{k-1} x_{k-1} + \beta_k c_k) \\ & = p(x_1, \dots, x_{k-1}, c_k + 1) - p(x_1, \dots, x_{k-1}, c_k). \end{aligned}$$

Se a variável explicativa, x_k , for binária, o efeito parcial (isolado) da mudança do seu valor de 0 (zero) para 1 (um) sobre a probabilidade de resposta é dado pela diferença entre as probabilidades de resposta quando $x_k = 1$ e $x_k = 0$. Este efeito é obtido pela equação anterior, com a particularidade de que para esta variável, $c_k = 0$:

$$\begin{aligned} & Pr(y = 1 | x_{-k}, x_k = 1) - Pr(y = 1 | x_{-k}, x_k = 0) = \\ & = G(\beta_0 + \beta_1 x_1 + \dots + \beta_{k-1} x_{k-1} + \beta_k) - G(\beta_0 + \beta_1 x_1 + \dots + \beta_{k-1} x_{k-1}) \\ & = p(x_1, \dots, x_{k-1}, 1) - p(x_1, \dots, x_{k-1}, 0). \end{aligned}$$

Novamente, a magnitude do efeito parcial da variável x_k sobre a probabilidade de resposta depende do valor de todas as outras variáveis explicativas e o seu sinal será definido pelo sinal de β_k .

Conforme visto anteriormente, o cálculo do efeito parcial (isolado) de uma variável explicativa, x_j , sobre a probabilidade de resposta $p(x)$ depende dos valores de todas as outras variáveis explicativas.

A estimativa do efeito parcial (isolado) de uma variável explicativa contínua, x_j , sobre probabilidade de ocorrência do evento de interesse é dada por

$$\Delta \widehat{Pr}(y = 1|x) \approx [g(x\widehat{\beta}) \cdot \widehat{\beta}_j] \Delta x_j.$$

Se $\Delta x_j = 1$, então a probabilidade de ocorrência do evento de interesse é aproximadamente: $[g(x\widehat{\beta}) \cdot \widehat{\beta}_j]$, fator de escala dependente dos valores de todas as variáveis explicativas.

Um método utilizado para o cálculo das estimativas dos efeitos parciais (ou marginais) é o dos efeitos parciais (marginais) na média, que consiste em substituir cada uma das variáveis explicativas por suas médias amostrais, $\bar{x}_j$, de modo que o fator de escala usado é

$$g(x\widehat{\beta}) = g(\widehat{\beta}_0 + \widehat{\beta}_1 \bar{x}_1 + \widehat{\beta}_2 \bar{x}_2 + \cdots + \widehat{\beta}_j \bar{x}_j + \cdots + \widehat{\beta}_k \bar{x}_k)$$

onde

$$g(z) = \frac{e^z}{[1 + e^z]^2}$$

Para uma variável explicativa discreta, x_k , o efeito parcial (isolado) estimado desta variável sobre a probabilidade de resposta é dado pela diferença entre as probabilidades de ocorrência do evento de interesse resposta quando $x_k = c_k + 1$ e $x_k = c_k$:

$$G(\widehat{\beta}_0 + \widehat{\beta}_1 \bar{x}_1 + \widehat{\beta}_2 \bar{x}_2 + \cdots + \widehat{\beta}_k [c_k + 1]) - G(\widehat{\beta}_0 + \widehat{\beta}_1 \bar{x}_1 + \widehat{\beta}_2 \bar{x}_2 + \cdots + \widehat{\beta}_k c_k)$$

onde

$$G(z) = \frac{e^z}{1 + e^z} = \frac{1}{1 + e^{-z}}$$

O vetor dos efeitos parciais das variáveis explicativas, $\beta_{(k+1,1)}$, será estimado pelo método de máxima verossimilhança, que considera a heterocedasticidade da variância condicional da variável explicada, y , em relação ao conjunto de variáveis explicativas, x , pois este método é baseado na distribuição condicional de y em relação a x . Um comentário breve

sobre este aspecto é que ele constitui uma vantagem em relação ao modelo de probabilidade linear (MPL), cujas estimativas pelo método de mínimos quadrados ordinários apresentam os efeitos da heterocedasticidade, que podem ser corrigidos em amostras suficientemente grandes.⁵⁰

A significância estatística de cada estimativa $\widehat{\beta}_j$ ($j = 0, 1, \dots, k$) será avaliada por testes de significância individual, cujas hipóteses, nula e alternativa, são respectivamente:

$$\begin{cases} H_0: \beta_j = 0 \\ H_1: \beta_j \neq 0 \end{cases}$$

A escolha de uma destas hipóteses considera a seguinte estatística de teste, distribuída conforme distribuição *t de Student* com $(n - k)$ graus de liberdade:

$$t_{\widehat{\beta}_j} = \frac{\widehat{\beta}_j - \beta_j}{ep(\widehat{\beta}_j)} \sim t_{(n-k)}, \text{ que sob } H_0 \text{ é } t_{\widehat{\beta}_j} = \frac{\widehat{\beta}_j}{ep(\widehat{\beta}_j)} \sim t_{(n-k)},$$

onde $ep(\widehat{\beta}_j)$ é o erro-padrão da estimativa $\widehat{\beta}_j$.

Com base no valor em probabilidade da estatística de teste observada $t_{\widehat{\beta}_j}$ (sob H_0), obtém-se a probabilidade de que a hipótese nula seja verdadeira com a amostra utilizada, chamada de *p-valor* ou *valor-p* estatística de teste observada:

$$p - \text{valor}(t_{\widehat{\beta}_j}) = Prob(t_{(n-k)} < -|t_{\widehat{\beta}_j}|) + Prob(t_{(n-k)} > |t_{\widehat{\beta}_j}|).$$

A significância global das estimativas é avaliada pelas seguintes hipóteses, nula e alternativa:

$$\begin{cases} H_0: \beta_1 = \beta_2 = \dots = \beta_j = \dots = \beta_k = 0 \\ H_1: \exists \beta_j \neq 0, j = 1, 2, \dots, k \end{cases}$$

Para a realização deste teste usa-se a estatística de Wald que é distribuída conforme distribuição qui-quadrado assintótica com k graus de liberdade.

A qualidade do ajuste do modelo às observações que compõem a amostra ou a parcela do comportamento da variável explicada é que determinada pelas variáveis explicativas utilizadas é indicado pelo *pseudo coeficiente de determinação* ou *pseudo R-quadrado* ($pseudo R^2 - \rho^2$) proposto por McFadden (1974, p. 121):

$$pseudo R^2 \equiv \rho^2 = 1 - \frac{\mathcal{L}_{irr}}{\mathcal{L}_0}, \quad 0 < \rho^2 < 1$$

⁵⁰ Mais detalhes sobre o MPL podem ser obtidas em Wooldridge (2002) e Gujarati (2009).

onde $\mathcal{L}_{irr}$ é a função de log-verossimilhança do modelo *irrestrito* (estimado com todas as variáveis explicativas) e $\mathcal{L}_0$ é a função de log-verossimilhança do modelo estimado somente com um intercepto (termo constante: β_0).⁵¹ Se as variáveis explicativas não explicarem qualquer parcela do comportamento da variável explicada, $\mathcal{L}_{irr} = \mathcal{L}_0$, e consequentemente, $\frac{\mathcal{L}_{irr}}{\mathcal{L}_0} = 1$ e $pseudo R^2 = 0$. Se $\mathcal{L}_{irr} = 0$, então $pseudo R^2 = 1$, o que, efetivamente não pode ocorrer, já que significaria que todas as probabilidades estariam sendo corretamente estimadas.

De acordo com Domencich and McFadden (1975, p. 124), a consistência e as propriedades estatísticas do $pseudo R^2$ (ρ^2) dariam a este indicador a capacidade de expressar qualidade do ajuste do modelo às observações, de forma semelhante ao coeficiente de determinação (R^2) utilizado no método de mínimos quadrados ordinários. Além disto, os autores mostram que a relação entre os dois indicadores se caracterizaria pelo fato de que valores específicos do $pseudo R^2$ (ρ^2) corresponderiam a valores superiores do coeficiente de determinação (R^2).⁵²

Figura 4 – Relação entre valores do pseudo coeficiente de determinação (ρ^2) com valores do coeficiente de determinação (R^2) – figura 5.5 (modificada) de Domencich and McFadden (1975, p. 124)

⁵¹ Detalhes sobre a forma funcional específica da função de log-verossimilhança podem ser obtidos em Wooldridge (2002, cap. 15, seção 15.4).

⁵² Veall and Zimmermann (1994) apresentam tabela de correspondência entre valores pseudo coeficiente de determinação (ρ^2) com valores do coeficiente de determinação (R^2), que corroboram a relação indicada por Domencich and McFadden (1975).

3.2. VARIÁVEIS

Nesta seção serão apresentadas as variáveis utilizadas nas especificações dos modelos *logit* utilizadas para buscar responder as questões de interesse desta pesquisa. Inicialmente serão apresentadas as variáveis explicadas e, posteriormente, as variáveis explicativas e hipóteses sobre os efeitos esperados destas variáveis sobre as variáveis explicadas.

A seleção das variáveis explicativas foi baseada na literatura que trata dos determinantes do comportamento legislativo em política comercial mediante análise do comportamento do voto. Esta seleção não foi feita com o intuito de exaurir todas as variáveis que explicariam o comportamento do voto, mas sim, visando-se escolher as variáveis associadas às principais teses ou explicações sobre o comportamento do voto do congressista.

As hipóteses sobre os efeitos esperados destas variáveis explicativas sobre a variável explicada nas especificações do modelo *logit* também decorrem desta literatura.

3.2.1. Variáveis explicadas

Voto

Uma variável explicada é o *voto* registrado pelos congressistas brasileiros (deputados federais e senadores) na votação da proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL, que é uma variável categórica binária, que assume valores da seguinte forma:

$$Voto = \begin{cases} 1, & \text{se o voto foi a favor (sim)} \\ 0, & \text{se o voto foi contra (não)} \end{cases}$$

Pela definição da variável *voto*, fazem parte da base de dados somente os votos realizados, de maneira que não se consideram os votos não realizados (não validados).⁵³

O voto de cada deputado federal é identificado por: unidade da federação e partido político, e foram obtidos diretamente de Câmara dos Deputados (2008a) e Câmara dos

⁵³ Votos podem não ter sido realizados por causa de abstenção, da ocupação da presidência do Senado Federal ou da Câmara de Deputados (por norma interna, o voto de presidente é voto de desempate), por estar em Missão Externa, ou ainda devido a justificativas e licenças (atividade política/cultural, licença maternidade (paternidade) ou à(ao) adotante ou à gestante, licença por motivo de saúde e devido a candidatura à Presidência/Vice-Presidência da República).

Deputados (2008b), respectivamente. Estas fontes permitiram identificar 326 votos, dos quais 265 foram favoráveis e 61 foram contrários. Na votação na Câmara dos Deputados, apenas 7 deputados federais não votaram.

O voto de cada Senador também é identificado por: unidade da federação e partido político, tendo sido obtidos diretamente de Senado Federal (2009), que permitiu identificar 62 votos, dos quais 35 foram favoráveis e 27 foram contrários. Na votação no Senado Federal, 19 senadores não votaram.

Como as informações obtidas nas fontes mencionadas nos dois parágrafos anteriores permitem identificar o voto por congressista, sua unidade da federação e seu partido político, será possível associar ao voto de cada congressista, outras características de natureza: institucional e da sua base eleitoral, tanto de ordem local (aspectos federativos) quanto de ordem econômico-setorial (contribuições de campanha).

Voto dissidente

Outra variável explicada é o *voto dissidente*. O voto de um congressista pode ser dissidente em duas dimensões: em relação ao comportamento esperado dos votos dos legisladores em função da coalizão à qual seu partido pertença e em relação à orientação de voto dada pelo seu partido (orientação partidária).

Um partido pode ou não pertencer à coalizão do governo. Em termos de comportamento, espera-se que os congressistas da coalizão do governo votem a favor da proposta de política comercial apresentada pelo governo (Presidente), enquanto se espera que os congressistas da oposição votem contra. Assim, a variável *voto dissidente da coalizão*, que é uma variável categórica nominal, assume valores da seguinte forma:

$$Voto\ dissidente\ da\ coalizão = \begin{cases} -1, voto\ dissidente\ da\ oposição\ ao\ governo \\ 0, voto\ não\ dissidente \\ 1, voto\ dissidente\ da\ base\ do\ governo \end{cases}$$

Na próxima seção, na apresentação da variável *coalizão*, serão indicados os partidos da coalizão do governo e os da oposição.

Outra maneira pela qual um voto pode ser dissidente é em relação à orientação partidária sobre o voto. Os partidos podem ou não ter dado orientação de voto. Todos os

partidos deram orientação de voto, exceto o PPS, que liberou o voto dos seus deputados federais.

Entre os partidos que deram orientações de voto, a orientação dada pode ter sido de voto favorável (sim) à proposta ou de voto contrário (não) a ela. Então, se o congressista não votou conforme a orientação de seu partido, seu voto é dissidente. Este aspecto é captado pela variável *voto dissidente da orientação*, que é uma variável categórica nominal e assume valores da seguinte forma:

$$\text{Voto dissidente da orientação} = \begin{cases} -1, \text{voto dissidente da orientação de voto contra} \\ 0, \text{voto não dissidente da orientação partidária} \\ 1, \text{voto dissidente da orientação de voto a favor} \end{cases}$$

Na próxima seção, na apresentação da variável *orientação partidária*, serão indicadas as orientações de voto dadas pelos partidos políticos.

A seguir serão apresentadas as variáveis explicativas consideradas nesta pesquisa.

3.2.2. Variáveis explicativas

Coalizão

A variável *Coalizão* é uma variável categórica binária que indica o pertencimento ou não do partido do congressista à coalizão do governo e pode assumir os valores:

$$\text{Coalizão} = \begin{cases} 1, \text{se o partido é da base do governo} \\ 0, \text{se o partido não é da base do governo} \end{cases}$$

Na época da votação da proposta analisada, o governo contava com uma base de 15 partidos. A coalizão partidária que apoiava o governo era liderada pelo PT e contava ainda com os seguintes partidos: PT, PMDB, PP, PTB, PR, PDT, PCdoB, PSB, PV, PSC, PRB, PHS, PMN, PAN e PTdoB.⁵⁴ Os nomes de todos os partidos são apresentados no Anexo I.

Os partidos que faziam oposição ao governo eram: PSDB, DEM, PPS e PSOL. O PTC pode ser considerado um partido satélite, ou seja, partido que vota com a coalizão

⁵⁴ A relação dos partidos da base do governo quanto da oposição seguiu a indicação apontada por Oliveira (2013) e por Feliú e Amorim (2011).

governista de forma sistemática, mesmo sem fazer parte da base formal do governo, ou seja, ainda que não possua qualquer pasta ministerial (FREITAS, 2012).

Em termos da relação entre a variável *coalizão* e a probabilidade de voto favorável, espera-se que haja uma relação causal direta, ou seja, que o fato do congressista ser de um partido da coalizão (base) do governo aumente a probabilidade de que ele vote a favor (voto: sim) da proposta de política comercial examinada, em comparação com um legislador da oposição. Contrariamente, espera-se que o fato do congressista estar ligado a um partido da oposição ao governo reduza a sua probabilidade de votar a favor da proposta de política comercial liberalizante, em comparação aos legisladores ligados aos partidos da base aliada ao governo.

Orientação partidária

A variável *orientação partidária* é uma variável categórica binária que assume valores da seguinte maneira:

$$\text{orientação partidária} = \begin{cases} 1, & \text{se a orientação do partido foi voto a favor (sim)} \\ 0, & \text{se a orientação do partido foi voto contra (não)} \end{cases}$$

Os partidos que deram orientação favorável foram: PT, PMDB, PP, PTB, PR, PDT, PCdoB, PSB, PV, PSC, PRB, PHS, PMN, PSOL e PTC. Apenas dois partidos da oposição deram orientação de voto contra: DEM e PSDB. Um único partido, o PPS, liberou o voto de seus congressistas.

As informações sobre a orientação partidária para o voto, para o caso dos deputados federais, foram obtidas diretamente de Câmara dos Deputados (2008a). No caso dos senadores, como não foi encontrada informação explícita das orientações partidárias no registro da votação, admitiu-se que a orientação partidária foi a mesma registrada por Câmara dos Deputados (2008a), suposição bastante condizente com os votos registrados por Senado Federal (2009), segundo o qual todos os senadores dos partidos de oposição ao governo votaram contra a adesão da Venezuela ao MERCOSUL, de forma que votos dissidentes à orientação partidária foram dados apenas por senadores de partidos da base do Governo.

Definindo-se os a orientação partidária desta maneira, perdem-se todos os 9 (nove) votos dos deputados federais do PPS, pois o partido não definiu orientação de voto e liberou o voto de seus deputados. Isto foi feito assim, pois um dos intuitos desta pesquisa é avaliar o comportamento do voto dissidente e entende-se que haver uma orientação de voto por parte

do partido é condição necessária para que o voto do congressista possa dissidir da orientação partidária. Porém, os votos dos deputados do PPS não serão completamente desconsiderados na análise dos votos dissidentes, pois os votos dissidentes também serão analisados sob a ótica da dissidência em relação à coalizão à qual o partido do congressista pertence e, como o PPS pertencia à coalizão de oposição ao governo, os votos de seus deputados podem ser dissidentes do comportamento esperado dos votos da coalizão.

Quanto à relação entre a variável *orientação partidária* e a probabilidade de voto favorável, é esperado que haja relação causal direta entre estas variáveis, pois, em função da força da disciplina partidária sobre o comportamento legislativo, entende-se que o fato do congressista ter recebido orientação do partido para votar a favor da proposta de política comercial examinada aumente a probabilidade de ele votar a favor (voto: sim) dela, em comparação com um legislador que recebeu orientação partidária para votar contrariamente à aceitação da política comercial em apreciação.

Sendo assim, espera-se que o fato do congressista estar ligado a um partido que deu orientação de voto contrário à política comercial reduza a sua probabilidade de votar a favor dela, em relação aos legisladores ligados aos partidos que deram orientação de voto favorável.

Ideologia

A variável *ideologia* é uma variável contínua que indica a ideologia do partido político no espectro esquerda-direita, de forma que:

$$ideologia = \begin{cases} < 0, \text{ se o partido é de esquerda} \\ > 0, \text{ se o partido é de direita} \end{cases}$$

Os valores desta variável foram obtidos de Oliveira (2013) e referem-se às medidas referentes ao período de 2003 a 2006. Este estudo também apresenta medidas para a ideologia dos partidos políticos para o período de 2007 a 2009, cujos valores incluem os votos dados pelos legisladores na proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL, que constituem a variável explicada nesta pesquisa. Assim, para não incluir os votos à proposta de adesão citada, preferiu-se usar as medidas do período 2003-2006. Como estas medidas apresentaram coeficiente de correlação acima de 0,85 com as medidas de ideologia do período 2007-2009, entende-se que é uma boa *proxy* da ideologia partidária para o período em que ocorreram as votações na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

A tabela abaixo apresenta os valores utilizados como medida da ideologia partidária para o período de 2003 a 2006:

Tabela 1: Medidas da ideologia partidária (2003–2006)

Partido político	Ideologia
PCdoB	-0.591
PT	-0.557
PSC	-0.530
PR	-0.515
PSB	-0.458
PDT	-0.372
PTB	-0.343
PV	-0.303
PMDB	-0.109
PP	-0.081
PPS	-0.049
PSDB	1.102
DEM	1.410

Fonte: Oliveira (2013). Elaboração própria.

Existem evidências de que a pauta de comércio exterior do Brasil seja compatível com o fato do país ser relativamente mais abundante em trabalho que em capital (HIDALGO e FEISTEL, 2013). Geralmente, os partidos com ideologia de esquerda estão associados aos interesses do trabalho (trabalhadores), enquanto os partidos com ideologia de direita representam os interesses do capital (empresariado). De acordo com a tabela 3, apresentada na página 72, o Brasil é relativamente mais abundante em trabalho que a Venezuela e, conforme o teorema de Stolper-Samuelson, a liberalização comercial com a Venezuela tenderia a beneficiar o trabalho em detrimento do capital.

Se os partidos com ideologia de esquerda estão associados aos interesses do trabalho, que ganharia com a adesão da Venezuela ao Mercosul, então espera-se que haja uma relação causal inversa entre a variável *ideologia* e a probabilidade de voto favorável, ou seja, que o fato do congressista ser de um partido de ideologia de esquerda aumente a probabilidade de que ele vote a favor (voto: sim) da proposta de política comercial examinada, em relação a um

legislador da oposição. De maneira oposta, espera-se que o fato do congressista estar ligado a um partido de ideologia de direita reduza a probabilidade de ele votar a favor da proposta de política comercial liberalizante, comparativamente aos legisladores ligados aos partidos de ideologia de esquerda.

Taxa de desemprego (na unidade da federação)

A variável *taxa de desemprego* no distrito eleitoral foi medida pela *taxa de desocupação* na unidade da federação. Conforme definido na PNAD (IBGE, 2010a, p.31) ela é medida como a porcentagem das pessoas desocupadas⁵⁵ (de um grupo etário) em relação às pessoas economicamente ativas⁵⁶ (do mesmo grupo etário).

Os valores da taxa de desocupação para cada unidade da federação para os anos de 2008 e 2009 referem-se às pessoas com idade acima de 15 anos e podem ser obtidas diretamente em DATASUS (IDB–2012).

No caso dos deputados federais, são consideradas as taxas de desocupação referentes ao ano de 2008, enquanto que no caso dos senadores são consideradas as taxas no ano de 2009. Isto foi feito assim porque as votações na Câmara dos Deputados e no Senado Federal ocorreram em 2008 e em 2009, respectivamente, e se os votos dos congressistas sofreram influência desta variável, entende-se que foram influenciados pelas taxas de desemprego observadas na época das votações.

Na base de dados do modelo, esta variável expressa a porcentagem que a população desocupada da unidade da federação representa da população total do estado.

A inclusão desta variável no modelo explicativo visa captar o efeito das condições socioeconômicas no distrito eleitoral do congressista sobre seu voto em política comercial. Conforme apontado pela literatura, quanto maior for a taxa de desemprego no distrito eleitoral, maiores devem ser as demandas protecionistas, ou seja, maiores devem ser as pressões da base eleitoral para que o voto seja contrário ao aumento da abertura comercial. Isto ocorreria porque, apesar de possíveis efeitos de ganhos no longo-prazo, efeitos mais

⁵⁵ Pessoas ocupadas são aquelas que, na semana de referência, tinham trabalho durante todo ou parte desse período, incluindo-se ainda as pessoas que não exerceram o trabalho remunerado que tinham nesta semana por motivo de férias, licença, greve, etc. Pessoas desocupadas são aquelas que estavam sem trabalho na semana de referência, mas tomaram alguma providência efetiva de procura de trabalho nesse período (IBGE, 2010a, p.30).

⁵⁶ Pessoas ocupadas e desocupadas na semana de referência (IBGE, 2010a, p.30).

certos que se materializam no curto prazo sob a forma de desemprego ou do aumento da probabilidade de perder o emprego.

Com isto, espera-se que o aumento da taxa de desemprego cause redução da probabilidade de voto favorável à maior liberalização comercial associada à proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL.

Participação das exportações no PIB da unidade da federação

A variável *participação das exportações da unidade da federação em seu PIB* foi incluída para captar a importância do comércio exterior para a atividade econômica agregada do distrito eleitoral do congressista.

Para cada unidade da federação, ela é medida como a porcentagem que o valor das exportações totais representa do valor do PIB estadual. Todas estas participações foram calculadas a partir de dados de exportações das unidades da federação disponíveis em MDIC (Sistema AliceWeb) e de dados do PIB estadual disponíveis no Sistema de Contas Regionais do IBGE. No caso dos deputados federais, são consideradas as participações referentes ao ano de 2008, enquanto que no caso dos senadores são consideradas as participações no ano de 2009. Isto foi feito assim porque as votações na Câmara dos Deputados e no Senado Federal ocorreram em 2008 e em 2009, respectivamente, e se os votos dos congressistas sofreram influência desta variável, a influência teria sido exercida pelas realizações destas taxas na época das votações.

Em termos do efeito esperado desta variável sobre o voto, supõe-se que quanto maior for a participação das exportações no PIB da unidade da federação, maior deve ser a propensão do legislador em adotar postura mais liberalizante e/ou maior deve ser o nível de pressão do setor exportador da base eleitoral para que vote favoravelmente a propostas de maior liberalização comercial bilateral, como é o caso da proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL. Assim, maior participação das exportações estaduais no PIB estadual deveria aumentar a probabilidade de voto favorável à proposta analisada.

Contudo, conforme visto no capítulo 1, possíveis custos políticos associados à integração com a Venezuela do Presidente Chávez, que poderiam dificultar negociações comerciais com os EUA e Europa, poderia fazer com que esta relação fosse alterada, no sentido de que quanto maior fosse a importância do setor externo para a economia estadual, maiores poderia ser as demandas protecionistas em relação a esta proposta em particular, de

modo que participações mais elevadas das exportações no PIB estadual também poderiam reduzir a probabilidade de voto a favor da adesão da Venezuela ao MERCOSUL.

Participação das importações no PIB da unidade da federação

A variável *participação das importações da unidade da federação no seu PIB*, embora não seja tradicionalmente considerada como variável explicativa nos estudos sobre o comportamento legislativo em política comercial, ela foi incluída como variável explicativa para captar em que medida o setor externo afeta a economia local, porém, em sentido oposto à parcela do PIB representada pelas exportações.

Semelhantemente à variável anteriormente apresentada, para cada unidade da federação, ela é medida como a porcentagem que o valor das importações totais representa do valor do PIB estadual. Embora, as importações não seja um componente do PIB, o que poderia causar estranheza em relação a esta variável, ela visa expressar a participação da produção externa nas vendas internas de cada distrito eleitoral.

Os valores das importações estaduais foram obtidos de MDIC (Sistema AliceWeb) e de os valores do PIB estadual vieram do Sistema de Contas Regionais do IBGE. Para os deputados federais, são consideradas as participações referentes a 2008, enquanto para os senadores são consideradas as participações de 2009, por que as votações das quais estes congressistas participaram, ocorreram, respectivamente, nestes anos.

Em termos do efeito esperado desta variável sobre o voto, supõe-se que quanto maior for a participação das importações no PIB da unidade da federação, maior deve ser a propensão do legislador em votar contra propostas comerciais liberalizantes e/ou maior deve ser o nível de pressão do setor exportador da base eleitoral para que vote contra tais propostas. Assim, maior participação das importações estaduais no PIB estadual deveria causar redução da probabilidade de voto favorável à proposta analisada.

Contudo, participação elevada das importações nas vendas internas também pode expressar não somente que as importações competem com a produção local por vendas no mercado, mas também que ela viabilize a produção local, ao fornecer mercadorias não produzidas localmente ou que produtos com preços mais baixos que os de produtores locais. Um exemplo seria petróleo e produtos químicos derivados do petróleo, produtos que aparecem com cifras expressivas nas importações de alguns estados. Assim, a adoção de política de liberalização comercial bilateral, poderia significar maior e melhor acesso a

mercadorias importantes para alguns distritos eleitorais. Isto poderia alterar a relação entre importações e voto, no sentido de que quanto maior fosse a importância do setor externo para a economia estadual, maiores poderia ser as demandas liberalizantes em relação a propostas de política comercial, como a que é estudada nesta pesquisa. Consequentemente, participações mais elevadas das importações no PIB estadual também poderiam aumentar a probabilidade de voto a favor da adesão da Venezuela ao MERCOSUL.⁵⁷

Contribuição de campanha

A variável *contribuição de campanha* considera apenas as doações às campanhas eleitorais feitas aos congressistas por pessoas jurídicas, especificamente aos deputados federais eleitos em 2006 e aos senadores eleitos em 2002 e 2006. Esta variável é medida em milhares de Reais.

As informações sobre estas contribuições de campanha foram obtidas do repositório eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)⁵⁸. As pessoas jurídicas que fizeram estas contribuições tiveram seus CNPJs associados a códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), a 5 dígitos desta classificação.

Nas regressões que serão realizadas, as contribuições de campanha serão agrupadas em categorias segundo critérios diferentes, para avaliar se a influência destas contribuições, agrupadas por tipo de grupo contribuinte, sobre o comportamento dos votos dos congressistas são compatíveis com coalizões que seriam esperadas conforme os modelos de comércio internacional.

Mediante alguns critérios distintos, as contribuições de campanha, específicas por congressista e unidade da federação, puderam ser classificadas em categorias diferentes.

A primeira forma de agrupamento das contribuições de campanha foi nas seguintes categorias: (1) contribuições de interesses trabalhistas⁵⁹ e (2) contribuições de interesses

⁵⁷ Convém ressaltar que a base de dados construída nesta pesquisa incorpora um grande número de outras variáveis que captam características das unidades da federação, como, por exemplo, importância da Venezuela como mercado de destino das exportações estaduais e como mercado de origem das importações estaduais, indicadores de qualificação da mão de obra nos estados, níveis de renda per capita e taxas de sindicalização. Porém, as avaliações feitas com o modelo econométrico utilizado não mostrou que algumas variáveis apresentassem efeito sobre o comportamento do voto que fosse significativo ou trouxesse informações que ajudassem a compreender melhor tal comportamento, em relação às variáveis selecionadas.

⁵⁸ <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>

⁵⁹ Tais interesses são representados por associações trabalhistas e cooperativas de trabalho.

empresariais, que é o agrupamento utilizado por Baldwin and Magee (2000). O agrupamento das contribuições de campanha dos congressistas brasileiros nestas categorias foi feito mediante a compatibilização entre a classificação proposta por Makinson and Goldstein (1994)⁶⁰ e a CNAE 1.0.

A tabela a seguir mostra valores das contribuições às campanha de deputados federais e senadores, feitas por pessoas jurídicas:

Tabela 2: Valores das contribuições de campanha (mil R\$)

Contribuições de campanha (mil R\$)	Obs	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Total	388	350.24	454.44	0.00	3,029.39
Trabalhistas	388	0.18	1.46	0.00	20.44
Empresariais	388	350.07	454.28	0.00	3,029.39
Setores intensivos em trabalho	388	5.64	18.95	0.00	183.00
Setores intensivos em capital	388	42.75	86.77	0.00	633.55
Setores intensivos em recursos naturais	388	109.32	212.64	0.00	1,708.33

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Elaboração própria.

Quanto aos efeitos desta variável sobre o voto, espera-se que aumento das contribuições trabalhistas eleve a probabilidade de ocorrência do voto favorável, enquanto se supõe que o crescimento das contribuições empresariais deva estimular o voto contrário à proposta de política comercial.

A literatura sobre efeitos distributivos de políticas comerciais e da formação de coalizões associadas a estas políticas enfatiza que os detentores do(s) fator(es) de produção mais abundante(s) e os setores com produção mais intensiva neste fator serão politicamente mais favoráveis à liberalização comercial, enquanto os proprietários do(s) fator(es) de produção mais escasso e os setores que o utilizam mais intensamente no processo produtivo colocar-se-ão contra maior liberalização comercial e demandarão mais proteção comercial.

De acordo com a base de dados GTAP, as economias brasileira e venezuelana apresentavam as seguintes composições no que se refere ao uso de fatores produtivos na produção de suas economias em 2004:

⁶⁰ Esta classificação pode ser obtida em: <http://www.opensecrets.org/>

Tabela 3: Composição do valor adicionado – Brasil e Venezuela

Fator de produção	Brasil	Venezuela
Terra	1.1%	1.4%
Trabalho	55.5%	37.8%
Capital	42.5%	52.5%
Recursos Naturais	0.9%	8.2%

Fonte: GTAP Database 7. Elaboração própria.

As informações apresentadas nesta tabela dão suporte aos efeitos esperados descritos anteriormente.

A segunda forma de agrupamento das contribuições de campanha foi nas seguintes categorias: (1) contribuições de setores intensivos em trabalho, (2) contribuições de setores intensivos em recursos naturais e (3) contribuições de setores intensivos em capital.

O agrupamento das contribuições de campanha dos congressistas brasileiros nestas categorias foi feito conforme descrito a seguir. Hidalgo e Feistel (2013) classificam os setores produtivos brasileiros do Sistema de Contas Nacionais (SCN) em setores intensivos em: (1) trabalho, (2) recursos naturais e (3) capital. O IBGE associa códigos da classificação CNAE1.0 a 5 dígitos aos setores do SCN. Assim, os códigos CNAE 1.0 a 5 dígitos das contribuições de campanha foram associados aos setores do SCN, conforme proposto pelo IBGE, o que permitiu classificar estas contribuições como sendo oriundas de um dos 3 setores apresentados no parágrafo anterior.

Considerando a terra como fator associado a recursos naturais, conforme a tabela 1 apresentada anteriormente, a economia brasileira seria relativamente mais abundante em trabalho que a economia venezuelana, e seria relativamente menos abundante em capital e em recursos naturais. Nas condições apresentadas pela tabela citada, espera-se que os setores intensivos em trabalho sejam favoráveis à proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL e que os setores intensivos em capital e em recursos naturais se oponham a esta proposta.

4. RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados os resultados das análises quantitativas obtidas com o modelo *logit* apresentado no capítulo anterior. Convém lembrar que a análise das questões de interesse da pesquisa será feita com base no caso das votações da proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL, ocorridas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Outro aspecto importante a se ressaltar é que não foram utilizadas especificações que exaurissem as variáveis que afetariam o comportamento do voto em política comercial, mas, sim, valorizou-se a parcimônia nestas especificações ao se considerar apenas as principais relações explicativas do comportamento voto de congressistas em política comercial apontadas pela literatura sobre o assunto.

Na primeira seção deste capítulo será feita comparação entre a influência e a capacidade explicativa que características institucionais e ideológicas tiveram sobre o comportamento do voto dos congressistas brasileiros em comparação ao papel desempenhado por características constituintes locais ou federativas na definição deste comportamento. Na segunda seção, será apresentado como os interesses de grupos organizados, expressos por contribuições às campanhas dos congressistas brasileiros, afetariam o comportamento do voto destes congressistas nas decisões sobre acordos de comércio internacional. Na terceira seção serão apresentados os resultados da análise sobre a influência de determinantes locais (federativos) e de determinantes econômico-setoriais (grupos de interesse) no comportamento do voto dissidente da filiação partidária e da orientação partidária para o voto.

4.1. CONFRONTO DA TESE PARTIDÁRIA COM A TESE FEDERATIVA

Nesta seção será feito confronto entre a tese partidária do comportamento do voto de legisladores em política comercial com a tese federativa sobre este comportamento.

A literatura empírica brasileira que estudou os determinantes do comportamento do voto de congressistas em política comercial apresentou resultados que indicam que alguns determinantes teriam maior capacidade explicativa sobre o comportamento dos votos dos legisladores brasileiros. Entre estes determinantes estão os determinantes institucionais e ideológicos: a orientação partidária, o pertencimento ou não do partido do congressista à

coalizão (base) do governo e a ideologia partidária. Também existe evidência da influência de determinantes locais, sobretudo da taxa de desemprego no distrito eleitoral (unidade da federação), sobre o comportamento do voto em política comercial.

Mas, conforme vimos nos capítulos 1 e 2, há estudos que apresentaram evidências de que um mesmo determinante exerceu tanto influência significativa como não significativa sobre o comportamento do voto como, por exemplo, é o caso do pertencimento ou não do partido do congressista à coalizão (base) do governo.

Conforme visto em capítulo anterior, nos estudos sobre o comportamento do voto dos legisladores brasileiros existe a tese partidária que vincula comportamento legislativo em política comercial a determinantes institucionais (pertencimento do partido do legislador à coalizão/base partidária do governo e orientação partidária) e ideológicos (ideologia do partido do legislador). De acordo com esta tese, o legislador atuaria como representante dos interesses partidários, já que o pertencimento ou não à base do governo conformaria posicionamentos específicos em relação a propostas de política de comercial, da seguinte maneira: posição favorável por parte dos partidos da base governista e posição contrária por parte dos outros partidos de oposição.

Também foi visto que existe a tese federativa que vincula comportamento legislativo em política comercial a características regionais ou federativas, na medida em que afirma que o legislador atua como representante de interesses locais, específicos e regionais.

Tendo em vista avaliar algumas afirmações encontradas nesta literatura, foram feitas estimativas dos impactos que variáveis de natureza institucional, ideológica e local (geográfico-federativos) tiveram sobre o comportamento dos votos dados à proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL, por meio de modelo *logit*. Também foram estimados os efeitos marginais, na média, de cada variável, para ter uma medida comparativa da força do impacto destes diferentes determinantes sobre o comportamento do voto.

O intuito desta análise é contribuir para consolidar a compreensão sobre a influência de determinantes de ordem institucional e ideológica sobre o comportamento dos congressistas brasileiros em decisões de assuntos e propostas de política comercial, haja vista a divergência observada entre os estudos que analisaram os efeitos destes determinantes para o caso brasileiro. Também se busca colaborar para consolidar o entendimento sobre o papel que determinantes locais (regionais ou federativos) teriam sobre o comportamento dos congressistas brasileiros, devido à divergência observada entre os estudos que avaliaram este

aspecto para o caso brasileiro, quanto ao determinante local específico, conforme visto no capítulo 1.

A tabela abaixo estatísticas descritivas das variáveis consideradas nas regressões realizadas.

Tabela 4: Estatísticas descritivas – variáveis selecionadas

Variável	N	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Explicada					
Voto *	388			0	1
Explicativa					
<i>Determinantes institucionais</i>					
Coalizão (do governo) *	388			0	1
Orientação partidária (favorável) *	379			0	1
<i>Determinante ideológico</i>					
Ideologia partidária	375	0.025	0.704	-0.591	1.410
<i>Determinantes locais (federativos)</i>					
Taxa de desemprego (%)	388	7.39	2.05	4.00	14.90
Participação das exportações no PIB (%)	388	10.14	7.17	0.23	34.72
Participação das importações no PIB (%)	388	9.33	6.52	0.05	39.54

Legenda: * variável binária (0 – não ; 1 – sim).

Elaboração própria.

O número de observações de ideologia partidária é inferior ao das demais variáveis porque os valores desta variável se referem à 52ª legislatura, do período entre 2003 e 2006, para o qual não havia estas informações para alguns partidos políticos (PMN, PRB, PTC, PHS e PSOL).⁶¹ O número de observações da variável orientação partidária é menor por causa do fato de que a liderança do PPS liberou os votos dos seus 9 (nove) deputados federais.

A especificação utilizada do modelo *logit* para estimar as parcelas do comportamento dos votos explicadas por estas diferentes variáveis, x , individualmente e seus efeitos marginais, na média, é:

$$Pr(voto\ favorável|x) = Pr(y = 1|x) = G(x\beta) + u = G(x\beta) + u ,$$

onde $G(.)$ é a função de distribuição cumulativa de uma variável aleatória logística padrão:

⁶¹ As informações sobre ideologia partidária foram obtidas de Oliveira (2013).

$$G(z) = \frac{e^z}{1 + e^z} = \frac{1}{1 + e^{-z}}, \text{ onde } z = x\beta.$$

Antes de apresentar os resultados das estimativas dos efeitos das variáveis consideradas sobre o comportamento do voto, convém observar que as variáveis institucionais (coalizão e orientação partidária) e a variável ideológica (ideologia do partido) serão consideradas separadamente nas especificações do modelo logit, por causa dos elevados graus de correlação entre estas variáveis na amostra utilizada nesta pesquisa, conforme mostra a tabela abaixo:

Tabela 5: Coeficientes de correlação amostral – variáveis selecionadas⁶²

	Coalizão	Orientação partidária	Ideologia
Coalizão	1		
Orientação partidária	0.971	1	
Ideologia	-0.926	-0.966	1

Elaboração própria.

Por causa das fortes correlações entre estas variáveis, a inclusão delas conjuntamente, incorporaria fortes efeitos de multicolinearidade nas especificações das equações estimadas. Para evitar isto, estas variáveis serão consideradas separadamente.

Os resultados das estimativas realizadas para comparar os efeitos de interesse desta seção são apresentados na tabela a seguir:

⁶² Os valores dos coeficientes de correla

Tabela 6: Capacidade explicativa e efeitos de determinantes específicos sobre o comportamento do voto

Variável explicada: voto						
Variável explicativa	Coeficiente estimado	Valor-p	Coeficiente estimado	Valor-p	Coeficiente estimado	Valor-p
Coalizão	4.844	0.000				
Orientação partidária			5.568	0.000		
Ideologia					-3.363	0.000
Taxa de desemprego	-0.329	0.013	-0.344	0.032	-0.333	0.029
Exportação/PIB(UF)	-0.018	0.464	-0.022	0.438	-0.020	0.499
Importação/PIB(UF)	-0.008	0.783	-0.019	0.499	-0.027	0.324
constante	1.365	0.202	0.933	0.471	5.153	0.001
Log likelihood	-90.60		-71.85		-79.59	
Número de observações	388		379		375	
Wald chi2(5)	117.26		116.58		96.41	
Prob > chi2	0		0		0	
Pseudo R2	0.564		0.646		0.610	

Elaboração própria.

A distribuição das variáveis explicativas na tabela foi organizada para formar grupos de determinantes específicos, que permitisse identificar de maneira mais geral a capacidade explicativa de cada grupo. Assim, o primeiro bloco de variáveis refere-se aos determinantes institucionais, o segundo envolve característica ideológica e, por fim, o terceiro contém determinantes constituintes locais (federativos).

A linha do *Pseudo-R2* (de McFadden) mostra a parcela do comportamento dos votos registrados pelos congressistas brasileiros que é explicada por cada conjunto de variáveis em cada uma das três especificações utilizadas.

De maneira geral, a tabela mostra nitidamente que cada conjunto destas variáveis explica acima de 55% do comportamento dos votos. Conforme Domencich and McFadden (1975, p. 124), a valores específicos do *pseudo R²* (ρ^2) corresponderiam a valores superiores do coeficiente de determinação (R^2). Assim, na primeira especificação, mais que 56,4% do comportamento dos votos dos congressistas brasileiros foi explicada pelo conjunto de variáveis utilizado. Nas outras duas especificações, mais que 60% da variação dos votos foi explicada pelos conjuntos de variáveis utilizadas. O modelo que utiliza a orientação partidária como variável explicativa apresentou a maior capacidade explicativa entre os três modelos, com valor para o *pseudo-R2* de 64,6%.

Claramente, a capacidade explicativa das variáveis institucionais e da variável ideológica deve ser maior que das outras variáveis, pois as magnitudes absolutas dos coeficientes estimados são bem superiores às das demais variáveis.

A coluna valor-p indica que os coeficientes estimados para as variáveis explicativas institucionais e para a variável ideológica são todos significativos a 1%. Entre os determinantes constituintes locais (federativos), a taxa de desemprego na unidade da federação foi a única variável com efeito significativo sobre o comportamento do voto.

Coforme apresentado no capítulo 2, o sinal do efeito parcial de cada variável explicativa sobre a probabilidade de ocorrência de voto favorável é determinado pelo sinal dos respectivos coeficientes estimados, embora a magnitude deste efeito parcial dependa do valor de todas as outras variáveis explicativas.

Os resultados apresentados na tabela mostram que as influências das variáveis institucionais, ideológica e da taxa de desemprego apresentaram a direção esperada. Neste sentido, o fato do partido do legislador pertencer à coalizão do governo, assim como o partido do congressista dar orientação de voto favorável, aumenta a probabilidade de que este legislador vote a favor da proposta. O sinal negativo do coeficiente estimado para a taxa de desemprego indica que o aumento da taxa de desemprego no distrito eleitoral do legislador, deve aumentar as demandas protecionistas e reduzir a probabilidade dele votar a favor de maior liberalização comercial. O sinal negativo do coeficiente da variável ideologia deve-se à métrica desta variável, que associa valores negativos à ideologia de esquerda e valores positivos à ideologia de direita. Assim, aumentos do valor da ideologia significa movimento em direção à ideologia de direita, o que reduziria a probabilidade de votar a favor da proposta encaminhada pelo governo.

A próxima tabela apresenta os efeitos marginais das variáveis utilizadas em cada uma das três especificações do modelo *logit*.

Tabela 7: Efeitos marginais de determinantes específicos sobre o comportamento do voto

Variável explicada: voto						
Variável explicativa	Efeito marginal na média	Valor-p	Efeito marginal na média	Valor-p	Efeito marginal na média	Valor-p
Coalizão	0.761	0.000				
Orientação partidária			0.855	0.000		
Ideologia					-0.315	0.000
Taxa de desemprego	-0.028	0.010	-0.029	0.021	-0.031	0.016
Exportação/PIB(UF)	-0.002	0.451	-0.002	0.414	-0.002	0.474
Importação/PIB(UF)	-0.001	0.782	-0.002	0.485	-0.003	0.289

Elaboração própria.

Na coluna efeito marginal são apresentados os impactos causado pela variação no valor da variável explicativa sobre a probabilidade do congressista votar favoravelmente, em comparação ao voto contrário. Sinal positivo indica que a probabilidade do congressista votar a favor aumenta, enquanto sinal negativo indica que esta probabilidade diminui. A magnitude do efeito marginal, em valor absoluto, indica quanto é a alteração na probabilidade do congressista votar a favor que é causada pela variação marginal no valor da variável explicativa.

Assim, se o partido do congressista deu orientação de voto favorável, a probabilidade do congressista deste partido votar a favor aumenta 85,5% em relação a um legislador que recebeu orientação para votar contra a proposta apresentada. O fato do partido do legislador ser da coalizão (base) do governo causou elevação da probabilidade do legislador votar favoravelmente em de 76,1%, em comparação a um congressista de partido da oposição. Para saber os efeitos da orientação partidária para voto contrário e do fato do partido do congressista não ser da base do governo sobre a probabilidade deste legislador votar favoravelmente, basta tomar estes efeitos marginais com sinais opostos.

Os sinais positivos dos efeitos marginais destas variáveis sobre a probabilidade de voto favorável são compatíveis com o fato de que os partidos da coalizão do governo deram orientação de voto favorável, enquanto os partidos de oposição com maior número de congressistas, PSDB e DEM, deram orientação de voto contrário. Convém lembrar que nem todos partidos que não pertenciam à base do governo deram orientação de voto contrário, pois o PSOL e o PTC deram orientação de voto favorável, enquanto o PPS liberou o voto de seus

legisladores. As magnitudes expressivas destes efeitos marginais expressam a grande força da disciplina partidária.

Quanto à ideologia partidária, aumento do valor do indicador de ideologia do partido reduziu a probabilidade do congressista votar favoravelmente em 31,5%. Conforme apresentado em Oliveira (2013), fonte destas informações, partidos de esquerda apresentam valores negativos para o indicador de ideologia partidária, enquanto os partidos de direita apresentam valores positivos para ideologia partidária. Assim, este sinal do efeito marginal da ideologia partidária é o esperado, já que aumento do indicador de ideologia indica transição da esquerda para a direita, que corresponderia, embora não de forma perfeita, à transição de partido da base governista para partido da oposição ou à transição da orientação de voto a favor para a orientação de voto contra, o que induziria redução da probabilidade de voto a favor.

Com relação à taxa de desemprego na unidade da federação (base ou distrito eleitoral) pelo qual o congressista foi eleito e representa, aumento desta taxa causa redução da probabilidade do legislador votar a favor da liberalização comercial associada à proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL. O aumento de 1 (um) ponto percentual na taxa de desemprego na unidade da federação do congressista, reduz a probabilidade dele votar a favor em aproximadamente 2,9%. O impacto marginal das variações na taxa de desemprego sobre o voto, embora também seja significativo, é bastante inferior aos das variáveis de natureza institucional e ideológica.

Por fim, a tabela mostra que as outras características locais dos distritos eleitorais (unidades da federação) apresentaram o poder de explicação ínfimo (abaixo de 0,5%) do comportamento dos votos, lembrando que tanto o efeito da participação das exportações como o das importações da unidade da federação em seu PIB não são significativos do ponto de vista estatístico.

Um dos objetivos desta pesquisa era avaliar em que medida o comportamento dos votos dos congressistas brasileiros para a proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL foi determinado por aspectos institucionais e ideológicos, comparativamente a características locais das bases eleitorais (unidades da federação) destes legisladores.

Os resultados apresentados nesta seção mostram claramente que: a influência de variáveis institucionais e ideológica sobre o comportamento do voto dos congressistas brasileiros, no caso da votação da proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL, foi

claramente muito superior ao de determinantes locais como a taxa de desemprego e a participação das exportações do distrito eleitoral no seu PIB. Assim, com base nestes resultados, no caso da votação da referida proposta, a tese partidária teve muito mais poder explicativo sobre o resultado da votação que a tese federativa.

4.2. INFLUÊNCIA DE GRUPOS DE INTERESSE

Uma vez feitas comparações entre as capacidades explicativas que variáveis institucionais e ideologia tiveram sobre o comportamento do voto em proposta de política comercial, comparativamente a variáveis que visam captar aspectos locais dos distritos eleitorais, busca-se agora apresentar como os interesses de grupos organizados, expressos por contribuições às campanhas dos congressistas brasileiros, também afetariam o comportamento do voto destes congressistas nas decisões sobre acordos de comércio internacional.

Inicialmente, as contribuições de campanha foram organizadas para expressar interesses trabalhistas e interesses empresariais. Estes grupos foram montados mediante a compatibilização entre a classificação proposta por Makinson and Goldstein (1994) e a CNAE 1.0. e que foi utilizada por Baldwin and Magee (2000). A organização das contribuições de campanha desta maneira, expressa interesses trabalhistas e empresariais, ou seja, coalizões de classe que se formariam nas condições do modelo de Heckscher-Ohlin.

Tabela 8: Capacidade explicativa e efeitos de determinantes específicos sobre o comportamento do voto

Variável explicada: voto						
Variável explicativa	Coeficiente estimado	Valor-p	Coeficiente estimado	Valor-p	Coeficiente estimado	Valor-p
Coalizão	4.832	0.000				
Orientação partidária			5.448	0.000		
Ideologia					-3.291	0.000
Taxa de desemprego	-0.310	0.032	-0.323	0.055	-0.310	0.051
Exportação/PIB(UF)	-0.006	0.798	-0.013	0.634	-0.012	0.681
Importação/PIB(UF)	0.000	0.987	-0.008	0.796	-0.021	0.452
Contribuições trabalhistas	0.171	0.007	0.060	0.387	0.062	0.232
Contribuições empresariais	-0.001	0.000	-0.001	0.001	-0.001	0.002
Log likelihood	-85.75		-69.93		-77.76	
Número de observações	388		379		375	
Wald chi2(5)	108.17		124.14		118.57	
Prob > chi2	0		0		0	
Pseudo R2	0.587		0.656		0.619	

Elaboração própria.

Os valores da linha do *Pseudo-R2* (de McFadden) da tabela acima são pouco maiores que os da tabela 4, indicando que a inclusão destas variáveis de grupos de interesses trabalhistas e de interesses empresariais adicionou capacidade explicativa aos modelos da seção anterior, que não tinham tais variáveis, porém em pequena magnitude. No primeiro modelo houve aumento de 2,3 pontos percentuais da capacidade explicativa do conjunto de variáveis consideradas, enquanto nos outros dois modelos este aumento foi de quase 1 (um) ponto percentual.

Os coeficientes estimados para as variáveis: coalizão, orientação partidária e ideologia são significativos para níveis de significância de 1% e apresentaram sinais esperados. Assim, ser de partido da coalizão do governo ou receber orientação de voto favorável aumentou a probabilidade de o congressista votar a favor. Quanto à ideologia, aumento da medida de ideologia, reduz a probabilidade de votar favoravelmente à proposta comercial, pois, a transição da esquerda para a direita equivaleria à transição do governo para a oposição ou do recebimento de orientação de voto favorável para orientação de voto contrário.

Entre os determinantes constituintes locais (federativos), a taxa de desemprego na unidade da federação foi a única variável com efeito significativo sobre o comportamento do voto. O sinal da relação entre as variáveis foi o esperado e indica que aumento da taxa de desemprego no distrito eleitoral (unidade da federação) reduz a probabilidade de o legislador votar a favor da proposta que envolve maior liberalização comercial.

Os coeficientes estimados para as variáveis associadas a grupos de interesse apresentaram os sinais esperados, se o Brasil, em relação à Venezuela, for um país com maior abundância de trabalho e maior escassez de capital. Contribuições associadas a interesses trabalhistas aumentam a probabilidade de voto favorável, enquanto as contribuições empresariais reduzem esta probabilidade.

O coeficiente das contribuições empresariais é estatisticamente diferente de zero em todas as equações, enquanto o coeficiente das contribuições trabalhistas é significativo apenas no primeiro modelo.

Embora os sinais das relações entre as variáveis e o voto, variável explicada, seja informado pelo sinal do coeficiente estimado, a magnitude destes efeitos são informados pelos efeitos parciais de cada variável explicativa, que é apresentado na tabela abaixo:

Tabela 9: Efeitos marginais de determinantes específicos sobre o comportamento do voto

Variável explicada: voto						
Variável explicativa	Efeito marginal na média	Valor-p	Efeito marginal na média	Valor-p	Efeito marginal na média	Valor-p
Coalizão	0.751	0.000				
Orientação partidária			0.842	0		
Ideologia					-0.299	0
Taxa de desemprego	-0.025	0.032	-0.027	0.048	-0.028	0.041
Exportação/PIB(UF)	-0.001	0.798	-0.001	0.626	-0.001	0.673
Importação/PIB(UF)	0.000	0.987	-0.001	0.794	-0.002	0.430
Contribuições trabalhistas	0.014	0.017	0.005	0.403	0.006	0.251
Contribuições empresariais	-0.0001	0.000	-0.0001	0.002	-0.0001	0.001

Elaboração própria.

A magnitude do efeito marginal, em valor absoluto, indica quanto é a alteração na probabilidade do congressista votar a favor que é causada pela variação marginal no valor da variável explicativa.

Os efeitos das variáveis institucionais e ideológica são muito maiores que os das demais variáveis. O fato do partido do legislador ser da coalizão (base) do governo causou elevação da probabilidade do legislador votar favoravelmente em de 75,1%, em comparação a um congressista de partido da oposição. Já o fato do partido do congressista ter dado orientação de voto favorável aumentou a probabilidade do congressista deste partido votar a favor em 84,2% em relação a um legislador que recebeu orientação para votar contra a proposta. Quanto à ideologia partidária, aumento do valor do indicador de ideologia do partido reduziu a probabilidade do congressista votar favoravelmente em 29,9%.

A taxa de desemprego na unidade da federação do congressista apresentou efeito que foi expressivamente menor que os das variáveis citadas no parágrafo anterior e que foi bastante superior aos efeitos das variáveis associadas a grupos de interesses. O aumento de 1 (um) ponto percentual na taxa de desemprego na unidade da federação do congressista, reduz a probabilidade dele votar a favor entre 2,5% e 2,7% nos modelos estimados.

As outras características locais dos distritos eleitorais (unidades da federação), percentuais que as exportações e as importações estaduais representam do PIB do estado, não apresentaram efeitos significativos sobre o comportamento dos votos dos legisladores.

Os efeitos parciais das contribuições empresariais sobre a probabilidade de voto favorável, embora significativos, são ínfimos nos três modelos. Já o efeito parcial das contribuições trabalhistas foi significativo apenas no primeiro modelo e indica que cada aumento de R\$1.000,00 (mil reais) nas contribuições trabalhistas aumentaria a probabilidade de voto favorável em 1,4%.

Porém, este resultado deve ser visto com cautela, haja vista que somente 10 congressistas receberam contribuições associadas a interesses trabalhistas, dos quais 9 (nove) eram deputados federais e apenas 1 (um) era senador. Destes 9 (nove) deputados federais, apenas 2 (dois) votaram contra a proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL. Estes dois legisladores eram deputados federais do PSDB e do DEM por São Paulo. O baixo número de contribuições associadas a interesses trabalhistas deve-se ao fato de que a classificação proposta por Makinson and Goldstein (1994) associa contribuições deste tipo às contribuições de associações trabalhistas e sindicais, que são bastante restritas e até vedadas, respectivamente, pela Resolução Nº 22.715 do Tribunal Superior Eleitoral.

Um dos objetivos desta pesquisa era avaliar em que medida o comportamento dos votos dos congressistas brasileiros para a proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL

foi determinado por aspectos institucionais e ideológicos, por características locais das bases eleitorais (unidades da federação) destes legisladores e por interesses de grupos organizados que estariam representados pelos legisladores que receberam contribuições de campanhas de pessoas jurídicas.

Os resultados apresentados pelas regressões realizadas mantém o padrão já apontado na seção anterior: claramente, a influência de variáveis institucionais e ideológica sobre o comportamento do voto dos congressistas brasileiros, no caso da votação da proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL, foi muito superior ao de determinantes locais como a taxa de desemprego e as participações das exportações e das importações do distrito eleitoral no seu PIB.

Ao se adicionar variáveis que expressariam a influência de grupos de interesses organizados sobre o comportamento legislativo em matérias de política comercial, este padrão não se alterou. Adicionalmente, a inclusão destas variáveis mostrou que os interesses de grupos organizados afetou o comportamento dos legisladores, mas em magnitude menor que a taxa de desemprego e muito menor ainda em comparação aos efeitos das variáveis institucionais e da variável ideológica.

Embora os sinais dos coeficientes estimados nas regressões realizadas permitissem apontar para a configuração de coalizões de classes em relação à política comercial liberalizante, sob a hipótese de que a economia brasileira é relativamente mais abundante em trabalho e relativamente menos abundante em capital que a economia venezuelana, as magnitudes dos efeitos parciais medidos na média das demais variáveis foram muito pequenos. Se lembrarmos da exposição feita no capítulo 3, que ressalta que efeitos parciais assim estimados são os efeitos parciais máximos, então não se entende que as contribuições de campanha agrupadas conforme proposta de Makinson and Goldstein (1994) realmente expressem a configuração destas coalizões de maneira que tivessem sido influentes nas decisões de voto dos congressistas brasileiros na apreciação da proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL.

Conforme destacado anteriormente, contribuições que seriam associadas a interesses trabalhistas, nos termos de Makinson and Goldstein (1994) tendem a ser bastante pontuais e pequenas devido à resolução do Tribunal Superior Eleitoral, citada anteriormente. Sendo assim, as contribuições de campanha foram agrupadas conforme a classificação apresentada por Hidalgo e Feistel (2013).

Segundo a classificação setorial apresentada por este trabalho, as contribuições de campanha foram agrupadas seguintes categorias: (1) contribuições de setores intensivos em trabalho, (2) contribuições de setores intensivos em recursos naturais e (3) contribuições de setores intensivos em capital.

Os resultados das regressões realizadas com esta classificação das contribuições de campanha são apresentados na tabela a seguir:

Tabela 10: Capacidade explicativa e efeitos de determinantes específicos sobre o comportamento do voto

Variável explicada: voto						
Variável explicativa	Coefficiente estimado	Valor-p	Coefficiente estimado	Valor-p	Coefficiente estimado	Valor-p
Coalizão	4.765	0.000				
Orientação partidária			5.466	0.000		
Ideologia					-3.294	0.000
Taxa de desemprego	-0.333	0.019	-0.345	0.042	-0.331	0.039
Exportação/PIB(UF)	-0.007	0.775	-0.013	0.644	-0.014	0.636
Importação/PIB(UF)	-0.005	0.882	-0.013	0.681	-0.024	0.401
Contribuições - setor intensivo em						
Trabalho	-0.006	0.297	-0.005	0.373	-0.003	0.584
Capital	0.001	0.813	-0.001	0.653	-0.001	0.609
Recursos naturais	-0.002	0.000	-0.002	0.00	-0.002	0.004
Log likelihood	-87.33		-69.46		-77.84	
Número de observações	388		379		375	
Wald chi2(5)	120.62		129.27		125.7	
Prob > chi2	0		0		0	
Pseudo R2	0.580		0.658		0.619	

Elaboração própria.

Os resultados da tabela acima mostram que a inclusão de variáveis associadas às contribuições de campanha, agora organizadas por setores produtivos em função da intensidade no uso de fatores produtivos não altera o padrão já identificado anteriormente.

Os valores da linha do *Pseudo-R2* (de McFadden) da tabela acima são pouco maiores que os da tabela 4., indicando que a inclusão destas variáveis de grupos de interesses setoriais também adicionou capacidade explicativa aos modelos da seção anterior, que não tinham tais variáveis, porém em pequena magnitude. No primeiro modelo houve aumento de 1,6 pontos percentuais da capacidade explicativa do conjunto de variáveis consideradas, enquanto nos outros dois modelos este aumento foi de aproximadamente 1 ponto percentual.

Os coeficientes estimados para as variáveis: coalizão, orientação partidária e ideologia mantiveram-se significativos para níveis de significância de 1% e apresentaram sinais esperados. Confirmou-se novamente que ser de partido da coalizão do governo ou receber orientação de voto favorável aumentou a probabilidade de o congressista votar a favor. Também se manteve o efeito de que aumento da medida de ideologia, reduz a probabilidade de votar favorável à proposta comercial.

Entre os determinantes constituintes locais (federativos), a taxa de desemprego na unidade da federação continuou sendo a única variável com coeficiente significativo sobre o comportamento do voto e o sinal da relação entre as variáveis foi o esperado: aumento da taxa de desemprego no distrito eleitoral (unidade da federação) reduz a probabilidade de o legislador votar a favor da proposta que envolve maior liberalização comercial.

Quanto aos coeficientes estimados para as variáveis associadas a grupos de interesse, o único coeficiente significativo também apresentou o sinal esperado, que foi o coeficiente dos setores intensivos em recursos naturais, que é estatisticamente diferente de zero em todos os modelos. Se o Brasil, em relação à Venezuela, for um país com maior abundância de trabalho e maior escassez de capital e recursos naturais, então se esperava que as contribuições dos setores intensivos em recursos naturais reduzissem a probabilidade de voto favorável à proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL.

A tabela a seguir apresenta os efeitos parciais de cada variável explicativa:

Tabela 11: Efeitos marginais de determinantes específicos sobre o comportamento do voto

Variável explicada: voto						
Variável explicativa	Efeito marginal na média	Valor-p	Efeito marginal na média	Valor-p	Efeito marginal na média	Valor-p
Coalizão	0.747	0.000				
Orientação partidária			0.844	0.000		
Ideologia					-0.303	0.000
Taxa de desemprego	-0.028	0.017	-0.029	0.036	-0.030	0.028
Exportação/PIB(UF)	-0.001	0.774	-0.001	0.636	-0.001	0.624
Importação/PIB(UF)	0.000	0.882	-0.001	0.677	-0.002	0.374
Contribuições - setor intensivo em						
Trabalho	-0.0005	0.289	-0.0004	0.361	-0.0003	0.578
Capital	0.0001	0.812	-0.0001	0.652	-0.0001	0.606
Recursos naturais	-0.0002	0.000	-0.0002	0.00	-0.0001	0.005

Elaboração própria.

Os resultados da tabela acima mostram que a inclusão de variáveis associadas às contribuições de campanha organizadas por setores produtivos em função da intensidade no uso de fatores produtivos não altera o padrão já identificado anteriormente.

Os efeitos das variáveis institucionais e ideológica são muito maiores que os das demais variáveis. O pertencimento do partido do legislador à coalizão (base) do governo aumentou a probabilidade do legislador votar a favor em 74,7%, em comparação a um congressista de partido da oposição. Já a orientação partidária de voto favorável aumentou a probabilidade do congressista do partido votar a favor em 84,4% em relação a um legislador que recebeu orientação para votar de forma contrária. Quanto à ideologia partidária, aumento do valor do indicador de ideologia do partido reduziria a probabilidade do congressista votar a favor em 30,3%.

A taxa de desemprego na unidade da federação do congressista continuou apresentando efeito expressivamente menor que os das variáveis citadas no parágrafo acima e que foi bastante superior aos efeitos das variáveis associadas a grupos de interesses. O aumento de 1 (um) ponto percentual na taxa de desemprego na unidade da federação do congressista, reduz a probabilidade dele votar a favor em aproximadamente 2,9% nos modelos estimados.

As outras características locais dos distritos eleitorais (unidades da federação), percentuais que as exportações e as importações estaduais representam do PIB do estado, não apresentaram efeitos significativos sobre o comportamento dos votos dos legisladores.

Os efeitos parciais das contribuições de setores intensivos em recursos naturais sobre a probabilidade de voto favorável, embora significativos, são negligenciáveis nos três modelos, já que reduziriam a probabilidade de votar a favor em menos de 0,1%. Já o efeito parcial das contribuições dos outros setores não foi significativo em qualquer dos três modelos estimados.

Um dos objetivos da pesquisa era avaliar em que medida o comportamento dos votos dos congressistas brasileiros para a proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL foi determinado por aspectos institucionais e ideológicos, por características locais das bases eleitorais (unidades da federação) destes legisladores e por interesses de grupos organizados que estariam representados pelos legisladores que receberam contribuições de campanhas de pessoas jurídicas.

Os resultados apresentados pelas regressões realizadas mantêm o padrão já apontado anteriormente: claramente, a influência de variáveis institucionais e ideológica sobre o comportamento do voto dos congressistas brasileiros, no caso da votação da proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL, foi muito superior ao de determinantes locais como a taxa de desemprego e as participações das exportações e das importações do distrito eleitoral no seu PIB.

Também se manteve o fato de que a inclusão de variáveis que captariam a influência de grupos de interesses organizados sobre o comportamento legislativo em matérias de política comercial, não alterou este padrão. Além disto, a inclusão destas variáveis mostrou que os interesses de grupos organizados afetou pouco o comportamento dos legisladores, já que os efeitos marginais estimados das variáveis associadas às contribuições de campanha feitas pelos setores considerados são muito pequenos e até desprezíveis.

Embora os sinais dos coeficientes estimados nas regressões realizadas permitissem apontar para alguma configuração de coalizões setoriais em relação à política comercial liberalizante, as magnitudes dos efeitos parciais medidos na média das demais variáveis foram praticamente nulos, o que indica que mesmo que tais coalizões se configurem, elas não influenciaram o comportamento do voto dos congressistas brasileiros na votação da Venezuela ao MERCOSUL. Se lembrarmos da exposição feita no capítulo 3, como estes efeitos parciais estimados nas médias das outras variáveis explicativas em cada modelo são os efeitos parciais máximos, então se confirma que na votação analisada, grupos de interesse setoriais organizados pela intensidade no uso de fatores produtivos não exerceram influência sobre o comportamento do voto dos congressistas. .

A conclusão desta seção é que os resultados apresentados pelas regressões realizadas apontam um padrão sobre os efeitos de determinantes específicos sobre o comportamento do voto na proposta de política comercial analisada que é: variáveis de natureza institucional e ideológica foram fortes determinantes do comportamento do voto dos congressistas brasileiros, com influências sobre o voto muito superiores às das taxas de desemprego nos distritos eleitorais. Outro aspecto do padrão que se configurou pelos resultados das regressões estimadas foi que a influência de grupos de interesse na votação da proposta analisada nesta pesquisa, quando pareceu existir, foi muito pequena.

4.3. DETERMINANTES DO VOTO DISSIDENTE

Conforme visto nas seções anteriores, pode-se identificar a força que a disciplina partidária exerce sobre a determinação dos votos dos congressistas brasileiros na votação da proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL, pois se verificou o forte poder preditivo das variáveis de natureza institucional (coalizão e orientação partidária) e de natureza ideológica (ideologia do partido) sobre o comportamento do voto destes legisladores, em comparação a variáveis associadas às constituintes destes congressistas, tanto de ordem local ou federativa, quanto de ordem econômico-setorial.

Como o pertencimento ou não do partido do congressista à base do governo (coalizão), a orientação partidária e a ideologia do partido são variáveis fortemente correlacionadas, então a definição de qualquer uma delas está intimamente relacionada à definição das outras. Conforme mostraram os resultados das regressões realizadas com o modelo *logit*, o comportamento dos votos dos congressistas brasileiros na proposta de política comercial analisada foi fortemente determinado pela definição destas variáveis, pois muitos votos seguiram o comportamento esperado em função da definição destas variáveis.

Porém, também foram observados votos que divergiram desta regra. Por causa disto, uma das questões de interesse desta pesquisa é: mesmo que votos dissidentes da orientação e da filiação partidária ocorreram em pequeno número, a ocorrência destes comportamentos dissidentes é explicada por aspectos locais (federativos) e/ou econômico-setoriais (interesses especiais)?

As hipóteses consideradas no início desta pesquisa em relação aos votos dissidentes eram:

- H_0 : o comportamento dissidente do voto do congressista é explicado por características locais das bases eleitorais (unidades da federação) destes legisladores.
- H_1 : o comportamento dissidente do voto do congressista é explicado por interesses de grupos organizados, que realizaram contribuições às suas campanhas.

Como visto nas seções anteriores, a taxa de desemprego no distrito eleitoral do congressista, determinante local ou federativo, exerceram maior influência sobre o comportamento dos votos que as contribuições de campanha que estariam associadas a grupos de interesses organizados.

Para testar estas hipóteses, conforme já apresentado no capítulo 3, foram especificadas duas variáveis *voto dissidente da coalizão* e *voto dissidente da orientação*. Estas variáveis foram assim especificadas:

$$Voto\ dissidente\ da\ coalizão = \begin{cases} -1, voto\ dissidente\ da\ oposição\ ao\ governo \\ 0, voto\ não\ dissidente \\ 1, voto\ dissidente\ da\ base\ do\ governo \end{cases}$$

e

$$Voto\ dissidente\ da\ orientação = \begin{cases} -1, voto\ dissidente\ da\ orientação\ de\ voto\ contra \\ 0, voto\ não\ dissidente\ da\ orientação\ partidária \\ 1, voto\ dissidente\ da\ orientação\ de\ voto\ a\ favor \end{cases}$$

Para avaliar as hipóteses apresentadas anteriormente, foram realizadas regressões com modelo *logit multinomial* em que estas variáveis aparecem como variáveis explicadas, em função das seguintes variáveis explicativas de natureza federativa: taxa de desemprego na unidade da federação do congressista, participação das exportações estaduais no PIB estadual do congressista e participação das importações estaduais no PIB estadual do congressista.

Também foram incluídas nestas regressões, variáveis associadas às contribuições de campanha, agrupadas por interesses de classe (trabalhista ou empresarial) ou de acordo com a intensidade no uso de fatores de produção (trabalho, capital e recursos naturais).

Os resultados para o voto dissidente da coalizão partidária são apresentados na tabela a seguir.

Tabela 12: Capacidade explicativa e efeitos de determinantes específicos sobre o comportamento do voto dissidente

Variável explicada: voto dissidente da coalizão		
Variável explicativa	Coeficiente estimado	Valor-p
<i>Dissidência da coalizão de oposição</i>		
Taxa de desemprego	-0.093	0.556
Exportação/PIB(UF)	-0.018	0.487
Importação/PIB(UF)	-0.051	0.176
Contribuições		
Trabalhistas	0.207	0.002
Empresariais	-0.001	0.137
<i>Dissidência da coalizão do governo</i>		
Taxa de desemprego	0.327	0.019
Exportação/PIB(UF)	-0.042	0.483
Importação/PIB(UF)	-0.031	0.610
Contribuições		
Trabalhistas	-119.997	0.000
Empresariais	-0.0005	0.472
Log likelihood	-117.48	
Número de observações	387	
Wald chi2(5)	807.33	
Prob > chi2	0	
Pseudo R2	0.078	

Elaboração própria.

Um aspecto interessante dos resultados apresentados nesta tabela é que a taxa de desemprego na unidade da federação do congressista influenciou a dissidência da coalizão do governo, mas não a dissidência da coalizão de oposição.

Como, para o voto dissidente da coalizão do governo, o coeficiente estimado da taxa de desemprego é positivo, então aumento da taxa de desemprego no distrito eleitoral do congressista aumenta a probabilidade dele votar de forma dissidente em relação aos votos dados pelos legisladores filiados aos partidos da base do governo, ou seja, de votar contra a

proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL. Esta relação é compatível com a relação estimada entre taxa de desemprego e o voto, que foi estimada como negativa, significando que aumento da taxa de desemprego reduziria a probabilidade de votar favoravelmente à proposta analisada.

Embora para o voto dissidente da oposição o coeficiente estimado para a taxa de desemprego não seja significativo, o sinal do coeficiente é negativo, o que poderia ser entendido da seguinte maneira: aumento da taxa de desemprego no distrito eleitoral do congressista reduziria a probabilidade dele votar a favor da proposta de política comercial analisada, pois reduziria a probabilidade de votar de forma dissidente.

Apesar das ressalvas feitas anteriormente às contribuições de interesses trabalhistas, vimos também que estas contribuições aumentavam a probabilidade de voto favorável à aprovação da proposta examinada. Os sinais referentes aos coeficientes desta tabela são compatíveis com esta relação já que as contribuições trabalhistas aumentariam a probabilidade de voto dissidente da oposição, ou seja, aumentariam a probabilidade votar de forma favorável à proposta, enquanto que diminuiria a probabilidade de voto dissidente da coalizão do governo, ou seja, também aumentariam a probabilidade votar a favor da proposta analisada.

O fato que se destaca desta tabela é que enquanto o voto dissidente da coalizão do governo sofreu influência significativa, do ponto de vista estatístico, o voto dissidente da oposição não foi afetado por esta característica federativa. Outro aspecto verificado foi a sensibilidade dos votos dissidentes em relação às contribuições trabalhistas, que ocorreu de forma compatível com a relação estimada destas contribuições com o voto registrado pelos congressistas.

Convém mencionar que também foi estimado modelo, que diferia do modelo apresentado na tabela anterior em relação à organização dos grupos de interesses de acordo com a intensidade no uso de fatores de produção. Porém, os resultados não passaram no teste de significância conjunta de Wald e, por isto não são apresentados.

Como vimos, os votos também podem ser dissidentes da orientação de voto dada pelo partido. Os resultados das regressões feitas para o voto dissidente da orientação partidária são apresentados na tabela a seguir:

Tabela 13: Capacidade explicativa e efeitos de determinantes específicos sobre o comportamento do voto dissidente

Variável explicada: voto dissidente da orientação partidária		
Variável explicativa	Coeficiente estimado	Valor-p
<i>Dissidência da orientação contrária</i>		
Taxa de desemprego	-0.053	0.770
Exportação/PIB(UF)	-0.005	0.862
Importação/PIB(UF)	-0.134	0.037
Contribuições - setor intensivo em		
Trabalho	-430.901	0.000
Capital	0.002	0.725
Recursos naturais	-0.010	0.099
<i>Dissidência da orientação favorável</i>		
Taxa de desemprego	0.326	0.018
Exportação/PIB(UF)	-0.044	0.463
Importação/PIB(UF)	-0.035	0.568
Contribuições - setor intensivo em		
Trabalho	-0.039	0.300
Capital	0.001	0.748
Recursos naturais	-0.001	0.424
Log likelihood	-83.25	
Número de observações	379	
Wald chi2(5)	1082.49	
Prob > chi2	0	
Pseudo R2	0.130	

Elaboração própria.

De forma semelhante ao que foi visto na tabela anterior, a taxa de desemprego na unidade da federação do congressista influenciou a dissidência da orientação de voto favorável, em geral adotada pelos partidos da coalizão do governo, mas não a dissidência da orientação de voto contrária, em geral adotada pelos partidos da oposição ao governo.

Como, para o voto dissidente da orientação de voto favorável, adotada prioritariamente pela coalizão do governo, o coeficiente estimado da taxa de desemprego é

positivo, então aumento desta taxa no estado do congressista aumenta a probabilidade dele votar de forma dissidente em relação à orientação de voto favorável, ou seja, de votar contra a proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL. Esta relação manteve a compatibilidade com a relação estimada entre taxa de desemprego e o voto, algo que já foi mencionado anteriormente. Isto indica que aumento da taxa de desemprego reduziria a probabilidade de votar favoravelmente à proposta analisada.

Assim como no caso das regressões anteriores, o coeficiente estimado para a taxa de desemprego não foi significativo para os votos dissidentes da orientação contrária. Porém, seu sinal negativo, indicaria que aumento da taxa de desemprego no estado do legislador diminuiria a probabilidade dele votar de forma dissidente da orientação partidária, pois reduziria a probabilidade de votar a favor da proposta de política comercial analisada.

Outro aspecto que difere o padrão de sensibilidade dos votos dissidentes da orientação partidária favorável em relação aos votos dissidentes da orientação de voto contrário, é que os votos dissidentes da orientação de voto favorável, adotada pelos partidos de esquerda e, em geral, compondo a base do governo, embora tenham sido influenciados pela taxa de desemprego, não sofreram qualquer influência significativa dos grupos de interesses organizados mediante as contribuições de campanha feitas por setores agrupados pela intensidade no uso de fatores de produção.

Já os votos dissidentes da orientação de voto contrário, adotada por partido da oposição e de ideologia de direita, embora não tenham sofrido influência da taxa de desemprego em seus estados, seriam sensíveis aos interesses de grupos organizados por causa das contribuições de campanha recebidas.

O sinal do coeficiente das contribuições feitas pelos setores intensivos em recursos naturais manteve-se em linha com os resultados obtidos em outras regressões já apresentadas, pois o sinal indica que aumento das contribuições feitas por estes setores reduziriam a probabilidade de dissidência da orientação de voto contrária, portanto, da probabilidade de votar a favor da aprovação da proposta examinada, o que já havia sido identificado antes. Como a participação de mercadorias importadas da Venezuela e que são intensivas em recursos naturais é expressiva na pauta de importações de alguns estados, provavelmente o sinal deste coeficiente decorre do fato de que estes setores sofrem concorrência direta destas mercadorias vindas da Venezuela pelo mercado doméstico.

O sinal das contribuições feitas por setores intensivos em trabalho, também indica que aumento destas contribuições diminuiria a probabilidade de voto favorável, o que seria esperado se a economia brasileira fosse menos abundante em trabalho que a economia venezuelana. Outra possível explicação é que se trata de setores localizados em estados específicos e que sofrem concorrência direta das importações venezuelanas pelo mercado doméstico.

Menciona-se que também foi estimado modelo, que diferia do modelo apresentado na tabela anterior em relação à organização dos grupos de interesses em interesses trabalhistas e empresariais. Mas, como os resultados não passaram no teste de significância conjunta de Wald não foram apresentados.

Apesar de todos estes comentários feitos, verifica-se que as capacidades explicativas que os dois conjuntos de variáveis têm tanto sobre o voto dissidente da filiação partidária quanto do voto dissidente da orientação partidária são baixos, expressos pelos valores de pequena magnitude do *pseudo-R²*. Isto significa que fatores importantes para a explicação do voto dissidente da coalizão partidária ainda não estão incorporados nas especificações utilizadas. Mesmo assim, a busca por outras variáveis que ajudem a explicar o comportamento do voto dissidente está além dos objetivos desta pesquisa, que visava apenas buscar identificar se haveria alguma diferença de padrão de comportamento entre as categorias de voto dissidente, no sentido proposto pelas hipóteses apresentadas no início desta seção.

Com base nos resultados apresentados, há indícios de que houve alguma diferença entre os padrões de comportamento dos votos dissidentes. Com base nos resultados, a hipótese nula apresentada no início da seção é rejeitada para os votos dissidentes da oposição e para os votos dissidentes da orientação de voto contrária, que não apresentaram sensibilidade à fatores locais, pois não responderiam ao comportamento da taxa de desemprego nos distritos eleitorais dos congressistas. Porém, esta hipótese não seria rejeitada para os votos dissidentes da coalizão do governo e nem para os votos dissidentes da orientação de voto favorável dada pelo partido.

Outra diferença é que, de acordo com os agrupamentos propostos para os interesses organizados, foi identificada alguma influência destes grupos sobre os votos sobre os votos dissidentes da coalizão do governo como da oposição, assim como para os votos dissidentes da orientação partidária contrária. Porém, esta hipótese seria rejeitada para o caso dos votos dissidentes da orientação partidária de voto favorável, que não sofreram influência significativa das variáveis que captariam os interesses de grupos organizados.

Convém ressaltar que estes comentários baseiam-se e restringem-se ao caso estudado: votação da proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL, aprovada tanto na Câmara de Deputados como no Senado Federal.

5. DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois que um acordo de comércio internacional é formalizado pelo Presidente da República, sua aprovação passa a depender, em última instância e em caráter irrevogável, da aprovação do Congresso Nacional. Como os congressistas não abdicam de seus poderes decisórios, então eles podem votar a favor ou contra a proposta em pauta. Isto significa que o voto dado pelo congressista varia em resposta ao comportamento de fatores determinantes desta decisão. Sendo assim, a pesquisa buscou investigar que fatores determinariam o comportamento do voto dos congressistas brasileiros na apreciação de propostas de políticas (acordos) de comércio internacional.

A literatura que analisa os determinantes do comportamento dos votos dos legisladores em política comercial identifica fatores institucionais, ideológicos e características associadas aos constituintes (*constituencies*) do legislador, tanto de ordem local como de ordem econômico-setorial, como elementos que direcionam estes votos. Nesta literatura nacional, foi identificada uma tese partidária, segundo a qual, as preferências dos legisladores por políticas comerciais e o comportamento dos seus votos seriam determinados pela orientação partidária, pela ideologia partidária e pelo pertencimento ou não do partido à base do governo. Desta forma, cada legislador votaria em concordância com sua bancada partidária, mesmo que isto representasse discordância em relação à sua bancada estadual e aos interesses dos doadores às suas campanhas e dos grupos organizados que o apoiassem.

Também foi identificada uma tese federativa, cujo argumento é que as preferências dos legisladores por políticas comerciais seriam determinadas por características locais das unidades da federação pelas quais foram eleitos. Assim, eles votariam em concordância com sua bancada estadual, mesmo que isto representasse discordância com sua bancada partidária ou com os interesses dos contribuintes às suas campanhas e grupos organizados que o apoiassem.

Também foi identificada, na literatura internacional, uma terceira tese que vincula o comportamento legislativo a interesses específicos de grupos organizados em relação à política comercial, de forma que o legislador representaria os interesses dos grupos que lhe dão apoio político, por exemplo, através de contribuições de campanha, determinando seu voto de acordo com a preferência destes grupos pela política comercial analisada. Consequentemente, o voto do congressista poderia discordar do padrão de votos de sua bancada partidária e estadual.

Na literatura empírica que analisou o caso brasileiro há evidências que tanto dão suporte como contrariam as teses, federativa e partidária, sobre o comportamento dos votos em política comercial. Porém, não se encontrou estudo sobre a ação ou a influência de grupos de interesses organizados (*lobby*) sobre o comportamento destes votos, apesar das evidências da ação de grupos de interesse organizados sobre a definição de características (tarifas) de políticas comerciais no Brasil.

Neste contexto, entendeu-se que a avaliação da influência de determinantes constituintes econômico-setoriais representa um espaço para investigação nesta agenda de pesquisa no Brasil, haja vista que há evidências desta influência na literatura internacional, além de evidências de que grupos de interesse mais organizados tenham sido mais bem sucedidos no exercício de pressão política para influenciar medidas de política comercial.

Diante deste quadro e com base no caso da votação da proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL, buscou-se analisar, em primeiro lugar, se o comportamento dos votos dos congressistas brasileiros teria sido mais influenciado por aspectos institucionais e ideológicos ou por características locais do distrito eleitoral (unidade da federação) destes legisladores. Efetivamente, confrontou-se a tese partidária com a tese federativa.

Posteriormente, foi avaliado se os interesses de grupos organizados, captados por contribuições às campanhas dos congressistas brasileiros, também teriam afetado o comportamento do voto destes congressistas.

Os estudos realizados sobre o comportamento dos votos, inclusive no Brasil, buscaram compreender os determinantes dos votos dados nas apreciações de políticas comerciais. Alguns estudos sobre o caso brasileiro enfatizam a força da disciplina partidária na determinação dos votos dos congressistas. O registro dos votos dados pelos congressistas brasileiros à proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL mostrou que a votação, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado, apresentou forte polarização partidária. Apesar dos fortes indícios de que houve forte disciplina dos congressistas às orientações partidárias, foram observados votos dissidentes destas orientações.

Ao se buscar compreender que fatores explicariam o comportamento dissidente, verificou-se que os comportamentos dissidentes também não haviam sido estudados. Uma vez que existe evidências do forte poder explicativo que aspectos partidários e ideológicos têm na determinação dos votos em matérias de política externa e comercial, então se entendeu que o voto dissidente das orientações partidárias e ideológicas deveria decorrer da influência de

determinantes de outra natureza. Assim, a pesquisa também se concentrou em tentar compreender se haveria algum padrão no comportamento dos votos dissidentes no sentido de apresentar relação com fatores locais das unidades da federação e/ou interesses de grupos organizados.

Justificou-se a escolha do caso da proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL como contexto de análise das questões de interesse desta pesquisa porque ela poderia induzir posicionamentos (interesses) setoriais e regionais distintos à sua aprovação e por causa da forte polarização partidária que caracterizou o seu trâmite. Assim, os votos deveriam ter sido determinados por forte influência partidária e ideológica, mas poderiam ter sofrido influência de fatores locais dos distritos eleitorais e de interesses especiais particulares.

Como o voto, variável explicada, é uma variável categórica, então as análises que permitiriam responder as questões de interesse desta pesquisa foram feitas mediante uso de modelo econométrico *logit*.

Inicialmente, confrontou-se a tese partidária com a tese federativa para avaliar o peso que cada tipo de determinante teria sobre o comportamento dos votos. Os resultados mostraram que os conjuntos selecionados de variáveis institucionais, ideológica e locais (federativas), apresentaram alta capacidade explicativa do comportamento dos votos, ao explicarem mais que 55% do comportamento dos votos. Os resultados apresentados também mostraram claramente que: a influência de variáveis institucionais e ideológica sobre o comportamento do voto dos congressistas brasileiros, no caso examinado, foi muito superior ao de determinantes locais, indicando que a tese partidária teve muito mais poder explicativo sobre o resultado da votação que a tese federativa. Este resultado é compatível com o que fora sugerido por outros estudos, que sugeriram este resultado mas não mediante o uso do método utilizado neste trabalho. Quanto às variáveis locais (federativas), confirmou-se que a taxa de desemprego na unidade da federação (distrito eleitoral) é aspecto que local que afeta o voto dos congressistas em política comercial.

Posteriormente, foi avaliado se os interesses de grupos organizados, captados por contribuições às campanhas dos congressistas brasileiros, também afetariam o comportamento do voto destes congressistas. Os resultados obtidos indicaram que a inclusão das contribuições de campanha associadas a grupos organizados de acordo com critérios advindos de teorias de comércio internacional aumentaram a capacidade explicativa dos modelos anteriormente utilizados, porém em pequena magnitude. Assim, a inclusão das contribuições de campanha não alterou o padrão identificado anteriormente: variáveis de natureza

institucional e ideológica foram fortes determinantes do comportamento do voto dos congressistas brasileiros, com influências sobre o voto muito superiores às das taxas de desemprego nos distritos eleitorais. Outro padrão que se configurou pelos resultados das regressões estimadas foi que a influência de grupos de interesse na votação da proposta analisada, quando pareceu existir, foi pequena, pois os impactos medidos das contribuições de campanha sobre o comportamento do voto foram bem menores que os impactos da taxa de desemprego.

Mesmo assim, os resultados favorecem a rejeição da hipótese inicial (H_0) de que o comportamento dos votos dos congressistas não é afetado por interesses de grupos organizados, sendo influenciado apenas por fatores institucionais e características locais das bases eleitorais (unidades da federação) destes legisladores. Os resultados obtidos permitem rejeitar esta hipótese em favor da hipótese alternativa (H_1), segundo a qual, o comportamento dos votos dos congressistas é afetado por interesses de grupos organizados, assim como por fatores institucionais e características locais das bases eleitorais (unidades da federação) destes legisladores.

Por fim, foi avaliado se a ocorrência de votos dissidentes da filiação partidária e da orientação partidária seria explicada pelos aspectos locais (federativos) e/ou econômico-setoriais (interesses especiais) considerados nos modelos estimados anteriormente.

Quanto à dissidência da filiação partidária, os resultados mostraram que enquanto a dissidência da coalizão do governo foi influenciada pela taxa de desemprego na unidade da federação do congressista e por interesses específicos, a dissidência da coalizão de oposição foi influenciada somente por interesses específicos, não sendo afetada pela taxa de desemprego na unidade da federação do congressista.

No que se refere à dissidência à orientação de voto dada pelo partido, os resultados mostraram que enquanto a dissidência da orientação de voto favorável foi influenciada somente pela taxa de desemprego na unidade da federação do congressista, a dissidência da orientação de voto contrário foi influenciada somente por interesses específicos.

A alta correlação entre filiação partidária e orientação partidária para o voto permitiria associar coalizão do governo com orientação de voto favorável e coalizão de oposição com orientação de voto contrário. Assim, é possível sugerir que houve padrão distinto do comportamento do voto dissidente, dependendo do fato da dissidência estar associada ou não à base do governo e com a seguinte característica: a dissidência da base do

governo, basicamente, foi determinada por influência de fator local do distrito eleitoral do congressista, a taxa de desemprego, enquanto a dissidência da oposição, basicamente, foi determinada por influência de interesses específicos associados a grupos organizados.

Porém, reconhece-se que devem existir outros fatores que ajudariam a explicar o comportamento do voto dissidente. Mesmo assim, a busca por outras variáveis que ajudassem a explicar o comportamento do voto dissidente estava além dos objetivos desta pesquisa, que visava apenas buscar identificar se haveria alguma diferença de padrão de comportamento entre as categorias de voto dissidente.

Mesmo assim, os resultados obtidos permitem avaliar as hipóteses consideradas para os determinantes dos votos dissidentes da orientação e da filiação partidária, que são:

- H_0 : o comportamento dissidente do voto do congressista é explicado por características locais das bases eleitorais (unidades da federação) destes legisladores.
- H_1 : o comportamento dissidente do voto do congressista é explicado por interesses de grupos organizados, que realizaram contribuições às suas campanhas.

Para a dissidência da coalizão do governo, os resultados não indicaram que alguma destas hipóteses seria rejeitada. Para a dissidência da coalizão de oposição e a dissidência da orientação de voto contrário, os resultados dão suporte à rejeição da nula (H_0). Para a dissidência da orientação de voto favorável, os resultados sugerem a rejeição da hipótese alternativa (H_1).

Naturalmente, o fato de a análise focar no caso da votação da proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL restringe a capacidade de generalização dos resultados para a compreensão de fatores que podem ser determinantes do comportamento do voto dos legisladores brasileiros na apreciação de propostas de política comercial de maneira geral.

Reconhece-se ainda que, devido ao fato da pesquisa ser um estudo de caso, é possível que os efeitos de variáveis específicas sobre o comportamento do voto dos congressistas brasileiros podem ser específicos para o caso analisado.

Apesar destas ressalvas, entende-se que a pesquisa conseguiu atingir minimamente os objetivos aos quais se propôs, pois, em primeiro lugar, entende-se que contribuiu para consolidar o entendimento sobre a influência de determinantes de ordem institucional, ideológica e local (federativa) sobre o comportamento dos votos dos congressistas brasileiros.

Em segundo lugar, por ter incorporado neste tipo de análise indicadores da influência de grupos de interesses, com base na literatura de Economia Política Internacional. Em terceiro lugar, por ter avaliado o comportamento dissidente do congressista brasileiro em tema de política comercial e, com isto, poder ter lançado alguma luz sobre o que explica estes comportamentos. Além disto, considera-se que a pesquisa trouxe alguma contribuição metodológica para esta área de pesquisa por causa da incorporação de variáveis associadas a grupos de interesse e por abordar o comportamento do voto dissidente.

Um último aspecto importante da pesquisa foi a construção de uma base de dados que incorpora um grande número de outras variáveis que não foram utilizadas nesta pesquisa. Isto ocorreu porque se optou por utilizar variáveis associadas às principais teses ou explicações sobre o comportamento do voto do congressista encontradas na literatura especializada, sem o intuito de exaurir todas as variáveis que explicariam o comportamento destes votos.

Naturalmente, apesar de se entender que estudo realizado trouxe contribuição a esta área de pesquisa, ela ainda oferece muitas possibilidades de pesquisas adicionais futuras. A aplicação do método utilizado a um maior número de casos de votações de políticas comerciais é uma extensão natural desta pesquisa, para se compreender se há padrões de comportamento geral em termos de fatores determinantes do comportamento legislativo em relação a políticas comerciais, que possam indicar se há particularidade deste comportamento legislativo em relação ao comportamento geral em política externa.

Outra possibilidade de análise é a utilização de agrupamentos das contribuições de campanha de outras maneiras a refletir outras formas de coalizões que se formariam em relação às políticas comerciais.

Uma terceira possibilidade de extensão é a incorporação de indicadores de concentração industrial como forma de adicionar elementos do problema da ação coletiva às análises do comportamento legislativo em política comercial. Isto se justifica pelo fato de que os diferentes setores produtivos apresentam diferentes capacidades de pressão política, assim como diferentes importâncias em termos econômicos. Possivelmente, estes indicadores devem mesclar características de concentração industrial e de participação da produção setorial na economia.

A consideração de outras variáveis, sobretudo de ordem local (federativa) e associadas a interesses de grupos organizados, são exemplos de possíveis extensões que podem ser dadas à esta pesquisa.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVERBUG, A. (1999). Abertura e integração comercial brasileira na década de 90. In: GIAMBIAGI, F. ; MOREIRA, M. M. (orgs.). **A Economia Brasileira nos Anos 90**. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), 1ª. Ed., Rio de Janeiro: BNDES, 1999, 488p. Acessível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Paginas/livro_anos90.html>. Acesso verificado em 20 de outubro de 2014.
- ALT, J. ; FRIEDEN, J. ; GILLIGAN, M. ; RODRIK, D. ; ROGOWSKI, R. (1996). “The Political Economy of International Trade: Enduring Puzzles and an Agenda for Inquiry”, *Comparative Political Studies*, v. 29, nº 6, p. 689-717, December 1996.
- ARAÚJO, G. B. (2008). O déficit entre acordado e realizado no MERCOSUL – A influência dos grupos de interesse e o estudo do caso brasileiro. 2008. 143 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- ARAÚJO, G. B. (2012). Contribuições de Campanha influenciam decisões públicas? O caso dos contratos públicos federais e das emendas ao orçamento no Brasil. 2012. 271 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- BAILEY, M. A. ; GOLDSTEIN, J. ; WEINGAST, B. R. (1997). “The Institutional Roots of American Trade Policy: Politics, Coalition and International Trade”. *World Politics*, Princeton, v. 43, n. 3, p. 309-338, Apr.
- BALDWIN, R. E. (1989). “The Political Economy of Trade Policy”. *The Journal of Economic Perspectives*, Vol. 3, No. 4 (Autumn, 1989), pp. 119-135.
- BALDWIN, R. E. and MAGEE, C. S. (2000). “Is Trade Policy For Sale? Congressional Voting On Recent Trade Bills”. *Public Choice*, 2000, v105 (1/2,Oct), 79-101.
- BRASIL. [CONSTITUIÇÃO FEDERAL (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nºs 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. 454 p. Acessível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1366/constituicao_federal_35ed.pdf?sequence=26>. Acesso verificado em 20 de outubro de 2014.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS (2008a). **53a. Legislatura Segunda Sessão Legislativa Ordinária – Sessão Extraordinária Nº 327 – 17/12/2008**. (Relação de votantes por UF) Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso direto: <<http://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraVotacao.asp?ideVotacao=3550&numLegislatura=53&codCasa=1&numSessaoLegislativa=2&indTipoSessaoLegislativa=O>>

&numSessao=327&indTipoSessao=E&tipo=uf>. Acesso verificado em 03 de julho de 2014.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (2008b). **53a. Legislatura Segunda Sessão Legislativa Ordinária – Sessão Extraordinária Nº 327 – 17/12/2008**. (Relação de votantes por partido). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso direto: <<http://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraVotacao.asp?ideVotacao=3550&numLegislatura=53&codCasa=1&numSessaoLegislativa=2&indTipoSessaoLegislativa=O&numSessao=327&indTipoSessao=E&tipo=partido>>. Acesso verificado em 03 de julho de 2014.

CARBAUGH, R. (2004). **Economia Internacional**. São Paulo: Ed. Pioneira Thomson Learning, 2004.

CARDOSO, A. S. ; SOARES, F. A. ; MOREIRA, T. B. S. ; LOUREIRO, P. (2005). “Vantagens Comparativas e Restrições Comerciais- Uma Avaliação do Comércio Brasil/Alemanha em 2001”, *Revista de Economia Contemporânea*, Vol. 9, n. 3, p. 583-614.

CNI (2006) – Confederação Nacional das Indústrias (2006). **Adesão da Venezuela ao Mercosul**: agenda e interesses econômicos do Brasil. Confederação Nacional das Indústrias: Unidade de Negociações Internacionais, Rio de Janeiro, dezembro de 2005. Disponível em: <<http://www.cni.org.br>>. Acesso direto: <<http://www.cni.org.br/portal/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A9015D01445CD8E01144C7C04FC0296>>. Acesso verificado em 04 de julho de 2014.

DATASUS (IDB–2012). **Indicadores e Dados Básicos – Brasil – 2012 (IDB–2012)** via Internet do DATASUS (Departamento de Informática do SUS – Sistema Único de Saúde) do Ministério da Saúde. Disponível em: <<http://www.ripsa.org.br/php/index.php>>. Acesso direto: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibd2012/matriz.htm>>. Acesso verificado em 03 de julho de 2014.

DINIZ, S. (2009). “Atos Internacionais e Atuação do Legislativo”. *Teoria e Pesquisa*, Revista de Ciências Sociais, V. 18, nº 2, p. 27-59, UFSCAR.

DINIZ, S. (2012). “O Senado Federal e a Deliberação de Atos Internacionais no Presidencialismo Brasileiro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 27, nº 80, p.169-258, outubro de 2012.

DINIZ, S. ; RIBEIRO, C. O. (2008). “The role of the Brazilian Congress in foreign policy: an empirical contribution to the debate”. *Brazilian Political Science Review*, 3: 10-38.

DOMENCICH, T.A. ; MCFADDEN, D. (1975). **Urban Travel Demand: A Behavioral Analysis**. North Holland Publishing, Amsterdam. Disponível em: <<http://eml.berkeley.edu/~mcfadden/travel.html>>.

DUTT, P. ; MITRA, D. (2002). “Endogenous trade policy through majority voting: an empirical investigation”. *Journal of International Economics*, vol. 58, nº 1, p. 107–133.

- DUTT, P. ; MITRA, D. (2005). “Political ideology and endogenous trade policy: an empirical investigation”. *Review of Economics and Statistics*, vol. 87, nº 1, p. 59– 72.
- DUTT, P. ; MITRA, D. (2006). “Labor versus capital in trade-policy: The role of ideology and inequality”. *Journal of International Economics*, vol. 69, nº 1, p. 310–320.
- EHRLICH, D. (2008). “The Tariff and the Lobbyist: Political Institutions, Interest Group Politics, and U.S. Trade Policy”. *International Studies Quarterly*, New Jersey, v. 52, n. 2, p. 427- 445.
- FELIÚ, P. (2012a). Comportamento Legislativo e Política Externa na América Latina. 2012. 179 f.. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- FELIÚ, P. (2012b). “Legislativo e política comercial: a aprovação do TLC com os Estados Unidos nos legislativos sul-americanos”. *Revista de Sociologia e Política*, v. 20, no. 44, p. 121-138. Curitiba, Novembro de 2012.
- FELIÚ, P. ; AMORIM, C. (2011). “Congresso Nacional e MERCOSUL: o caso da Aprovação da Entrada da Venezuela”. *Meridiano 47* vol. 12, n. 125, mai.-jun. 2011, p. 11-17. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/3835/3498>>. Acesso verificado em 25 de outubro de 2014.
- FELIÚ, P. ; GALDINO, M. ; OLIVEIRA, A. J. S. N. (2007). “Política de Comércio Exterior, Ideologia Partidária e Interesses Locais: Um Estudo sobre o Caso Chileno”. *Revista Cena Internacional*, v. 9, no. 2, p. 33-57.
- FELIU, P. ; OLIVEIRA, A. J. S. N. ; GALDINO, M. (2009). “A política externa chilena e o espectro ideológico político-partidário: um Estudo sobre a Câmara dos Deputados do Chile (2002-2006)”. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 52, n. 4, p. 835-869.
- FELIÚ, P. e OLIVEIRA, A. J. S. N. (2014). “Comportamiento Legislativo y Política Exterior en Latino América”. *Mimeo (America Latina Hoy, No prelo.)*
- FERRARI, D. A. (2011). “O Congresso Nacional e Apreciação de Tratados Internacionais entre 1999 e 2006”. In: O Congresso e o presidencialismo de coalizão, Cadernos Adenauer XII (2011), nº 2, p. 83-97, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, setembro 2011.
- FERREIRA, P. C. and FACCHINI, G. (2005). “Trade liberalization and industrial concentration: Evidence from Brazil”. *The Quarterly Review of Economics and Finance* 45 (2005) p.432–446.
- FIESP [Federação das Indústrias do Estado de São Paulo] (2011). **Análise Quantitativa de Negociações Internacionais**. Federação das Indústrias do Estado de São Paulo: Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior (DEREX), São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e>

publicacoes/analise-quantitativa-de-negociacoes-internacionais/>. Acesso verificado em 20 de outubro de 2014.

- FORDHAM, B. O. and MCKEOWN, T. J. (2006). “Selection and Influence: Interest Groups and Congressional Voting on Trade Policy”. *International Organization* 57, Summer 2003, pp 519–549, June 2003.
- FREITAS, A. (2012). “Migração Partidária na Câmara dos Deputados de 1987 a 2009”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 55, n. 4, 2012, p. 951–986.
- GABSCH, R. D’A. (2010). **Aprovação de Tratados Internacionais pelo Brasil**: possíveis opções para acelerar seu processo. Brasília: FUNAG, 2010. 280 p.
- GAWANDE, K. and HOEKMAN, B. (2006). “Lobbying and Agricultural Trade Policy in the United States”. *International Organization* 60, Summer 2006, pp 527–561.
- GROSSMAN, G. M. and HELPMAN, E. (1994). “Protection for sale”. *The American Economic Review*, 4(4):833–850.
- GUIMARÃES, J. R. S.. (2012). **Perfil do Trabalho Decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação durante a segunda metade da década de 2000**. José Ribeiro Soares Guimarães; Organização Internacional do Trabalho; Escritório da OIT no Brasil. – Brasília: OIT, 2012. 416p. Disponível em: < <http://www.oit.org.br/>>. Acesso direto: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/relatoriotrabalhodecentetotal_876.pdf>. Acesso verificado em 04 de julho de 2014.
- GUJARATI, D. N. (2009). **Basic Econometrics**. Damodar N. Gujarati, Dawn C. Porter. — 5th ed. McGraw-Hill/Irwin: New York, USA. 946p.
- HANKLA, C. (2006). “Party Strength and International Trade: A Cross National Analysis”. *Comparative Political Studies*, vol. 39, n. 9 (November), p. 1133-1156.
- HENISZ, W. J. ; MANSFIELD, E. D. (2006). “Votes and Vetoes: The Political Determinants of Commercial Openness”. *International Studies Quarterly*, vol. 50, n. 1 , p. 189-211.
- HERNÁNDEZ MURIEL, B. C. (2005). Três ensaios sobre as predições de Heckscher--Ohlin: questões teóricas e testes empíricos. Tese de Doutorado em Economia defendida na PUC/RJ, Cap. 2, Tese ganhadora do Prêmio Halarambus Simeonidis da ANPEC 2005 (Natal/RN).
- HERTEL, T. W. (ed.) (1997): **Global Trade Analysis: Modeling and Applications**. Cambridge University Press.
- HIDALGO, A. B. (1985). “Intensidades Fatoriais na economia brasileira: novo teste empírico do Teorema de Heckscher-Ohlin”, *Revista Brasileira de Economia*, vol. 39, n. 1, p. 27-55.
- HIDALGO, A. B. e FEISTEL, P. R. (2013). “Mudanças na Estrutura do Comércio Exterior Brasileiro: Uma Análise sob a Ótica da Teoria de Heckscher-Ohlin”. *Estudos Econômicos*, São Paulo, vol. 43, n.1, p.79-108, jan.-mar. 2013.

- HILLMAN, A. (1982). “Declining industries and political support protectionism”. *American Economic Review*, 72: 1180–1187.
- HISCOX, M. J. (2001). “Class versus Industry Cleavages: Inter-Industry Factor Mobility and the Politics of Trade”. *International Organization* 55, Winter 2001, pp 1–46.
- HISCOX, M. J. (2002). “Commerce, Coalitions and Factor Mobility: Evidence from Congressional Votes on Trade Legislation”. *American Political Science Review* 96 (September 2002), pp. 1-16.
- IBGE (2008a) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro, v. 29, 2008, 126p. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso direto: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008/brasilpnad2008.pdf>>. Acesso verificado em 04 de julho de 2014.
- IBGE (2008b) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2008). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Microdados**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso direto: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/microdados.shtm>>. Acesso verificado em 04 de julho de 2014.
- IBGE (2009a) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro, v. 30, 2009, 131p. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso direto: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad_brasil_2009.pdf>. Acesso verificado em 04 de julho de 2014.
- IBGE (2009b) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Microdados**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso direto: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/microdados.shtm>>. Acesso verificado em 04 de julho de 2014.
- IBGE (2010a) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010a). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Síntese de Indicadores 2009**. Rio de Janeiro, 2010, 300p. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso direto: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad_sintese_2009.pdf>. Acesso verificado em 04 de julho de 2014.
- IBGE (2010b) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010b). **Síntese de Indicadores Sociais – Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira – 2010**. Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica, número 27. Rio de Janeiro, 2010, 319p. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso direto: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS_2010.pdf>. Acesso verificado em 04 de julho de 2014.

- KAROL, D. (2007). “Does Constituency Size Affect Elected Officials’ Trade Policy Preferences?”. *The Journal of Politics*, vol. 69, n. 2 (May), p. 483-494.
- KRUGMAN, P. R. e OBSTFELD, M. (2010). **Economia Internacional: Teoria e Política**. São Paulo: Makron Books do Brasil Editora Ltda, 2010.
- KUME, H. ; PIANI, G. ; SOUZA, C. F. B. de (2003). A política brasileira de importação no período 1987-1998: descrição e avaliação. In: CORSEUIL, C. H. e KUME, H. (coords.). **A Abertura Comercial Brasileira nos Anos 1990**: impactos sobre emprego e salário. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), 1ª. Ed., Rio de Janeiro: IPEA; Brasília: MTE, 2003, 218p. Acessível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Abertura_completo.pdf>. Acesso verificado em 20 de outubro de 2014.
- LEMONS, L. (2010). “Brazilian Congress and Foreign Affairs: Abdication or Delegation?”. Working Paper: WP 2010/58. Global Economic Governance Programme, Centre for International Studies, Department for Politics and International Relations, University College: Oxford. p. 1–23. Acessível em: <http://www.globaleconomicgovernance.org/sites/geg/files/Lemos_GEG%20WP%202010_58.pdf>. Acesso verificado em 20 de outubro de 2014.
- LIMA, M. R. S. de ; SANTOS, F. (2001). “O Congresso e a Política de Comércio Exterior”. *Lua Nova*, n.52, p. 121–149. São Paulo: CEDEC. Acessível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n52/a06n52.pdf>>. Acesso verificado em 20 de outubro de 2014.
- MACHADO, D. L. (1997). A Qualificação da Mão-de-Obra no Comércio Internacional Brasileiro: Um Teste do Teorema de Heckscher-Ohlin. 1997. 97 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Departamento de Economia da Universidade de Brasília , Brasília, 2012 – ganhadora do 20º Prêmio BNDES de Economia, Rio de Janeiro.
- MAIA, C. C. ; CESAR, S. E. M. (2004), “A diplomacia congressional: análise comparativa do papel dos legislativos brasileiro e norte-americano na formulação da Política Exterior”. *Revista de Informação Legislativa*, 41 (163): 363-388. Acessível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/diplomacia-congressual-an%C3%A1lise-comparativa-do-papel-dos-legislativos-brasileiro-e-norte-ame>>. Acesso verificado em 20 de outubro de 2014.
- MAKINSON, L. and GOLDSTEIN, J. (1994). **Open secrets: The encyclopedia of congressional money and politics**. Congressional Quarterly Inc.: Washington D.C.
- MANCUSO, W. P. (2012). “Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa”. In: 8º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Gramado (RS), 01 a 04 de agosto de 2012. Acessível em: <http://www.cienciapolitica.org.br/wp-content/uploads/2014/04/6_8_2012_21_14_53.pdf>. Acesso verificado em 20 de outubro de 2014.

- MARZAGÃO, T. V. (2007). Lobby e Protecionismo no Brasil (2001-2005): uma análise econométrica à luz da Teoria da Proteção Endógena. 2007. 103 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- MARZAGÃO, T. V. (2008). “Lobby e Protecionismo no Brasil Contemporâneo”. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 62, n. 3, p.263–278, Jul-Set 2008. Acessível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbe/v62n3/a02v62n3.pdf>>. Acesso verificado em 20 de outubro de 2014.
- MAZZUOLI, V. de O. (2001). “O Poder Legislativo e os tratados internacionais o treaty-making power na Constituição brasileira de 1988”. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília a. 38 n. 150 abr./jun. 2001. Acessível em: <http://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portaTvJustica/portaTvJusticaNoticia/anexo/Artigo_Poder_Legislativo_e_Tratados_Internacionais_Valerio_Mazzuoli.pdf>. Acesso verificado em 20 de outubro de 2014.
- McFADDEN, D. (1974). “Conditional logit analysis of qualitative choice behavior.” In P. Zarembka (ed.), *Frontiers in Econometrics*. Academic Press. Pp. 105-142. Disponível em: <<http://eml.berkeley.edu/reprints/mcfadden/zarembka.pdf>>
- McGILLIVRAY, F. (1997). “Party Discipline as a Determinant of the Endogenous Formation of Tariffs”. *American Journal of Political Science*, vol. 41, nº 2, pp. 584-607. Acessível em: <<http://www.jstor.org/stable/2111778>>. Acesso verificado em 01 de novembro de 2014.
- MDIC (Sistema AliceWeb) – **Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior** via Internet do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>>. Acesso verificado em 04 de julho de 2014.
- MIDFORD, P. (1993). “International Trade and Domestic Politics: Improving on Rogowski’s Model of Political Alignments”. *International Organization* 47 (4): 535–64.
- MILNER, H. V. ; JUDKINS, B. (2004). “Partisanship, Trade Policy, and Globalization: Is There a Left-Right Divide On Trade Policy?”. *International Studies Quarterly*, vol. 48, p. 95-119
- MILNER, H. V. ; KUBOTA, K. (2005). “Why the Move to Free Trade? Democracy and Trade Policy in the Developing Countries”. *International Organization*, vol. 59, n. 1 (Winter, 2005), p. 107-143. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3877880>>. Acesso verificado em 01 de outubro de 2014.
- MILNER, H. V. ; ROSENDORFF, B. P. (1997). “Democratic Politics and International Trade Negotiations: elections and divided government as constraints on trade liberalization”. *Journal of Conflict Resolution*, vol. 41, n. 1, New Games: Modeling Domestic-International Linkages (Feb., 1997), p. 117-146. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/174489>>. Acesso verificado em 01 de outubro de 2014.

- MORI-COELHO, A. E.; PÁDUA LIMA, M. L. L. M.; CURY, S.; e GOLDBAUM, S. (2006). Impacto da entrada da Venezuela no Mercosul: uma simulação com modelo de equilíbrio geral computável. Fundação Getulio Vargas (EESP), São Paulo. Texto para Discussão, n.153, Novembro de 2006, 41p.
- NEVES, J. A. de C. (2003). “O papel do Legislativo nas negociações do Mercosul e da Alca”. *Contexto Internacional* 25 (1): 103-138.
- NIELSON, D. (2003). “Supplying Trade Reform: Political Institutions and Liberalization in Middle-Income Presidential Democracies”. *American Journal of Political Science*, vol. 47, n 3 (July, 2003), p. 470-491. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3186110>>. Acesso verificado em 01 de outubro de 2014.
- OLIVEIRA, A. J. S. N. (2013). Partidos políticos e política externa: o comportamento legislativo na Câmara de Deputados, 1995-2009. 56 p. São Paulo: Centro de Estudos das Negociações Internacionais, USP, maio 2013. Disponível em: <<http://www.caeni.com.br>>. Acesso verificado em 05 de julho de 2014.
- OLIVEIRA, G. A. S. (2009). The Political Economy of Brazilian Trade Policy: Domestic Determinantes, World and Regional Strategies. 2009. 341 f.. Dissertation (Philosophy Doctor in Political Economy and Public Policy) – University of Southern California, 2009.
- OLIVEIRA, G. A. S. (2011). “As políticas de proteção tarifária e estímulo industrial face à inserção internacional brasileira: uma análise de Economia Política com Dados em Painel”. *Revista Economia*, Setembro/Dezembro 2011, p.517-551.
- OLSON, M. (1965). A Lógica da Ação Coletiva: os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos. 1ª Edição (português). São Paulo: EDUSP, 2011, 208 p.
- PINHEIRO, F. L. ; MIGNOZZETTI, U. (2013). “Constituency Size and Trade Policy Vote in Brazil”. ISA Annual Conference, San Francisco, CA, USA, April 03-06, 2013.
- RAY, E. (1981a). “The Determinants of Tariff and Nontariff Trade Restriction in United States”. *Journal of Political Economy*, Chicago, v. 89, n. 1, p. 105-121, Feb.
- RAY, E. (1981b). “The Determinants of Tariff and Nontariff Trade Restriction in United States and Abroad”. *The Review of Economics and Statistics*, Vol. 63, No. 2 (May, 1981), pp. 161-168.
- ROGOWSKI, R. (1987a). “Political Cleavages and Changing Exposure to Trade”. *American Political Science Review* 81 (December 1987), pp. 1121-1137.
- ROGOWSKI, R. (1987b). “Trade and Variety of Democratic Institutions”. *International Organization*, v. 41, n. 2, p. 203-224. Disponível em: <<http://web.stanford.edu/class/polisci243c/readings/v0002028.pdf>>. Acesso verificado em 25 de outubro de 2014.

- ROGOWSKI, R. (1989). "Why Changing Exposure to Trade Should Affect Political Cleavages". In: ROGOWSKI, R. (1989). **Commerce and Coalitions**. Princeton: Princeton University. 232 p.
- SANTOS, Fabiano e VILAROUCA, Maurício. (2007), "Adesão da Venezuela ao MERCOSUL: Des-Ideologizar para atingir o interesse nacional". *Papéis Legislativos*, No. 4, pp. 2-14.
- SCHEVE, K. F. and SLAUGHTER, M. J. (2001). "What Determines Individual Trade-Policy Preferences?". *Journal of International Economics*, 2001, vol. 54, n. 2 (August), p. 267-292.
- SCHONHARDT-BAILEY, C. (1996). Free Trade: The Repeal of the Corn Laws. In: SCHONHARDT-BAILEY, C. (Ed.). **Free Trade: The Repeal of the Corn Laws**, cap. 5, p. 87-97. Thoemmes Press, Bristol. Disponível em: <<http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic637538.files/Schonhardt%20Bailey.pdf>>. Acesso verificado em 10 de novembro de 2014.
- SCHONHARDT-BAILEY, Cheryl (2006). *From the Corn Laws to Free Trade. Interests, Ideas and Institutions in Historical Perspectives*. Cambridge, MA: MIT Press.
- SENADO FEDERAL (2009). **Resultado de Votação de Matéria**. (Relação de votantes por UF e partido). Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso direto: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/mate/votacao.asp?ct=1623696>>. Acesso verificado em 03 de julho de 2014.
- SCHMUZIGER–GOLDZWEIG, R. (2013). O ingresso da Venezuela no MERCOSUL: análise dos aspectos políticos e econômicos. 33 p. São Paulo: Centro de Estudos das Negociações Internacionais, USP, maio 2013.
- SOARES, F. (2002). "A Liberalização Comercial e seus Impactos Alocativos na Economia Brasileira", *Revista Economia Aplicada*, vol. 6, n.3, pág. 485-510.
- VEALL, M. R. ; ZIMMERMANN, K. F. (1994). "Evaluating Pseudo-R²s for Binary Probit Models", *Quantity and Quality*, vol. 28, pp. 151-164. Disponível em: <http://www.iza.org/highlights/manage_highlights/docs/43_EvaluatingPseudo_Rs_QualityandQuantity_1994.pdf>
- WOOLDRIDGE, J. M. (2002). **Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data**. 1st. ed. The MIT Press. Cambridge: Massachusetts. London: England. 741p.

ANEXO I

SIGLA	NÚMERO	NOME
PMDB	15	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PTB	14	Partido Trabalhista Brasileiro
PDT	12	Partido Democrático Trabalhista
PT	13	Partido dos Trabalhadores
DEM	25	Democratas
PCdoB	65	Partido Comunista do Brasil
PSB	40	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	45	Partido da Social Democracia Brasileira
PTC	36	Partido Trabalhista Cristão
PSC	20	Partido Social Cristão
PMN	33	Partido da Mobilização Nacional
PRP	44	Partido Republicano Progressista
PPS	23	Partido Popular Socialista
PV	43	Partido Verde
PTdoB	70	Partido Trabalhista do Brasil
PP	11	Partido Progressista
PSTU	16	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PCB	21	Partido Comunista Brasileiro
PRTB	28	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PHS	31	Partido Humanista da Solidariedade
PSDC	27	Partido Social Democrata Cristão
PCO	29	Partido da Causa Operária
PTN	19	Partido Trabalhista Nacional
PSL	17	Partido Social Liberal
PRB	10	Partido Republicano Brasileiro
PSOL	50	Partido Socialismo e Liberdade
PR	22	Partido da República

Fonte: TSE